

# Relatório de Execução do Programa Intervir+ Ano 2008



**Intervir+**

Programa Operacional de Valorização  
do Potencial Económico  
e Coesão Territorial da RAM

**INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia**

## **Programa Operacional**

**Objectivo:** Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

**Zona elegível:** Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

**Período de programação:** 2007-2013

**Número do programa (CCI):** CCI 2007 PT 16 2 PO 002

**Designação do programa:** Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico  
e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira

## **Relatório Anual de Execução**

**Ano do relatório:** 2008

**Data de aprovação pela Comissão de Acompanhamento:** 03.06.2008

## Índice

<b>3</b>	<b>Glossário de Siglas</b>
<b>4</b>	<b>Nota Introdutória</b>
<b>5</b>	<b>Sumário Executivo</b>
<b>9</b>	<b>1. Enquadramento do Programa</b>
9	1.1. Apresentação do Programa
12	1.2. Sistema de gestão, acompanhamento e controlo
12	1.2.1. Governação do Programa
14	1.2.2. Procedimentos internos – descrição dos sistemas de gestão e controlo
16	1.2.3. Sistemas de Informação
18	1.2.4. Comissão de Acompanhamento
19	1.2.5. Outras tarefas de acompanhamento
19	1.2.6. Regulamentos Específicos
21	1.2.7. Avaliação
<b>24</b>	<b>2. Evolução do contexto socio-económico</b>
35	2.1 - Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
<b>37</b>	<b>3. Análise do progresso do Programa</b>
37	3.1. Candidaturas: apresentadas, admitidas, aprovadas e contratadas
40	3.2. Execução Financeira do Programa
44	3.3. Fluxos Financeiros do Programa
45	3.4. Execução Física
45	3.5. Ponto de Situação dos Grandes Projectos
45	3.6. Instrumentos de Engenharia Financeira
45	3.7. Irregularidades – Reutilização de verbas
45	3.8. Durabilidade das operações
44	3.9. Assistência Técnica
<b>47</b>	<b>4. Acções de divulgação, informação e publicidade</b>
<b>57</b>	<b>5. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias</b>
<b>59</b>	<b>6. Conclusão</b>
<b>63</b>	<b>Anexos</b>
65	Anexo I - Ficha de programa
66	Anexo II - Processo de selecção por Eixo Prioritário e Área de Intervenção
70	Anexo III - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário e Área de Intervenção
72	Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)
80	Anexo V - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria
81	Anexo VI - Programação financeira, aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário
82	Anexo VII - Aprovações e execução por NUT III
84	Anexo VIII - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento
85	Anexo IX - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território
86	Anexo X - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica
87	Anexo XI - Resumo Implementação Financeira - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006
88	Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006
98	Anexo XII A - Informação relativa à realização física acumulada
100	Anexo XII B - Realização física dos Indicadores Comuns (CE)
104	Anexo XIII - Informação relativa a Grandes Projectos (com parecer favorável da AG)
106	Anexo XIV - Quadro 24 - Acções de Informação e Publicidade – 2008
110	Anexo XV - Quadro 25 - Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Eixos Prioritários do Programa	10
Quadro 2 - Estrutura do Programa	11
Quadro 3 - Momentos mais determinantes no processo de implementação do Programa	12
Quadro 4 - Unidade de Gestão	13
Quadro 5 - Comissão Governamental de Orientação	15
Quadro 6 - Manuais de Procedimentos do Programa Intervir+	18
Quadro 7 - Fases de Implementação do Projecto SIGMA	19
Quadro 8 - Comissões de Acompanhamento	22
Quadro 9 - Cronograma de implementação do Plano	25
Quadro 10 - Estrutura sectorial da economia regional	26
Quadro 11 - Estrutura do VAB por ramos de actividade	27
Quadro 12 - Índice de produtividade (PT=100)	37
Quadro 13 - Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa	37
Quadro 14 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por Área de Intervenção	38
Quadro 15 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário	39
Quadro 16 - Distribuição das Candidaturas aprovadas (Nº de Proj. e Inves. total), por Eixo/Área de Intervenção	40
Quadro 17 - Montantes Aprovados no Programa	41
Quadro 18 - Montantes Executados no Programa	45
Quadro 19 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	43
Quadro 20 - Grandes Projectos	45
Quadro 21 - Visitas ao site do Programa em 2008	48
Quadro 22 - Adaptações SIGMA/QREN Janeiro 2009 / Dezembro 2009	60
Quadro 23 - Previsão de Pedidos de Pagamento Intermedios para 2009	61
Quadro 24 - Acções de Informação e Publicidade – 2008	104
Quadro 25 - Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008	108

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição Financeira por Eixo	10
Gráfico 2 - Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na RAM	24
Gráfico 3 - Índice de disparidade do PIB per capita de Portugal e da RAM	24
Gráfico 4 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2007 (PT=100)	25
Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo na RAM	26
Gráfico 6 - Índice de produtividade (UE27=100)	27
Gráfico 7 - Evolução da taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor	28
Gráfico 8 - Evolução do comércio internacional da RAM	29
Gráfico 9 - Evolução demográfica na RAM	29
Gráfico 10 - Evol. das taxas de natalidade e mortalidade, do índice de envelhe. e da esperança média de vida na RAM	30
Gráfico 11 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários em 2000 e em 2007 a)	30
Gráfico 12 - Estrutura da população por nível de escolaridade completo	31
Gráfico 13 - Evolução das principais componentes do mercado de trabalho na RAM	31
Gráfico 14 - Evolução da taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na UE27	32
Gráfico 15 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)	33
Gráfico 16 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)	33
Gráfico 17 - Taxa de compromisso por Eixo	40
Gráfico 18 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário	41

## Glossário de Siglas

<b>AG</b>	Autoridade de Gestão
<b>AICA</b>	Associação de Investigação Científica do Atlântico
<b>AJEM</b>	Associação de Jovens Empresários Madeirenses
<b>BCE</b>	Banco Central Europeu
<b>CA</b>	Comissão de Acompanhamento
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CGO</b>	Comissão Governamental Orientação
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FBCF</b>	Formação Bruta de Capital Fixo
<b>FEADER</b>	Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>FEP</b>	Fundo Europeu para as Pescas
<b>FIC</b>	Feira da Indústria e da Construção
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FSE</b>	Fundo Social Europeu
<b>I&amp;DT</b>	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
<b>IDR</b>	Instituto de Desenvolvimento Regional
<b>IDE-RAM</b>	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira
<b>IFDR</b>	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
<b>IGF</b>	Inspeção-Geral de Finanças
<b>IGFSE</b>	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
<b>MAC</b>	Madeira, Açores e Canárias
<b>OI</b>	Organismo Intermédio
<b>PDES</b>	Programa de Desenvolvimento Económico e Social
<b>PEC</b>	Plano Estratégico de Comunicação
<b>PGA</b>	Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PO</b>	Programas Operacionais
<b>POP RAM</b>	Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira
<b>POVT</b>	Programa Operacional Valorização do Território
<b>PRODERAM</b>	Programa de desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira
<b>PROMAR</b>	Programa Operacional Pesca
<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional
<b>RAM</b>	Região Autónoma da Madeira
<b>SCT</b>	Sistema Científico e Tecnológico
<b>SI</b>	Sistema de Incentivo
<b>SIGMA</b>	Sistema de Informação de Gestão e Financiamento de Projectos
<b>SFC</b>	Sistema de informação da Comissão
<b>UC</b>	Unidade de Controlo
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UG</b>	Unidade de Gestão
<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto

## Nota Introdutória

A Autoridade de Gestão (AG) apresenta à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, um relatório anual sobre a execução do Programa Operacional de Valorização Territorial do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Intervir+, após o que o mesmo deverá ser apresentado à Comissão Europeia (CE) (nos termos do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho).

A coordenação global do Relatório de Execução Anual coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, em articulação com os contributos do organismo associado à gestão, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM).

O Relatório agora apresentado seguiu a estrutura constante do anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro. Pretendeu-se dar informação que possibilitasse a análise anual do Programa Operacional, de acordo com o estipulado no artigo 68 do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Para a estruturação e preparação do Relatório foram tidas em conta as orientações emanadas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), uma vez que foram articuladas com a Comissão Europeia, que por sua vez promoveu a coordenação entre a DG REGIO e a DG Emprego, com o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e com o Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no sentido da harmonização dos relatórios de execução anuais a produzir por cada Autoridade de Gestão.

As observações transmitidas pela Comissão Europeia aquando da apreciação do Relatório de Execução de 2007 (ainda que neste caso, tivesse sido acordada uma estrutura e conteúdos aligeirados, devido ao facto da aprovação dos Programas do QREN para Portugal ter ocorrido apenas no final de 2007) foram igualmente tomadas em consideração.

## Sumário Executivo

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Intervir+, é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional com aplicação exclusiva na Região Autónoma da Madeira. Este Programa foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2007) 4622, de 5 de Outubro, o que permite à Região Autónoma da Madeira (RAM) co-financiar operações no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é exercida pelo Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com o princípio da boa gestão financeira, sendo que decidiu associar à Gestão do Programa o Organismo Intermédio (OI), o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira, com experiência directa na gestão de Sistemas de Incentivos, conforme os termos do n.º I do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

O contrato de delegação de competências no IDE-RAM prevê a delegação de poderes para a prática de actos no âmbito da tipologia de investimentos “Incentivos às empresas, designadamente Pequenas e Médias Empresas” prevista no Eixo Prioritário I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e no Eixo Prioritário II – Competitividade da Base Económica Regional, bem como no âmbito da tipologia de investimentos “Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade” enquadrada no Eixo Prioritário V – Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade.

Atendendo a que o modelo de governação e gestão adoptado para o Programa Intervir+ se encontrava estabilizado desde 2007, o princípio do ano de 2008 marcou o início dos trabalhos de elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, para cumprimento do disposto no artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, em estreita colaboração com as Autoridades de Certificação e de Auditoria.

Este processo englobou todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, do Organismo Intermédio afecto ao Programa e, por fim, da Autoridade de Auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Com o envio em 30.09.2008, à Autoridade de Certificação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Intervir e respectiva transmissão via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), a 6 de Outubro, após o respectivo parecer de conformidade por parte da Autoridade de Auditoria, iniciou-se a fase seguinte do procedimento, a qual não foi no sentido esperado, dado que na sequência do envio da Descrição à Comissão Europeia, a 04.12.2008, esta considerou que os sistemas de gestão e controlo criados para o Programa não cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tendo sido a partir daí desencadeados todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão.

Esta situação gerou alguma instabilidade na implementação do Sistema de Gestão e Controlo, criando alguns constrangimentos à estabilização de procedimentos e obtenção de resultados ao nível das novas exigências comunitárias.

O Sistema de Informação que suporta actualmente a Gestão do Programa surge como uma adaptação do Sistema de Informação que havia sido desenvolvido no quadro de programação anterior para suportar a Gestão do Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira (POPRAM III).

Este sistema, designado por SIGMA - Sistema de Informação de Gestão de Financiamento de Projectos da Região Autónoma da Madeira, pretende garantir a recolha, processamento, análise, reporte e envio de dados para a Autoridade de Certificação – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, e é igualmente utilizado pelo Organismo Intermédio IDE-RAM, no registo, acompanhamento e avaliação dos projectos dos Sistemas de Incentivos do Programa Intervir+.

No ano em reporte deu-se continuidade ao processo de adaptação do SIGMA ao período de programação 2007-2013, possibilitando que relativamente aos projectos públicos ou equiparados, e a partir de inícios de Julho, as candidaturas que haviam entrado no sistema de contingência, no primeiro semestre, fossem recuperadas.

Com a apresentação e publicação em Outubro do módulo Bolsa de Candidaturas, os beneficiários de projectos públicos ou equiparados passaram a registar e a submeter as suas candidaturas por via electrónica.

Relativamente às candidaturas aos Sistemas de Incentivo do Programa, inicialmente submetidos electronicamente através de uma solução de contingência, foi mais tarde substituída pelo módulo definitivo, e actualmente em funcionamento, designado por Bolsa de Incentivos QREN do SIGMA.

Igualmente no âmbito do processo de adaptação do sistema ao Programa, salienta-se o facto de se ter implementado e testado, com sucesso, o envio de pedidos de certificação para o sistema de informação da Autoridade de Certificação ainda no ano de 2008 (Novembro).

O Programa Intervir+ enquanto Programa enquadrado no QREN é ainda acompanhado nas várias componentes, estratégica, operacional e financeira, através do sistema de monitorização do QREN. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base na informação residente no SIGMA, no que diz respeito à informação relativa ao Programa Intervir+.

Embora a apresentação do Programa tenha ocorrido já em 2007, e inclusive existissem condições para o arranque efectivo do programa ao nível da apresentação e aprovação de candidaturas (para determinadas tipologias), esse arranque deu-se somente no ano de 2008, dado o facto de só neste ano ter sido possível estabilizar o processo de criação da regulamentação específica do Programa.

Refira-se que embora existisse uma versão preliminar do Regulamento Específico do Programa Intervir+ desde Novembro de 2007, a Comissão de Acompanhamento só teve condições para aprovar a totalidade dos critérios de selecção no decorrer de 2008. Inclusive os Sistemas de Incentivos SIRE, EMPREENDINOV, QUALIFICAR+, +CONHECIMENTO e SI TURISMO foram criados em 2008.

Neste enquadramento do Programa, em particular sobre a criação das condições para a sua implementação, ainda uma nota para a função de Avaliação cometida à Autoridade de Gestão, pois foi possível rever a proposta de Plano que existia desde 2007, e assim iniciar um pleno processo de planeamento e operacionalidade dessa função, em estreita articulação com a Rede de Interlocutores de Avaliação, rede esta coordenada pelo Observatório do QREN, e com as orientações que têm vindo a ser emanadas pelos órgãos competentes.

O Plano de Avaliação do Programa Intervir+ orientará os exercícios de avaliação a desenvolver durante o período de implementação da intervenção, apontando para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. Trata-se, não tanto de prestar contas (matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidas) mas, sobretudo, de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo, eventuais desvios face aos objectivos e metas e (re)orientar as modalidades de intervenção, se tal se justificar.

Refira-se que esta fase inicial de implementação do Programa decorre num contexto particularmente desfavorável, pois, 2008, sendo o ano de arranque do Programa, foi também o ano em que o Programa se confrontou com os importantes desafios que a Região enfrenta na actual conjuntura de crise.

Neste contexto, também ao nível da Região, não podemos deixar de referir que os efeitos nefastos da conjuntura adversa, alimentada pela crise financeira, induzem impactos negativos na economia real, e em particular no desempenho do tecido empresarial – seja pela acrescida dificuldade de acesso ao financiamento, seja pelo abrandamento da procura externa e interna – com óbvias consequências no domínio do emprego. Além do referido, o clima de desconfiança que marca o espírito dos agentes económicos propicia o adiamento de decisões de consumo e de investimento que minam as perspectivas de recuperação económica.

As incertezas em torno da actual crise, designadamente no que se refere à magnitude e persistência do abrandamento da economia mundial, a par das dúvidas sobre a eficácia das medidas para reverter a actual conjuntura, envolvem as actuais projecções num elevado grau de falibilidade, pelo que será de admitir, no futuro, revisões de crescimento económico em baixa, o que, a suceder, agravará ainda mais as expectativas de crescimento da economia nacional e, em particular, da Região.

Neste enquadramento, o tendencial adiamento dos investimentos e a falta de liquidez das entidades beneficiárias do Programa – públicos e privados - tem vindo a repercutir-se no brando ritmo de aprovação e de execução do Programa, como se poderá verificar pelos principais indicadores do Programa.

Efectivamente, verificamos que o Programa ainda não apresenta uma forte adesão por parte dos beneficiários, quer ao nível das candidaturas públicas ou equiparadas, quer das candidaturas privadas, mesmo funcionando em regime de candidatura aberta. Até à data apenas foram apresentadas 53 candidaturas e destas somente 24 haviam merecido aprovação por parte da Autoridade de Gestão.

Nesta fase de desenvolvimento do Programa, os níveis de absorção de recursos do FEDER apresentam-se significativamente concentrados nas tipologias de infra-estruturas e equipamentos colectivos pertencentes aos Eixos IV (Coesão Territorial e Governança) e V (Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade), pois embora o maior número de projectos aprovados pertença ao Eixo II (Competitividade da Base Económica Regional), com 41,7% dos projectos aprovados, este apresenta um valor médio de investimento elegível a rondar os 150 mil euros, traduzindo uma dinâmica de pequenas



iniciativas empresariais, em que predominam os projectos em ramos de actividade do terciário comercializável.

Relativamente às tipologias ainda sem dinâmica de aprovação, são de salientar a tipologia referente às despesas de funcionamento das actividades económicas do Eixo V e a totalidade das áreas de intervenção do Eixo III (Desenvolvimento Sustentável). Nas tipologias deste Eixo, que enquadram as estruturas e práticas de gestão ambiental sustentável, repercute-se a orientação seguida pelos principais executores, designadamente a prioridade dada aos projectos em fase de conclusão, sendo que, uma parte destes foram objecto de financiamento no âmbito do POPRAM III.

Toda esta situação reflecte-se na taxa de compromisso global do Programa, que ronda os 10%, pois pese embora os Eixos V e VI (Assistência Técnica) apresentarem taxas de compromisso relevantes em termos de FEDER, respectivamente 24,3% e 64,7%, as taxas de compromisso dos Eixos III e II, respectivamente de 0% e 0,6% afectam negativamente o desempenho do Programa.

Em termos de execução, à data de 31.12.2008, os resultados são fortemente influenciados pelo facto de, no ano de 2008, coexistirem financiamentos no âmbito do QCAIII e QREN, sendo que, naturalmente, se procure aproveitar todos os recursos disponibilizados pelo POPRAM III, cujo período de operacionalidade se encontra em fase final.

Naturalmente, as restrições orçamentais, designadamente quer da Administração Regional, quer da Administração Local, contribuem também para que a dinâmica que se pretende não revele uniformidade entre os vários instrumentos financeiros. Assim, o Programa Intervir+ apresenta uma taxa de execução face ao programado de apenas 1,9%, e, dos seis Eixos do Programa, somente três apresentam execução.

Num contexto inclusive em que a taxa de realização (despesa executada no total da despesa aprovada) ainda se situa aquém dos vinte por cento, apenas os projectos dos Eixos/tipologias de investimento material por excelência (infra-estruturas e equipamentos colectivos/públicos – Eixos IV e V) apresentam níveis de realização de relevo. Em termos globais, são ainda visíveis as dificuldades de concretização de realizações da parte dos Eixos com importantes componentes imateriais (inovação no investimento empresarial e actividades do Sistema Científico e Tecnológico Regional), onde se registam compromissos com alguma expressão, no conjunto do Eixo I.

Uma referência ainda à afectação dos recursos a projectos que se insiram, pela sua natureza, nos princípios consignados na Estratégia de Lisboa (despesas earmarking). Na data em reporte, os temas prioritários com despesas earmarking representam cerca de 37% do total aprovado até a data. Se exceptuarmos os projectos do Eixo V – Compensação dos Sobrecustos à Ultraperiféricidade (tema 23) e Eixo VI – Assistência Técnica (tema 85), que não correspondem a despesas earmarking, verifica-se que os restantes projectos aprovados contribuem para as prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos. Dos temas que mais contribuíram destacam-se o tema I (Actividades de I&DT em centros de investigação) e o 13 (Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...)).

Refira-se que, no ano de 2008, utilizando as fracções relativas aos pré-financiamentos transferidas pelo IFDR, a Autoridade de Gestão do Programa efectuou pagamentos aos beneficiários finais, ficando no entanto aquém do previsto para este ano.

Atendendo que até ao final do ano o Sistema de Gestão e Controlo criado pela AG ainda não tinha sido aceite pela CE, não foi possível formalizar qualquer pedido de pagamento intermédio à CE, nem em consequência receber da CE reembolsos, nos termos do artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, pelo que o Programa não apresenta despesa certificada.

Relativamente à realização física constante do Anexo XII, a maioria das Áreas Temáticas apresenta ainda uma realização muito reduzida, considerando que a concretização de muitos desses indicadores só ocorre aquando da conclusão da operação. Nesta perspectiva e, face ao grau de execução do Programa Intervir+ não é ainda possível, a 31.12.2008, apurar o grau de aproximação às metas de 2010.

Em matéria de divulgação, informação e publicidade, instrumentos fundamentais da governação do Programa Intervir+, o ano de 2008 destacou-se pela implementação de um conjunto de actividades integradas em duas fases de actuação e previstas na proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013: o Lançamento e Notoriedade (período: 2007-2008) e o Relançamento e Consolidação (período: 2008-2011) deste Programa/Marca.

Destaque-se ainda os trabalhos relativos à preparação da própria proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC), bem como todo o processo decorrente da sua aceitação pela Comissão Europeia, que decorreu na primeira metade do ano de 2008.

O PEC assume-se como uma ferramenta dinâmica de participação e diálogo com o cidadão e mobiliza os diferentes públicos-alvo, com vista a assegurar uma ampla divulgação e as respectivas possibilidades proporcionadas pelo Programa, e integra dois tipos de acções: as acções estruturantes, que possuem uma acentuação informativa e as acções temáticas que

apostam na interacção entre as pessoas e as instituições, com vista a gerar uma inter-motivação dos actores sociais.

Saliente-se o facto de estar previsto uma monitorização e avaliação das acções do PEC, com periodicidade anual, com vista a ajustar a acção prevista no Plano. O primeiro estudo teve início em Dezembro de 2008 e prevê-se que decorra até finais de Março de 2009.

Em balanço, e apesar do contexto de crise, cumpre-nos deixar a nota que com a perspectiva de aceitação do Sistema de Gestão e Controlo, no primeiro trimestre do próximo ano, estarão reunidas as condições para que 2009 seja determinante para imprimir a velocidade cruzeiro de que o Programa carece, em particular numa vertente essencial para a gestão, como é a da execução.

## I. Enquadramento do Programa

### I.1. Apresentação do Programa

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prosseguindo, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento, cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objectivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, o de manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Quadro I apresenta de forma sistemática, para um cada dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

**Quadro I - Eixos Prioritários do Programa**

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	> Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Acções Inovadoras
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	> Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região	> Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico > Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
	Modernização Administrativa	> Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Regional	> Modernização Administrativa
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	> Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia regional	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Engenharia Financeira
	Envolve empresarial	> Melhorar a envolvente da actividade empresarial	> Acções Colectivas > Acolhimento Empresarial > Energia
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	> Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e de resíduos sólidos urbanos	> Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa > Resíduos Sólidos Urbanos
	Riscos naturais e tecnológicos	> Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos	> Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	> Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade	> Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Mobilidade > Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer > Educação > Saúde e Desenvolvimento Social
	Reabilitação urbana e rural	> Apoiar a reabilitação urbana e rural	> Reabilitação Urbana e Rural
	Cooperação interregional	> Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu	> Cooperação Interregional
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	> Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais	> Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade > Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	> Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperifericidade	> Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O Programa Intervir+ está estruturado em seis eixos prioritários, mobilizando mais de 320 milhões de Euros de financiamento comunitário propiciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que permitirão assegurar um financiamento total de cerca de 450 milhões de Euros. O quadro seguinte - Quadro 2 sintetiza os eixos do Programa e os montantes programados envolvidos.

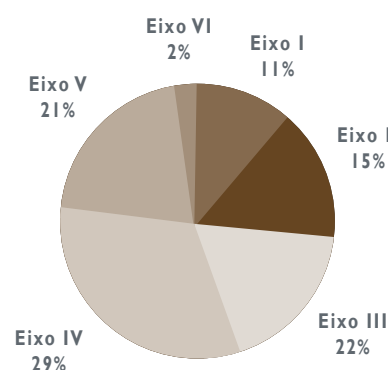
A distribuição da despesa pública programada por Eixo encontra-se representada no Gráfico 1.

**Quadro 2 - Estrutura do Programa**

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Designação	Financiamento Total	Despesa Pública	Financiamento Comunitário
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834	43.740.834	34.992.667
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233	61.840.233	49.472.186
Eixo III	Desenvolvimento Sustentável	89.178.251	89.178.251	71.342.601
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	114.896.874	114.896.874	91.916.874
Eixo V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352	132.649.352	66.324.676
Eixo VI	Assistência Técnica	7.647.059	7.647.059	6.500.000
<b>TOTAL</b>		<b>449.952.603</b>	<b>449.952.603</b>	<b>320.549.004</b>

**Gráfico 1 - Distribuição Financeira por Eixo**



Tendo sido o Programa Intervir+ aprovado pela Comissão Europeia somente no último trimestre de 2007, o ano de 2008, foi efectivamente o ano de “implementação” do Programa.

Apresentamos no Quadro 3 o resumo dos momentos mais determinantes no processo de implementação do programa.

**Quadro 3 - Momentos mais determinantes no processo de implementação do Programa**

	2007											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1ª fracção pré-financiamento	10											
Transmissão da proposta de Plano de Comunicação		26										
Aprovação de critérios de selecção (Eixo V)			11									
Criação do Sistema de Incentivos - EMPREENDINOV			31									
Manual de Procedimentos EMPREENDINOV			31									
Guia do Beneficiário EMPREENDINOV			31									
Criação do Sistema de Incentivos - SIRE				07								
Aprovação das primeiras candidaturas				10								
Aprovação de critérios de selecção (Eixo VI)				14								
Aprovação dos Contratos de delegação de competências entre o IDR e o IDE				15								
Aprovação dos últimos critérios de selecção (Eixo III)				18								
Guia do Beneficiário					08							
Manual Procedimentos SIRE					13							
Guia do Beneficiário SIRE					13							
Transmissão da proposta revista do Plano de Comunicação					21							
Aprovação do Manual Procedimentos do Programa Intervir+						03						
2ª fracção pré-financiamento						03						
Aprovação do Manual de Procedimentos de Verificação das Operações						05						
Carta da aceitabilidade do Plano de Comunicação						10						
Aprovação do Regulamento Específico do Programa Intervir+						20						
Criação do SI QUALIFICAR+									24			
Criação do SI +CONHECIMENTO									24			
Aprovação de critérios de selecção do SI +CONHECIMENTO									25			
Transmissão da Descrição do SGC do PO e do respectivo relatório e parecer da IGF										04		
Aprovação do Plano de Avaliação											04	
Criação do SI TURISMO												03
Carta da não conformidade do SGC. Pedido de reformulação da Descrição do SGC												04

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## I.2. Sistema de gestão, acompanhamento e controlo

### I.2.1. Governação do Programa

A governação do PO compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento de acordo com o artigo n.º 35 do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e tendo em conta também o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M de 27 de Novembro onde se define o modelo de governação dos programas operacionais regionais e a articulação com os demais financiamentos com origem na União Europeia de que seja beneficiária a Região.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é exercida pelo Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com o princípio da boa gestão financeira.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ decidiu associar à Gestão do Programa um Organismo Intermédio, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira com experiência directa na gestão de Sistemas de Incentivos conforme os termos do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

O IDE-RAM é uma entidade pública administrativa criada com o fim específico de promover o desenvolvimento empresarial e o apoio, directo ou indirecto, ao fortalecimento e modernização das estruturas empresariais da Região Autónoma da Madeira, nos sectores secundário e terciário, em especial no que se refere às pequenas e médias empresas, tendo por outro lado, uma vasta experiência em anteriores períodos de programação na gestão de sistemas de incentivos neste âmbito.

É o Organismo que na RAM fornece garantias de competências no domínio em causa e ainda garantias em matéria de gestão administrativa e financeira, bem como de solvabilidade.

Em concreto, o contrato de delegação de competências prevê a delegação de poderes no IDE-RAM, para a prática de actos no âmbito da tipologia de investimentos “Incentivos às empresas, designadamente Pequenas e Médias Empresas” prevista no Eixo Prioritário I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e no Eixo Prioritário II – Competitividade da Base Económica Regional, bem como no âmbito da tipologia de investimentos “Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade” enquadrada no Eixo Prioritário V – Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade. Este contrato teve início em 12 de Abril de 2008, dia seguinte ao da sua aprovação em sede de Comissão Governamental de Orientação (CGO), envolvendo um montante indicativo de financiamento público total de 106 milhões de Euros.

Neste sentido, o IDR pelo facto de não deter experiência directa na gestão de Sistemas de Incentivos, passa a assegurar com esta delegação, ganhos na gestão das operações a financiar que não seriam obtidos caso a Autoridade de Gestão mantivesse para si os poderes delegados.

No exercício das suas funções, a AG é assistida por uma Unidade de Gestão (UG) que, exercendo funções consultivas, emite pareceres não vinculativos sobre as candidaturas apresentadas.

**Quadro 4 - Unidade de Gestão**

Unidade de Gestão	Data	Assuntos relevantes
1ª Reunião	04.04.2008	Apreciação de Candidaturas do Eixo IV e Eixo VI
2ª Reunião	27.06.2008	Apreciação de Candidaturas do Eixo V Análise e Apreciação do Regulamento Específico do Programa Intervir+
3ª Reunião	26.08.2008	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II – SI Empreendinov e SIRE Apreciação de Candidaturas do Eixo V
4ª Reunião	28.11.2008	Apreciação de Candidaturas do Eixo V Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II – SI Empreendinov e SIRE Análise da Proposta de Alteração ao Regulamento Específico do Programa Intervir+

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Nas reuniões da Unidade de Gestão, a AG faz ainda um ponto de situação das actividades da gestão e em particular, do estado de implementação do Programa. Dos assuntos mais relevantes em 2008 trazidos a este fórum, destacam-se o estado de elaboração do Plano de Comunicação, da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectivas missões das Autoridades Nacionais, do Plano de Avaliação do Programa e do QREN, da legislação aplicável ao Programa e, por fim, a participação da Autoridade de Gestão em comités ou outros órgãos do QREN, de que são exemplo a participação nas Redes de Interlocutores de Comunicação e de Avaliação, bem como na Comissão Técnica de Coordenação do QREN, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

As candidaturas apreciadas foram submetidas ao procedimento de audiência prévia e posteriormente aprovadas pela Autoridade de Gestão e homologadas pelo Secretário Regional da respectiva tutela.

Relativamente ao acompanhamento do Programa, este é assegurado pela Comissão de Acompanhamento (CA) onde conta com a participação dos municípios, parceiros económicos e sociais, sendo responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento. As actividades relacionadas com a CA são apresentadas no ponto 1.2.4.

A Comissão Governamental de Orientação do Programa Intervir+ funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM e é o órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa. No âmbito das suas competências, no ano 2008, a CGO emitiu parecer sobre as matérias apresentadas no Quadro 5.

**Quadro 5 - Comissão Governamental de Orientação**

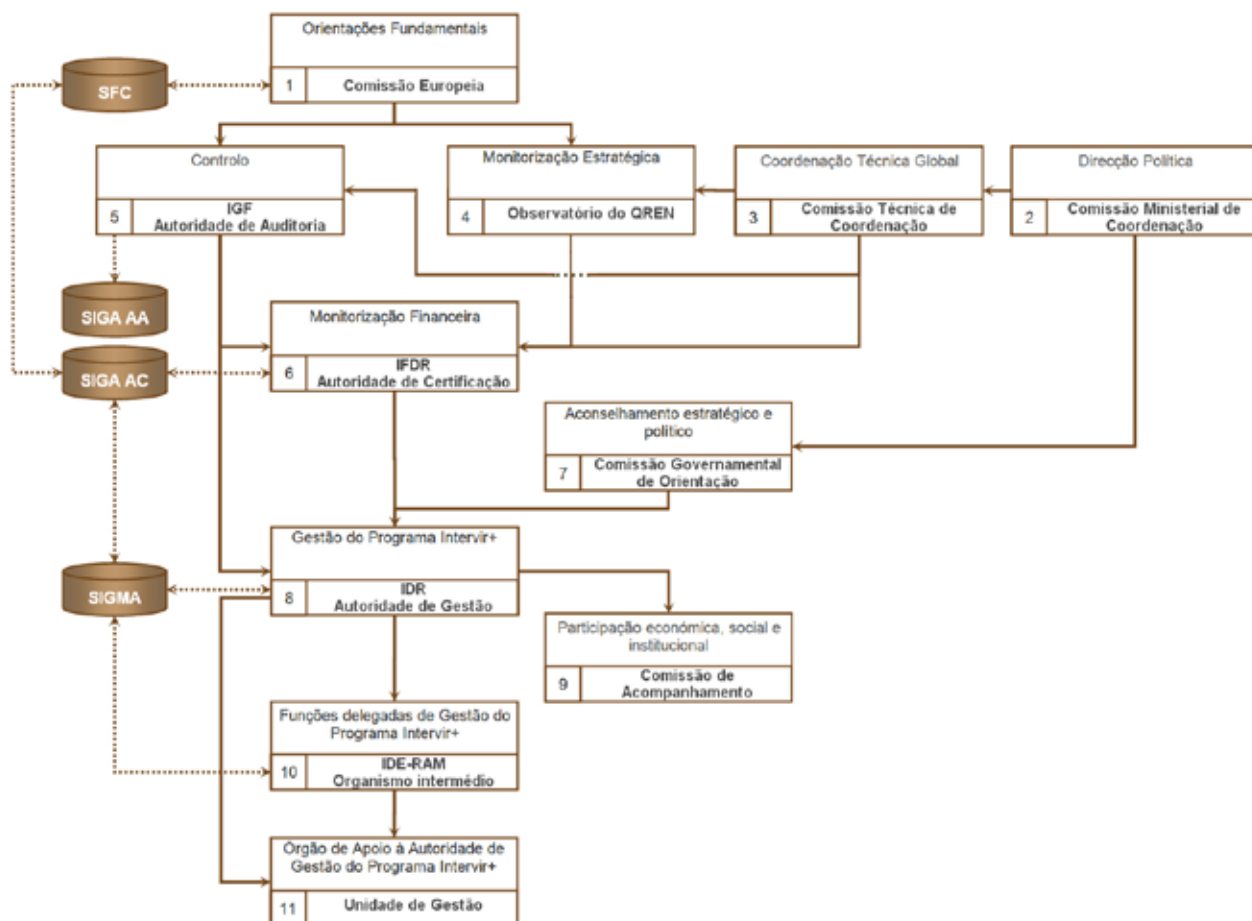
<b>Data</b>	<b>Assuntos relevantes</b>	<b>Resolução</b>
21.04.2008	Aprovação do contrato de delegação de competências no Organismo Intermédio	Resolução n.º 360/2008, de 21 de Abril
21.04.2008	Orientações em matéria de Comunicação	Resolução n.º 361/2008, de 21 de Abril
13.06.2008	Apreciação da proposta de Relatório de Execução de 2007	Resolução n.º 558/2008 de 13 de Junho

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## 1.2.2. Procedimentos internos – descrição dos sistemas de gestão e controlo

O modelo de gestão e controlo adoptado para o Programa Intervir+ envolve o conjunto de órgãos de governação, de gestão e controlo associados em parceria para o cumprimento das disposições comunitárias, nacionais e regionais inerentes à implementação dos Programas Operacionais, o qual se sintetiza no fluxograma seguinte.

Fluxograma do Modelo de Gestão do Programa Intervir+



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, é responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ a elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, que engloba todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, do Organismo Intermédio afecto ao Programa e, finalmente, da Autoridade de Auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Procedeu-se assim, no mês de Fevereiro de 2008, ao início dos trabalhos de elaboração do referido documento, os quais foram efectuados em estreita colaboração com as Autoridades de Certificação e de Auditoria, tendo sido promovidas várias reuniões de trabalho. Este trabalho culminou em 30.09.2008, com o envio à Autoridade de Certificação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Intervir+, a qual foi transmitida via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), em 6 de Outubro, após o respectivo parecer de conformidade por parte da Autoridade de Auditoria.

Na sequência do envio da mesma à Comissão Europeia, esta considerou que os Sistemas de Gestão e Controlo criados para o Programa não cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tendo sido desencadeados todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão.

Esta situação gerou alguma instabilidade na implementação do Sistema de Gestão e Controlo, criando alguns constrangimentos à estabilização de procedimentos e obtenção de resultados ao nível das novas exigências comunitárias. Mesmo assim, a AG promoveu a elaboração de documentos de gestão que apoiam a sua actividade, os quais são descritos no quadro seguinte.



Quadro 6 - Manuais de Procedimentos do Programa Intervir+

Descrição	Versão	Data de aprovação		Aplicabilidade
		OI	AG	
Manual de Procedimentos EMPREENDINOV	2	26.05.2008	05.06.2008	(OI) IDE-RAM
Guia do Beneficiário EMPREENDINOV	2	26.05.2008	05.06.2008	(OI) IDE-RAM
Manual de Procedimentos SIRE (em fase de revisão)	I	07.04.2008	07.04.2008	(OI) IDE-RAM
Guia do Beneficiário SIRE (em fase de revisão)	I	07.04.2008	07.04.2008	(OI) IDE-RAM
Manual de Procedimentos do Programa Intervir+ SIRE - Projecto Integrado (Vertente Pública)	I	-	03.06.2008	(AG) IDR
Manual de Procedimentos do Programa Intervir+ (para as Tipologias de Investimento em que não há delegação de competências no Organismo Intermédio – IDE-RAM)	I	-	03.06.2008	(AG) IDR
Manual de Procedimentos do Acompanhamento do Programa Intervir+	I	-	05.06.2008	(AG) IDR

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## Verificações de gestão

De acordo com as competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, compete-lhe designadamente proceder às verificações administrativas e às verificações no local, nos termos do artigo 13º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

No âmbito das verificações administrativas não delegadas, estas são efectuadas a todos os pedidos de pagamento e a toda a despesa formalizada pelos beneficiários, incidindo sobre toda a documentação apresentada pelo beneficiário (análise a 100% dos documentos de despesa apresentados) que deu origem à despesa formalizada (facturas, recibos, extractos bancários, documentos de contratação pública, autos de medição, etc.).

No âmbito das verificações no local de operações singulares que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Autoridade de Gestão.

Parte destas funções encontram-se delegadas no Organismo Intermédio, mediante acordo escrito, concretamente, com o IDE-RAM, sendo que o resultado das verificações de gestão realizadas neste âmbito pelo OI, deverá ser periodicamente reportado à AG.

Nesses termos, a AG tem efectuado um acompanhamento do grau de execução financeira das operações aprovadas, através dos mapas de monitorização do Programa Intervir+, tendo-se constatado que o Programa apresentava uma taxa de execução reduzida, pelo que em 2008 não se justificou a realização de verificações no local.

Refira-se que, sobre esta temática, a AG procedeu à elaboração de uma nota de orientações relativa à organização dos dossiers de projecto, que no final do ano se encontrava em fase de aprovação, visando posteriormente a sua divulgação junto dos beneficiários.

Atendendo ao facto das operações apoiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos não apresentarem execução até à data, o IDE-RAM não exerceu a função delegada de verificação.

## Supervisão

Nos termos do contrato de delegação de competências entre o IDR e o IDE-RAM, o IDR supervisiona as verificações administrativas e no local realizadas pelo IDE-RAM, tendo por objectivo principal determinar se o OI está a desempenhar eficazmente as funções que lhe foram delegadas. Atendendo a que, à data, não se registou execução nos Sistemas de Incentivos esta função não foi iniciada.

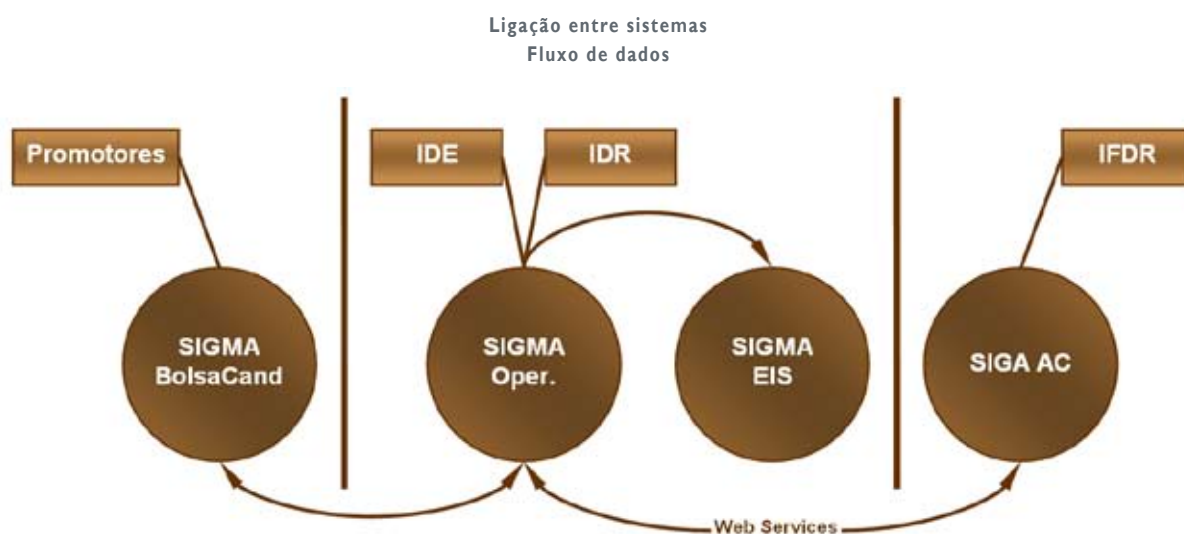
### 1.2.3. Sistemas de Informação

O Sistema de Informação de Gestão de Financiamento de Projectos da Região Autónoma da Madeira foi desenvolvido com o intuito de suportar a Gestão do Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira, tendo sido adaptado ao Programa Intervir+ no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional com aplicação à Região Autónoma da Madeira.

Através deste sistema é possível garantir a recolha, processamento, análise, reporte e envio de dados para a Autoridade de Certificação, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.

Este sistema é igualmente utilizado pelo Organismo Intermédio IDE-RAM, no registo, acompanhamento e avaliação dos projectos dos Sistemas de Incentivos ao abrigo do Programa Intervir+.

O SIGMA é compreendido por três grandes módulos, nomeadamente o SIGMA/OPER, o SIGMA/Bolsa Cand e o SIGMA/EIS.



O módulo SIGMA/OPER tem como objectivo principal implementar e gerir o ciclo de vida das candidaturas (gestão e acompanhamento de projectos públicos ou equiparados e projectos ao abrigo de Sistemas de Incentivo)

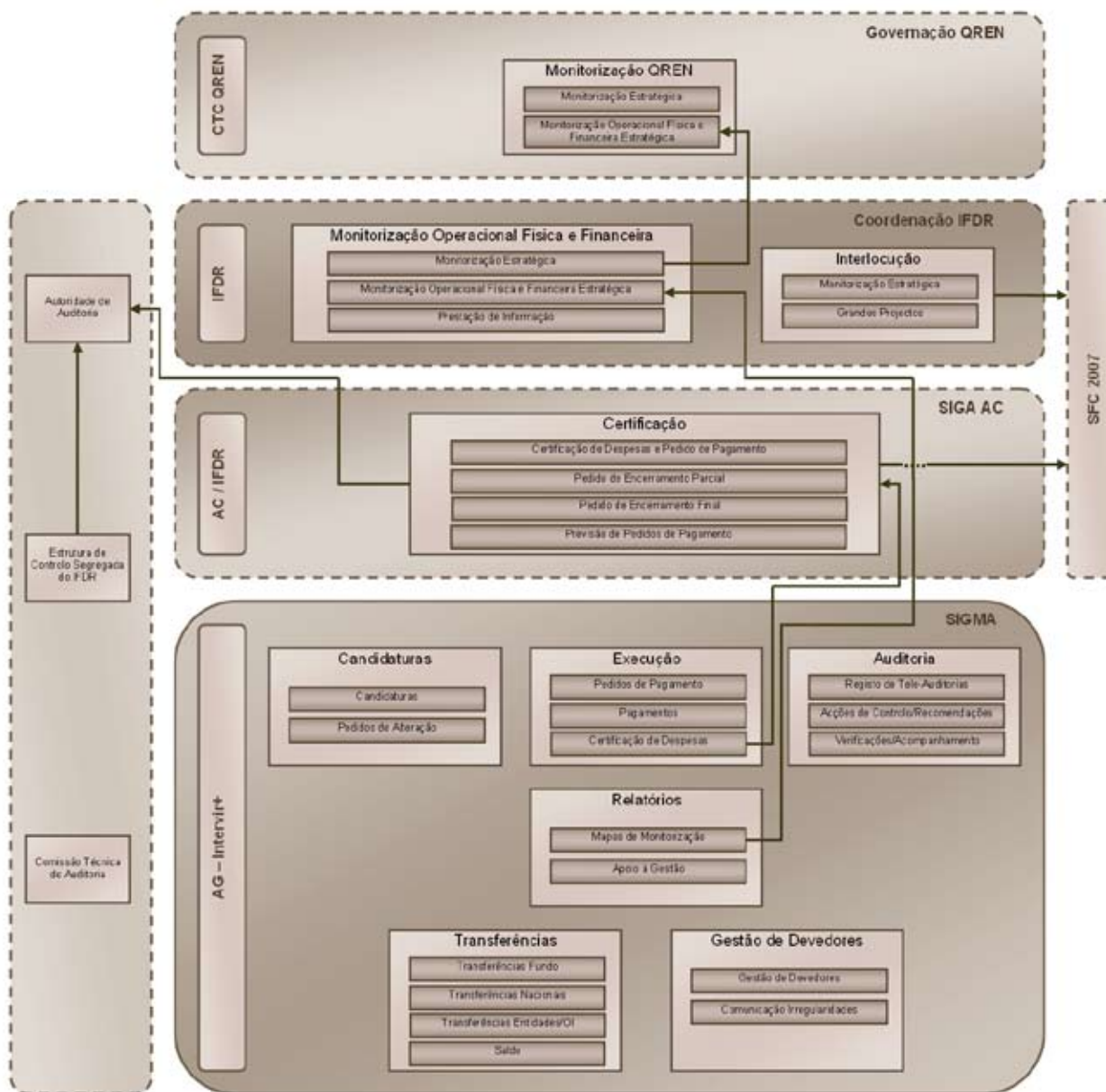
O módulo designado por SIGMA/BolsaCand, que inclui a Bolsa de Candidaturas de Projectos Públicos ou Equiparados e a Bolsa de Candidaturas de Incentivos, é um módulo que se encontra integrado no sítio Internet do IDR, através do qual é possível a submissão de candidaturas, pedidos de alteração e o registo da execução física e financeira de candidaturas.

O módulo SIGMA/EIS é um sistema de apoio à decisão, orientado essencialmente para a Autoridade de Gestão, criado para possibilitar a extracção de indicadores físicos e financeiros, de forma simples e agregada.

### Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos (SIGMA)

Na figura seguinte contextualiza-se o sistema de informação da AG, onde evidenciamos a participação de todas as autoridades com intervenção no Programa (Autoridade de Gestão, Autoridade de Certificação, Autoridade de Auditoria e Observatório do QREN).

Sistema de Informação  
Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Social da RAM  
[Intervir+]



Do ponto de vista da segurança de informação, o SIGMA encontra-se instalado numa infra-estrutura baseada nas Boas Práticas de Segurança de Informação, de acordo com o referencial normativo ISO/IEC 27002.

No decorrer de 2008, deu-se continuidade ao processo de adaptação do SIGMA (Sistema de Informação de Gestão de Financiamento de Projectos da Região Autónoma da Madeira) ao período de programação 2007-2013.

## Desenvolvimentos do Sistema 2008

Quadro 7 - Fases de Implementação do Projecto SIGMA

Fase do Projecto	Actividade	2008											
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
F1	Migração da Plataforma												
F2	Bolsa de Candidaturas												
F3	Análise Candidatura												
F4	Indicadores												
F5	Pedidos de Reprogramação												
F6	Registo de Despesa												
F7	Registo de Pagamentos												
F8	Execução (Despesa/Pagamentos)												
F9	Certificação de Despesa												
F10	Interligação SIGA AC												
F11	Importação Fichas de Análise SRACSI												
F12	Acompanhamento/Verificações no Local												
F13	Auditoria												
F14	Gestão de Devedores												
F15	Mapas de Apoio à Gestão												

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Durante este período foi lançado um procedimento para a manutenção do sistema de informação, para o período 2008-2011, que permitiu prosseguir a partir do mês de Agosto a adaptação do sistema ao actual período de programação.

Do ponto de vista de projectos públicos ou equiparados, iniciou-se no dia 2 de Julho a recuperação das candidaturas que haviam entrado no sistema no primeiro semestre, tendo-se publicado, no dia 20 de Outubro, o módulo Bolsa de Candidaturas, data a partir da qual os beneficiários passaram a registar e a submeter as candidaturas por via electrónica.

Relativamente às candidaturas aos Sistemas de Incentivos do Programa, e depois de publicadas as regulamentações específicas, procedeu-se à implementação dos formulários de candidatura, inicialmente submetidos electronicamente através de uma solução de contingência, mais tarde substituída pelo módulo definitivo e actualmente em funcionamento, designado por Bolsa de Incentivos QREN do SIGMA.

No âmbito do processo de adaptação do Sistema ao Programa Intervir+, depois de publicada a Norma I/2008 do IFDR, relativamente ao Processo de Certificação de Despesas, importa salientar o facto de se ter implementado e testado, com sucesso, o envio de pedidos de certificação para o sistema de informação da Autoridade de Certificação no decorrer do mês de Novembro.

Durante o período em análise, encetou-se um processo de implementação de melhorias ao nível da segurança do sistema de informação da Autoridade Gestão, de acordo com o definido numa norma de referência internacional, tendo-se integrado esse conjunto de boas práticas no Sistema de Gestão da Qualidade do Instituto de Desenvolvimento Regional.

### 1.2.4. Comissão de Acompanhamento

O Acompanhamento do Programa Intervir+ é exercido pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 63º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Rumos.

A composição e o essencial das competências da Comissão de Acompanhamento, são definidos nas decisões da Comissão Europeia que os aprovaram, sem prejuízo das competências definidas no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e no regulamento interno aprovado na 1ª CA de 26.II.2007.

No âmbito das suas competências, a CA durante o ano de 2008 analisou e aprovou o Relatório de Execução do Programa relativo a 2007, bem como os critérios de selecção que não haviam sido aprovados em 2007.

**Quadro 8 - Comissões de Acompanhamento**

Comissão de Acompanhamento	Data	Assuntos relevantes
1 - Consulta escrita	11.03.2008	Aprovação dos critérios de selecção do Eixo V – Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade Alteração dos critérios de selecção do SI – SIRE
2 - Consulta escrita	18.04.2008	Aprovação dos critérios de selecção da tipologia Assistência Técnica
2ª - Reunião	12.06.2008	Aprovação do Relatório de Execução de 2007
3 - Consulta escrita	25.09.2008	Aprovação dos critérios de selecção do SI - + CONHECIMENTO

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

### 1.2.5. Outras tarefas de acompanhamento

O Programa Intervir+, enquanto Programa enquadrado no QREN é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização do QREN, bem como do sistema de monitorização interno do Programa. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base na informação residente no SIGMA.

O reporte desta informação é efectuado mensalmente, conjuntamente com o IFDR, que por sua vez a envia ao Observatório do QREN. Este trabalho dá lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN – órgão composto pelo Coordenador do Observatório do QREN, que preside, pelos Presidentes dos Conselhos Directivos do IFDR e do IGFSE e pelo Inspector-Geral de Finanças, bem como a reportes internos que permitem à AG, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção, eventuais ajustamentos, no contexto de articulação da função monitorização e avaliação que o actual quadro de programação preconiza.

No âmbito da monitorização estratégica, o IDR contratou serviços de consultoria que têm vindo a desenvolver actividades técnicas com vista a apoiar a gestão do Programa, nomeadamente mediante a combinação de: (i) elementos de acompanhamento (sistema de informação, entrevistas a responsáveis e técnicos, visitas a projectos, ...) que veiculem conhecimento empírico sobre a evolução da execução dos projectos e o andamento das diversas tipologias de intervenção; e de (ii) elementos resultantes de processos de avaliação formais a realizar no âmbito do Planos de Avaliação aprovado para o Programa, com objectivos específicos ou de natureza temática.

Os produtos resultantes das actividades técnicas de monitorização estratégica contemplam as seguintes componentes técnicas: (i) análise das dinâmicas de candidatura; (ii) análise da pertinência e relevância dos projectos aprovados por Eixo Prioritário; (iii) apreciação preliminar do modelo de gestão e de estruturação dos recursos técnicos; (iv) visão de síntese das dinâmicas de absorção dos recursos de financiamento; e (v) sinalização de desvios relevantes face aos objectivos dos Eixos Prioritários do Programa.

### 1.2.6. Regulamentos Específicos

A Autoridade de Gestão promoveu no ano de 2008 a elaboração da seguinte regulamentação específica do Programa, que permitiu a operacionalização do mesmo, nomeadamente:

- Regulamento Específico do Programa Intervir+, de 04 de Abril de 2008;
- Portaria n.º 34/2008, de 7 de Abril: Cria o Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial das Micro e Pequenas Empresas da Região Autónoma da Madeira – SIRE;

- Declaração de rectificação: Rectifica a Portaria n.º 34/2008, de 7 de Abril;
- Portaria n.º 31/2008, de 31 de Março: Cria o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da Região Autónoma da Madeira - EMPREENDINOV;
- Portaria n.º 160/2008, de 24 de Setembro: Cria o Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da RAM - QUALIFICAR+;
- Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro: Cria o Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM - +CONHECIMENTO;
- Portaria n.º 210/2008, de 3 de Dezembro: Cria o Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da RAM - SI TURISMO.

Importa referir que relativamente ao Regulamento Específico do Programa Intervir, havia sido preparada uma versão provisória em 2007, que permitiu iniciar os trabalhos subjacentes à actividade da Autoridade de Gestão e ao lançamento oficial do Programa.

Os Sistemas de Incentivos (SI) estão direccionados para privilegiar operações inovadoras, com uma aposta clara nos factores dinâmicos da competitividade.

O EMPREENDINOV pretende contribuir para a mudança e crescimento da economia regional, através do estímulo ao surgimento de novos empreendedores e à criação de novas empresas, capazes de contribuir para a diversificação e competitividade do tecido empresarial, através de investimentos conducentes à introdução de novos produtos, novos processos tecnológicos, novas técnicas de distribuição, marketing, informação e comunicação, técnicas de inovação, racionalização energética e gestão ambiental, entre outros factores de competitividade.

O SIRE tem como objectivo a modernização das estruturas físicas, o reordenamento territorial e a integração no espaço urbano. Esta medida de apoio à revitalização empresarial contempla três áreas fundamentais: os Projectos Especiais, que se identificam com os apoios directos à dinamização das empresas; os Projectos de Revitalização dos Parques Empresariais e os Projectos Integrados associados à vertente da revitalização e integração urbanística.

O QUALIFICAR+ privilegia intervenções integradas e inovadoras, numa perspectiva de mercado global, visando a criação de valor acrescentado no tecido empresarial regional, em especial através do estímulo de factores dinâmicos de competitividade.

O +CONHECIMENTO pretende intensificar o esforço regional de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) e a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT).

O SI TURISMO apoia empresas do sector do turismo que desenvolvam operações de investimento integrados e inovadores, associados aos produtos turismo natureza, sol e mar, saúde e bem-estar, touring cultural e paisagístico, turismo náutico, turismo de negócios e golfe, que incidam, preferencialmente, em factores dinâmicos da competitividade.

### **I.2.7. Avaliação**

A função Avaliação cometida à Autoridade de Gestão do Programa encontra enquadramento no artigo 47.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, sendo que importa aqui relevar o Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA), enquanto instrumento de programação das avaliações mediado pelos normativos comunitários e nacionais e enquanto documento de sistematização e articulação das diferentes avaliações do QREN e dos Programas Operacionais (PO).

O planeamento e operacionalização da função Avaliação do Programa tem como suporte a Rede de Interlocutores de Avaliação, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes do IFDR, do IGFSE e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, bem como a Unidade de Avaliação do Programa, entendida como órgão tecnicamente competente para, ao nível do Programa, apoiar a gestão no planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional, como de natureza estratégica.

O ano de 2008 centrou-se nas actividades que deram corpo não apenas ao contributo do Programa para a preparação do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO, bem como à própria adaptação da proposta de Plano de Avaliação do Programa, que havia sido concebida em finais de 2007, em conformidade com as orientações para a elaboração destes instrumentos, desenvolvidas pelo Observatório do QREN, no âmbito da actividade da referida Rede de Interlocutores de Avaliação.

Assim, o Regulamento Comunitário e o Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO constituíram os referenciais de partida para, com base na natureza de objectivos estratégicos e Eixos Prioritários do Programa, formular o Plano de Avaliação do Programa Intervir+.

Orientando os exercícios de avaliação a desenvolver durante o período de implementação das intervenções, avaliações quer de natureza estratégica quer operacional a realizar na vigência do Programa, o Plano de Avaliação aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. Trata-se não tanto, de efectivar a avaliação (em matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidas) mas, sobretudo, de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo útil eventuais desvios face aos objectivos e metas e de (re)orientar as modalidades de intervenção, se tal se justificar.

As componentes do Plano relativas ao Programa Intervir+ foram objecto de prévia apreciação pelos intervenientes na gestão do Programa, tendo as mesmas sido aprovadas pela Autoridade de Gestão do Programa a 4 de Novembro de 2008 e, em resultado, o próprio Plano (vd. [www.idr.gov-madeira.pt](http://www.idr.gov-madeira.pt)).

O Plano estabelece os objectivos e princípios gerais da função Avaliação, com o respectivo enquadramento normativo comunitário e nacional e os mecanismos de coordenação para a implementação do Plano, apresenta a perspectiva “Avaliação On Going” do Programa Intervir+ e desenvolve a programação do Plano, com uma lista indicativa de exercícios de Avaliação a realizar ao longo do período de vigência do Programa.

Os exercícios de Avaliação apresentados no Plano, e o próprio Plano, assumem uma natureza dinâmica, passível de ajustamentos, pois as Avaliações identificadas constituem um compromisso preliminar que deverá ser (re)ajustado, inclusive em termos de calendário, face às incidências do 1.º ciclo de execução do Programa.

Ressalve-se ainda que a Autoridade de Gestão do Programa incluirá nas suas propostas, as recomendações específicas para a realização de exercícios de Avaliação que vierem a ser aprovadas pela Comissão de Acompanhamento e, em especial, as que decorram da identificação – designadamente, com base nos indicadores de desempenho – de desvios relevantes entre os progressos verificados e os objectivos fixados ao nível de cada Eixo Prioritário.

O cronograma de implementação do Plano de Avaliação concentra os exercícios no período 2009 a 2012, como poderá ser verificado no Quadro 9, sendo que seguidamente destacamos os exercícios da iniciativa e responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa.

**Quadro 9 - Cronograma de implementação do Plano**

Ano	2008				2009				2010				2011				2012			
Exercícios de Avaliação / Trimestre	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t
Av G Implementação QREN (2007-08)																				
Av da Operacionalização dos PO no contexto da Estratégia do QREN (2007-08)																				
Intervir +																				
Av Impacte Macroeconómico do QREN (2007-09)																				
Av Intercalar dos PO (2007-2010)																				
Intervir +																				
Av Intercalar QREN (2007-10)																				
Av Global Execução QREN (2007-2011)																				
Av Transversais de Operacion./Globais (Vários PO e/ou Fundos)																				
Av Integração Persp. Gen. Fundos Estrut. no período 2007-2013																				
Av Específica (de cada PO ou por Fundo) *																				
Anál. Custo-Benf. projectos FEDER e Fundo Coesão (IFDR)																				
Av Difusão Inform. âmbito FEDER e Fundo Coesão (IFDR)																				
Av Modelo Elab. Regulam. Especif. PO FEDER e Fundo Coesão (IFDR)																				
Av Qualidade Inform. que consta nos SI dos PO FEDER e Fundo Coesão (IFDR)																				

\* Não estão assinaladas as avaliações temáticas no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades estratégicas do Programa Intervir+, por não estar ainda o respectivo calendário estabilizado, prevendo-se o seu desenvolvimento ao longo dos anos 2010 e 2011.

■ Fase de lançamento      ■ Fase de execução

Fonte: Observatório do QREN / Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013



O exercício de Avaliação a concretizar no ano de 2009, a Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, tem em vista assegurar a adequada articulação entre uma vertente de operacionalização e uma vertente tendencialmente estratégica. Na perspectiva dos resultados esperados, tem-se em vista fundamentar eventuais necessidades de introdução de ajustamentos considerados necessários no sistema de gestão/governança do Programa e de melhoria da adequação do perfil de candidaturas com as prioridades estratégicas reflectidas nos Eixos Prioritários do Programa.

Os exercícios a realizar no período 2010-2012, já numa fase de consolidação das dinâmicas de execução do Programa, também privilegiam a articulação entre as vertentes operacional e estratégica quer os exercícios temáticos que se perspectivam, quer o exercício relativo à Avaliação Intercalar do Programa Intervir+.

Este importante momento de Avaliação tem por finalidades: (i) reforçar a coerência e racionalidade das prioridades estratégicas de intervenção; (ii) melhorar a eficácia e eficiência na afectação dos recursos de financiamento; (iii) fundamentar eventuais necessidades de reprogramação interna do PO; e (iv) fundamentar eventuais (re)ajustamentos do modelo de gestão/responsabilidades de execução do Programa Intervir+.

As Avaliações temáticas terão como finalidade proporcionar respostas quanto à eficácia das orientações estratégicas das políticas públicas regionais, à luz dos contributos dos fundos estruturais veiculados pelo Programa, designadamente nos domínios enquadrados pelas Agendas Temáticas da Competitividade e da Valorização do Território. As prioridades destas Agendas encontram forte ressonância nas prioridades estratégicas do PDES 2007-2013 e deverão estar bastante presentes na escolha dos temas e na preparação das Especificações Técnicas.

Destaque-se ainda que o Plano de Avaliação do Programa retrata a perspectiva monitorização estratégica vs avaliação, preconizada pelo actual quadro de programação, promovendo a operacionalização dos níveis de complementaridade e articulação efectiva entre a “função Acompanhamento/Monitorização” e a “função Avaliação”, de molde a assegurar a plena integração da função avaliação no âmbito da monitorização e acompanhamento.

Neste contexto, como já referido anteriormente, a Autoridade de Gestão contratou serviços de consultoria no âmbito da monitorização estratégica para apoiar a gestão do Programa, resultante em actividade técnicas que suportaram as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos.

Os documentos de monitorização estratégica têm destacado os constrangimentos existentes recomendado a necessidade de reapreciar as intenções de investimento recolhidas na fase de programação junto das diversas entidades públicas e associativas, com estatuto de entidades beneficiárias em Eixos e tipologias de intervenção, que detêm peso significativo no desenvolvimento do Programa. Estão, neste caso, algumas áreas sectoriais com expressão no desenho de prioridades estratégicas do PDES 2007-2013 (desenvolvimento turístico, valorização e protecção ambiental, saneamento básico, cultura e património,...) relativamente às quais existem projectos identificados com memória descritiva de acções/componentes de investimento que aguardam disponibilidades orçamentais para efeitos de co-financiamento.

A reapreciação sugerida deverá evoluir no sentido de estabelecer prioridades norteadas pelas necessidades de intervenção próprias a cada Eixo, mas também pela percepção dos resultados e efeitos-tipo mais seguros, designadamente na óptica dos objectivos estratégicos do Intervir+ (inovação e competitividade; sustentabilidade ambiental; e coesão social e territorial).

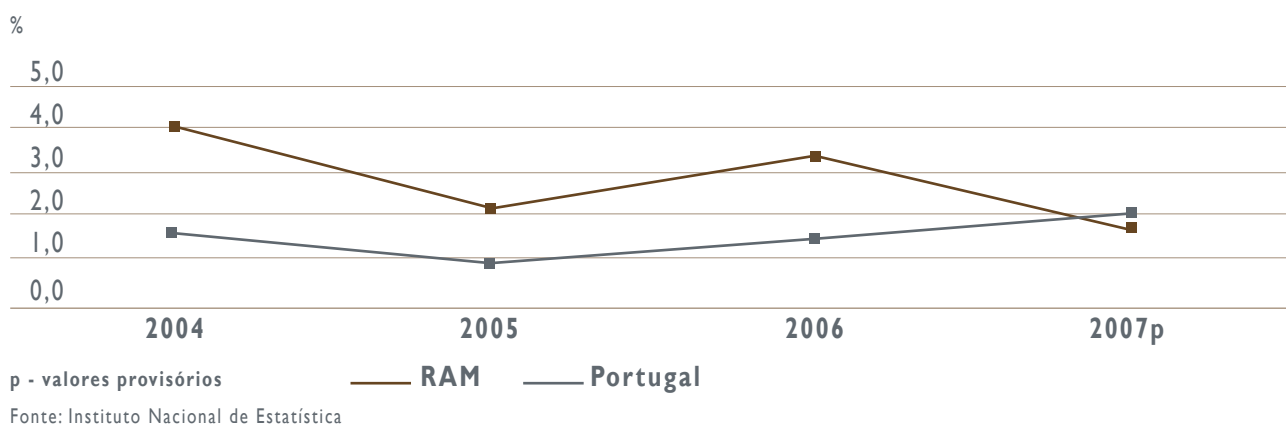
## 2. Evolução do contexto sócio-económico

A Região Autónoma da Madeira enfrenta importantes desafios na actual conjuntura de crise, que assume contornos ainda desconhecidos, quer na amplitude, quer no horizonte temporal que lhe está subjacente. O repto de manter os elevados e sustentados níveis de crescimento económico e de emprego, assegurando, simultaneamente, a protecção ambiental, a coesão social e o desenvolvimento territorial, constitui a grande bitola de actuação para o horizonte 2007-2013.

O enquadramento socioeconómico a que se dedica a presente secção pretende dissecar a realidade regional nas suas principais vertentes, procedendo-se, para o efeito, à apreciação e avaliação da evolução recente dos principais indicadores e, sempre que se justifique, à comparação com as realidades nacional e comunitária para uma melhor contextualização da realidade regional.

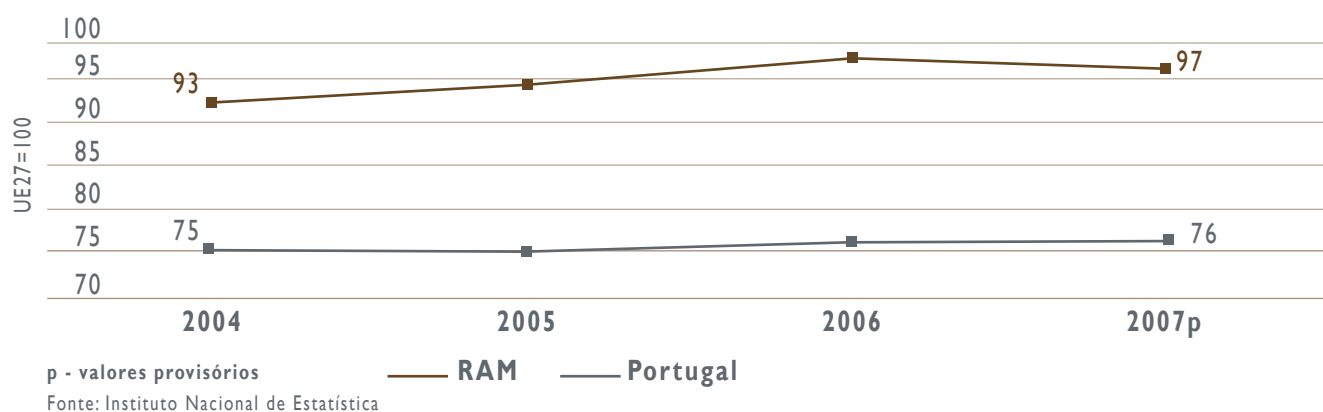
A dinâmica da economia regional, fornecida pela evolução em volume do Produto Interno Bruto (PIB), manifesta ritmos de crescimento sustentados, embora denunciando sinais de algum abrandamento. Com efeito, em 2007, o PIB regional registou um acréscimo de 1,6%, cristalizando uma diminuição do ritmo de crescimento económico em 1,4 pontos percentuais (p.p.) face ao registado no ano anterior. A comparação com o desempenho económico do país é reveladora de diferentes intensidades nos ritmos de crescimento do PIB, com o produto regional a evidenciar evoluções sucessivamente superiores ao nacional, à excepção de 2007, altura em que a variação real da riqueza produzida em Portugal superou o PIB regional em 0,3 p.p.. A figura confere uma visão da evolução do PIB regional e do de Portugal entre 2004 e 2007. Gráfico 2 - Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na RAM

Gráfico 2 - Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na RAM



A assinalável recuperação da Região em matéria de coesão com a União Europeia a 27 Estados-Membros (UE27) marca um percurso exemplar de aproximação aos padrões médios da comunidade europeia, conforme permite constatar a evolução do respectivo índice de disparidade do PIB per capita.

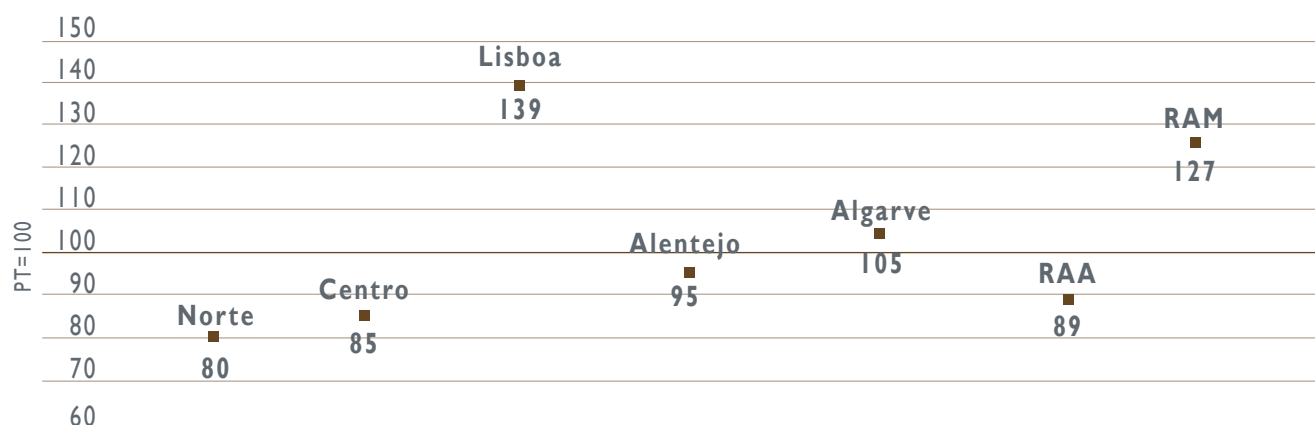
Gráfico 3 - Índice de disparidade do PIB per capita de Portugal e da RAM



Numa retrospectiva mais alargada, é possível comprovar que o hiato entre a média comunitária e a Região foi reduzido em 30 pontos, passando-se de um PIB per capita equivalente a 67% da média da União em 1995 para os 97% em 2007, corporizando a quase eliminação das disparidades existentes entre a Região e a média comunitária num período relativamente curto (apenas treze anos). A evolução recente deste indicador é reveladora da sustentabilidade dos progressos da Região rumo à convergência com a média da União, que compara com uma evolução menos pronunciada de Portugal face à média de referência.

A coesão intra-regional aferida a partir do índice de disparidade do PIB per capita com referência à média de Portugal (PT=100) confirma a posição de destaque da RAM no contexto nacional, que apresenta, a par de Lisboa, o PIB per capita mais elevado das regiões portuguesas, ultrapassando o valor de referência em 27%, em 2007. O gráfico denuncia a subsistência de disparidades relevantes entre as várias regiões do país, com o indicador em apreço a variar entre os 139% em Lisboa e os 80% na Região Norte. Gráfico 4 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2007 (PT=100)

Gráfico 4 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2007 (PT=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A análise da **estrutura sectorial da economia regional** evidencia a progressiva consolidação do sector terciário, que representou 81,5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado em 2007, aumentando o seu peso relativo na economia em 0,4 p.p. face ao ano anterior. Por seu turno, o sector secundário tem registado ligeiras quebras na estrutura produtiva regional, absorvidas quase na totalidade pelo sector dos serviços, passando de um peso relativo de 17,7% em 2004 para os 16,2% em 2007. O sector primário apresenta uma dinâmica relativamente estável, tendo representado 2,4% do VAB em 2007. O quadro seguinte sintetiza a evolução registada na estrutura sectorial da economia regional entre 2004 e 2007.

Quadro 10 - Estrutura sectorial da economia regional

Sector	2004	2005	2006	2007p
Sector primário	2,4	2,2	2,4	2,4
Sector secundário	17,7	17,3	16,6	16,2
Sector terciário	79,9	80,5	81,1	81,5

p - valores provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A avaliação mais pormenorizada da base produtiva, fornecida pelo VAB por ramos de actividade da Região, permite aferir alguma concentração em torno das “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, do “Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico” e da “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória”, que representavam, respectivamente, 20%, 15% e 11,5% da riqueza produzida na Região em 2007. De assinalar ainda os ramos da “Construção” (8,6%), dos “Transportes” (8%) e de “Alojamento e restauração” (7,4%), pelo significativo peso relativo na estrutura económica da Região. A apreciação da estrutura produtiva permite ainda inferir a importância da actividade turística, pelo efeito multiplicador nas actividades directa ou indirectamente conexas, nomeadamente as dirigidas ao ramo da imobiliária, alugueres e serviços prestados

às empresas e ao comércio e, por outro, a relevância da sector público na dinâmica da economia regional, tanto pelo contributo directo do ramo “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória”, como pelos impactos das actividades de carácter iminentemente público como sejam as relacionadas com a educação (5%) e com a saúde e acção social (6,6%). O quadro apresentado de seguida completa a informação relativa à estrutura da economia regional segundo os ramos de actividade.

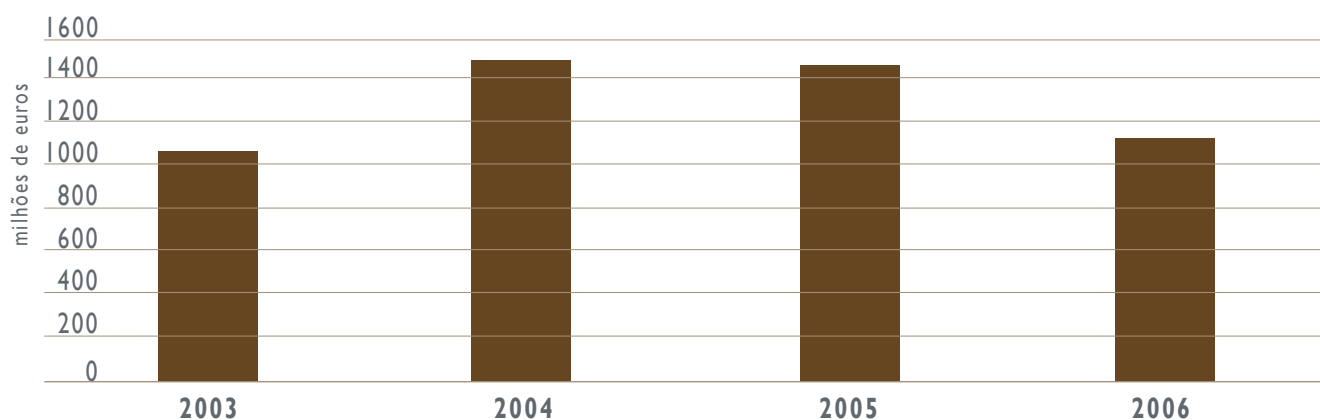
**Quadro 11 - Estrutura do VAB por ramos de actividade**

Ramos de Actividade	2004	2005	2006	2007p
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agricultura, produção animal, caça, e silvicultura	1,7	1,7	1,7	1,6
Pesca	0,7	0,6	0,7	0,8
Indústrias extractivas	0,5	0,4	0,3	0,3
Indústrias transformadoras	4,1	3,9	3,6	3,4
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	3,0	3,4	3,7	3,9
Construção	10,2	9,5	9,0	8,6
Comércio por grosso e a retalho, rep. veículos autom., motoc. e bens de uso pes. e doméstico	14,0	15,2	14,4	15,0
Alojamento e restauração	7,4	7,7	7,6	7,4
Transportes, armazenagem e comunicações	7,8	7,8	8,0	8,0
Actividades financeiras	4,3	4,1	5,8	5,2
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	21,6	18,9	19,6	20,0
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	12,6	11,9	11,6	11,5
Educação	4,8	5,0	5,0	5,0
Saúde e acção social	4,5	7,0	6,2	6,6
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	2,2	2,3	2,2	2,1
Famílias com empregados domésticos	0,6	0,7	0,7	0,7

**p - valores provisórios**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

**Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo na RAM**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A informação relativa ao comportamento do investimento na RAM dá conta de uma evolução desfavorável desta componente entre 2005 e 2006, que atingiu os 26%. As quebras de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das actividades associadas ao sector secundário, e em especial o ramo da construção, que registou uma variação anual negativa de 56%, o abrandamento do investimento na área dos transportes, armazenagem e comunicações (-54%) e a diminuição da intensidade do investimento público (-48%) constituem os principais factores que motivaram a inflexão da trajectória de evolução face ao passado recente. O abrandamento do investimento público, motivado pela atenuação das carências

de infra-estruturas e equipamentos públicos – que têm vindo a ser significativamente supridas, ao longo dos últimos anos, por todo o território regional – e a perda de algum vigor da fileira da construção dirigida à habitação, ajudam a explicar a evolução do investimento neste ramo de actividade. Por outro lado, a grande instabilidade dos mercados internacionais de matérias-primas e as pressões inflacionistas decorrentes da conjuntura económica desfavorável, a par da consequente intervenção do Banco Central Europeu (BCE) no sentido da estabilização de preços (o BCE subiu por quatro vezes as taxas directoras em 2006), constituíram factores que, por limitativos ao investimento, podem fornecer alguma fundamentação à evolução negativa da Formação Bruta de Capital Fixo na Região.

A produtividade, calculada a partir da relação entre o VAB e a população empregada, é reveladora do dinamismo da economia regional no contexto nacional, com a última informação disponível a indicar o reforço da posição da RAM enquanto segunda região portuguesa com maior produtividade. O índice de produtividade com referência à média nacional que compara, em termos relativos, as regiões portuguesas face à média do país (valor 100 do índice), coloca a Região Autónoma da Madeira 23% acima da média nacional em 2007 (22% em 2006), superada apenas pela Região de Lisboa, que registou um nível de produtividade superior ao valor de referência em 36%, tendo evoluído, contudo, negativamente face ao ano anterior (-1 p.p.). A apreciação da evolução recente deste indicador é consistente com a convicção de que a RAM tem registado um percurso marcado por ganhos assinaláveis de competitividade económica, afirmando-se como uma referência no contexto nacional.

**Quadro 12 - Índice de produtividade (PT=100)**

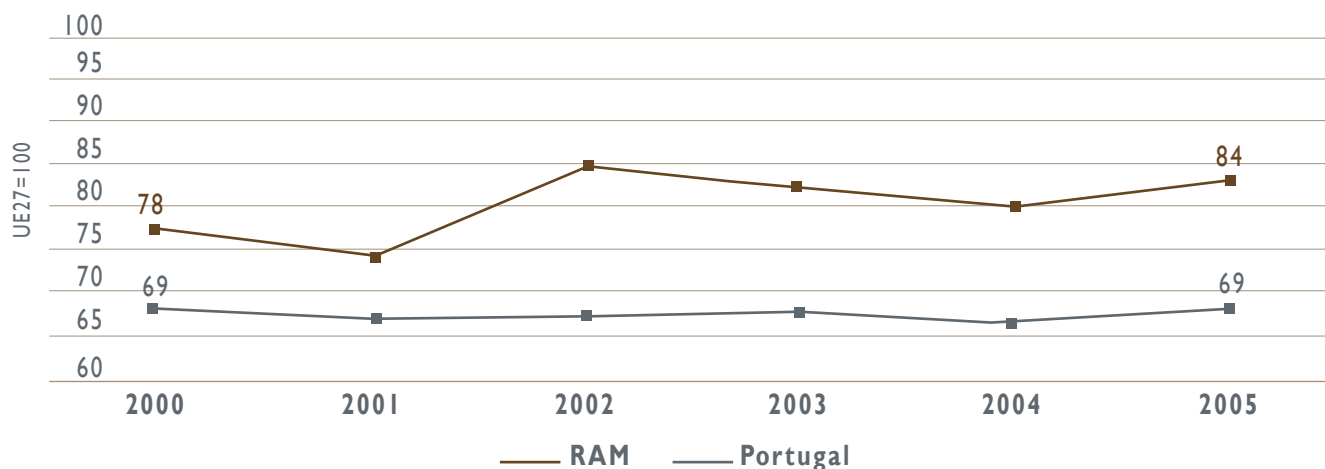
Região	2004	2005	2006	2007p
Norte	81	82	82	82
Centro	80	80	79	80
Lisboa	138	138	137	136
Alentejo	109	108	110	110
Algarve	100	102	103	103
RAA	99	99	101	100
RAM	119	122	122	123

p - valores provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A comparação com a média comunitária comprova, para o período 2000-2005, a recuperação protagonizada pela Região em matéria de produtividade, que se traduziu numa aproximação de 6 p.p. face à média de referência. Por seu turno, Portugal manteve os níveis de produtividade constantes ao longo do período considerado, conforme revela o gráfico.

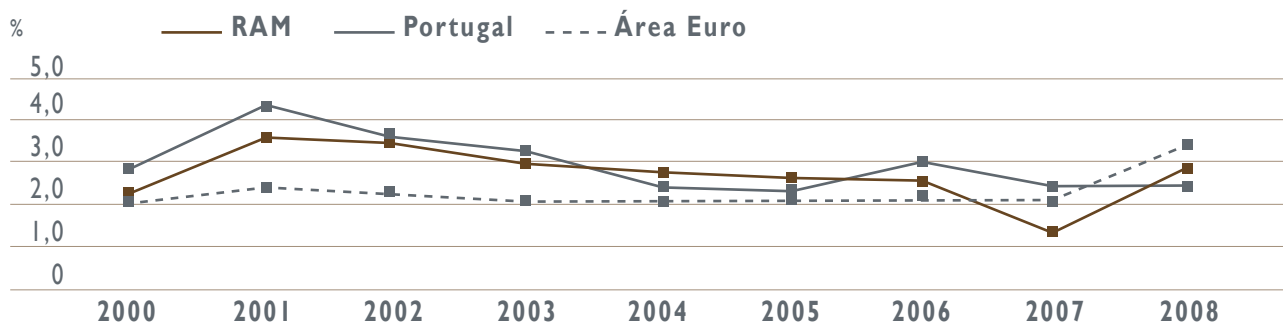
**Gráfico 6 - Índice de produtividade (UE27=100)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A taxa de variação média anual do **Índice de Preços no Consumidor** fixou-se nos 2,8%, em 2008, o que representou um acréscimo de 1,4 p.p. face ao ano anterior. A subida do nível geral de preços ficou a dever--se, essencialmente, aos acentuados aumentos verificados nas componentes “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (6,6%) e “Habitação, água electricidade e gás e outros combustíveis” (5,7%), impulsionadas pelas condições adversas dos mercados internacionais e por conjunturas geopolíticas desfavoráveis que tiveram fortes repercussões no aumento das pressões inflacionistas. O enquadramento externo impulsionou igualmente o nível geral de preços ao nível nacional, com a respectiva taxa de inflação a registar um acréscimo de 0,1 p.p. face ao ano precedente, fixando-se nos 2,6% em 2008. Na Área Euro, a variação assumiu contornos mais significativos, com o índice de preços no consumidor a crescer 1,2 p.p. relativamente a 2007, atingindo os 3,3% em 2008.

Gráfico 7 - Evolução da taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor



Fonte: Eurostat; Instituto Nacional de Estatística

O fluxo de bens e serviços entre a Região e o resto do mundo fornece um enquadramento das relações económicas com o exterior que permite avaliar o grau de abertura e dependência da economia regional face ao exterior e identificar, simultaneamente, os principais mercados fornecedores e receptores desta economia insular.

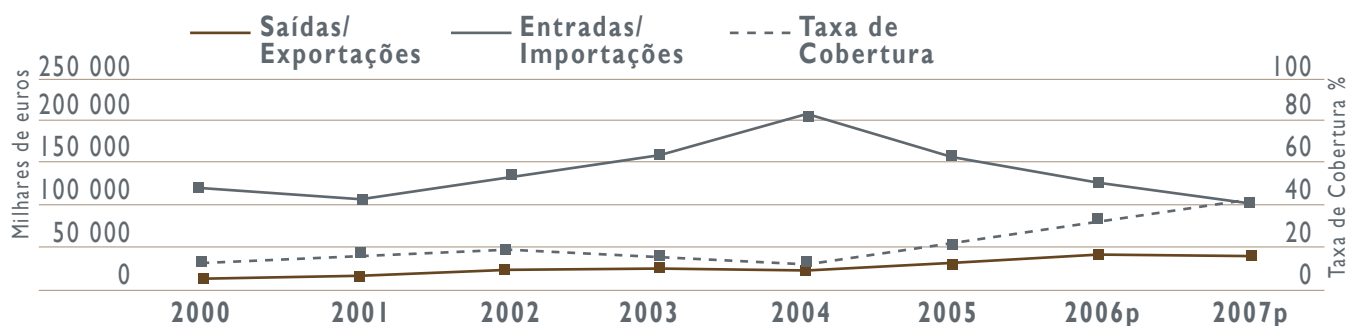
A última informação relativa ao **Comércio Internacional** dá conta de uma diminuição da intensidade das trocas comerciais com o exterior. Com efeito, em 2007<sup>1</sup>, assistiu-se a uma quebra, tanto das saídas/exportações, como das entradas/importações, que atingiram, face ao ano anterior, os 6,1% e os 22,1%, respectivamente. Em virtude da acentuada quebra das entradas/importações, a Região viu reforçada a taxa de cobertura das importações pelas exportações, que passou dos 34,4% em 2006 para os 41,5% em 2007.

A análise mais fina dos fluxos comerciais com a Região permite identificar o mercado comunitário como um fornecedor de referência para a RAM, tendo sido a origem de 70,1% do total dos bens e serviços adquiridos em 2007, sendo de assinalar, em particular, Espanha e França como os principais fornecedores individuais, uma vez que, em conjunto, constituíram a fonte abastecedora de 41,5% do total das entradas/importações efectuadas pela RAM no ano considerado (32,1% e 9,4%, respectivamente). Por outro lado, a informação relativa às saídas/exportações permite apontar inequivocamente o mercado extracomunitário como o principal destino dos produtos regionais, dado que representaram 66,1% das vendas efectuadas, com Angola e Cabo Verde a constituírem os principais mercados receptores da Região em 2007, abarcando 51,3% do total das saídas/exportações realizadas.

A evolução recente da informação relevante para o comércio internacional deixa transparecer um crescimento sustentado das saídas/exportações regionais, ao mesmo tempo que revela, a partir de 2004, um abrandamento das entradas/importações, com visíveis resultados no reforço da taxa de cobertura das importações pelas exportações. As estatísticas reportadas à Região no domínio do comércio internacional são, por conseguinte, indiciadoras da intensificação da afirmação e da capacidade de internacionalização da economia regional, em especial no contexto extracomunitário.

1 - Dados provisórios

Gráfico 8 - Evolução do comércio internacional da RAM

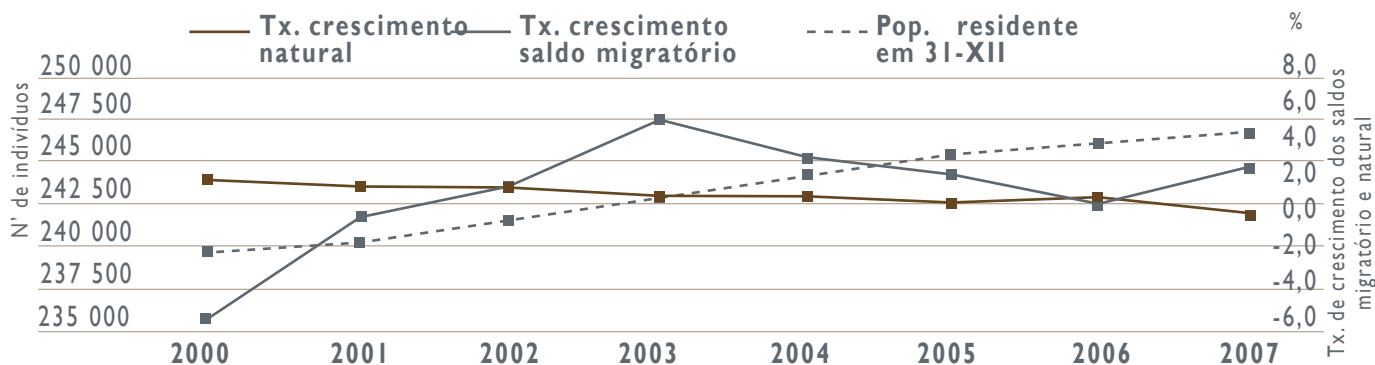


p - valores provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A **informação demográfica** para a Região, fornecida pelas estimativas intercensitárias 2007<sup>2</sup> do Instituto Nacional de Estatística, dá conta de uma população residente composta por 246.689 indivíduos, mais 883 do que no ano anterior. A apreciação da dinâmica demográfica fornecida pela evolução recente dos principais indicadores permite constatar, no horizonte 2000-2007, sucessivos aumentos populacionais (a uma taxa média anual de 0,36%), em virtude, por um lado, da estabilização do número de óbitos e, por outro, da consistência da evolução positiva verificada ao nível do saldo migratório, que se apresenta como grande impulsionador do actual dinamismo demográfico que a Região atravessa. O saldo natural, por seu turno, tem evidenciado ritmos de crescimento manifestamente reduzidos, pelo que o seu contributo para o acréscimo populacional registado revestiu um carácter meramente residual.

Gráfico 9 - Evolução demográfica na RAM

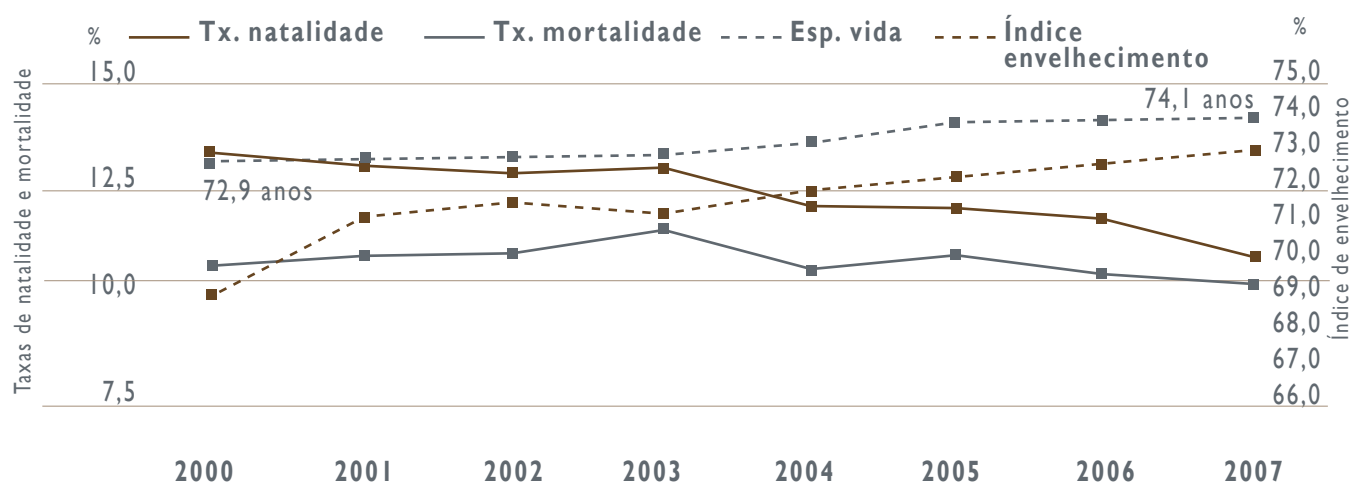


Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Direcção Regional de Estatística da Madeira

O progressivo envelhecimento da população que caracteriza a dinâmica da maioria dos países da Europa é extensivo à Região que, embora com uma estrutura etária relativamente jovem (apenas 13,1% da população tinha 65 ou mais anos em 2007), tem vindo a registar uma diminuição da população pertencente ao escalão etário dos 0 aos 14 anos a um ritmo relativamente acelerado. O abrandamento da taxa de natalidade – que não tem evoluído de forma a garantir a renovação das gerações – e o aumento da longevidade, a que se associam as visíveis melhorias na qualidade de vida da população e os inegáveis progressos ao nível da medicina e dos cuidados de saúde, determinam em grande medida que a relação entre a população idosa e a população jovem – definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos – tenha aumentado em 2007 cerca de 4,2 p.p. face a 2000. O índice de envelhecimento, que utiliza precisamente a relação descrita anteriormente, representava 73,2% na Região em 2007, que compara com os 68,9% em 2000. A figura apresenta as evoluções ocorridas ao nível das taxas de natalidade e de mortalidade e do envelhecimento demográfico, desde 2000, assim como a evolução da esperança média de vida à nascença.

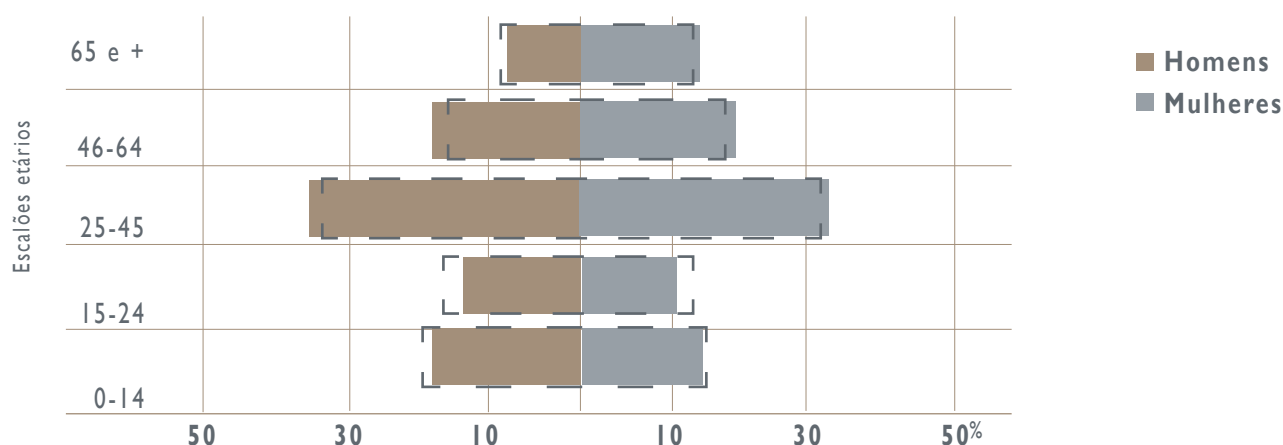
2 - As estimativas intercensitárias referem-se a 31/XII do ano a que se reportam.

Gráfico 10 - Evolução das taxas de natalidade e mortalidade, do índice de envelhecimento e da esperança média de vida na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Direcção Regional de Estatística da Madeira

Gráfico 11 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários em 2000 e em 2007 a)



a) A tracejado está representada a estrutura demográfica em 2000. As barras reportam-se à informação referente a 2007.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A apreciação da estrutura regional dos escalões etários revela que, entre 2000 e 2007, a população pertencente aos escalões etários mais jovens (entre 0 e 14 e entre 15 e 24 anos) tem vindo a perder peso relativo na população – em 2007, o número de indivíduos pertencentes a estas faixas etárias correspondia a 32,1%, menos 3,6 p.p. do que em 2000. A perda relativa observada foi entretanto absorvida pelas duas faixas etárias seguintes – 25-45 anos (+1,7 p.p.) e 45-64 anos (+1,9 p.p.) – que passaram a representar 34,5% e 20,4% da população, respectivamente. O grupo de indivíduos com 65 ou mais anos não registou alterações significativas ao longo do período em apreço.

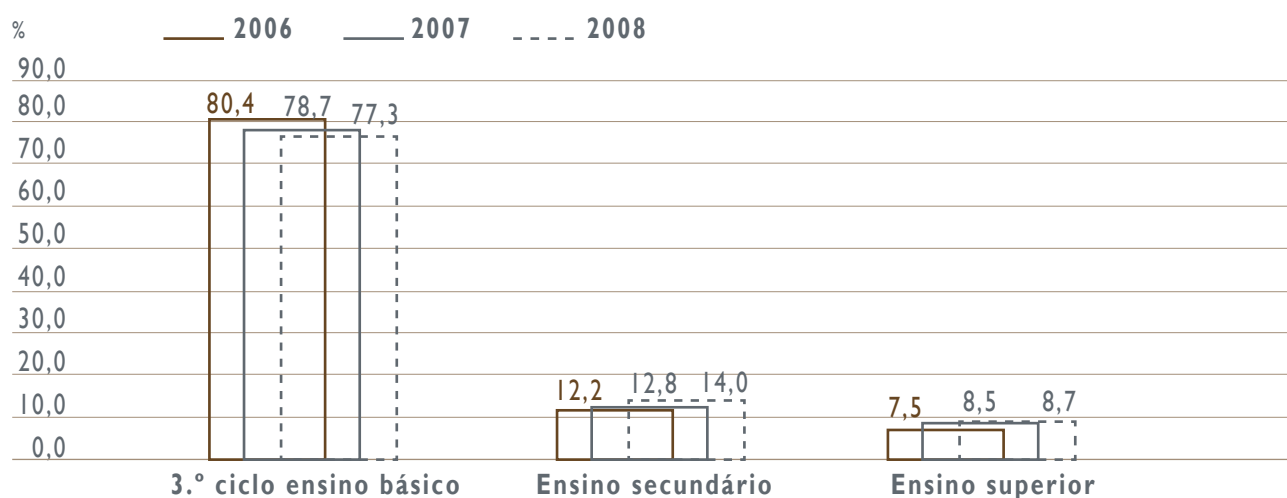
De acordo com a última informação disponível sobre os níveis de **escolaridade da população regional**<sup>3</sup>, cerca de 77,3% dos indivíduos tinham concluído, até final de 2008, o 3.º ciclo do ensino básico e apenas 22,7% detinham habilitações equivalentes ao secundário (14%) ou superior (8,7%).

Apesar do ainda baixo nível de habilitações registado na RAM, a evolução dos últimos três anos evidencia progressos no sentido da elevação dos níveis de ensino atingidos. Com efeito, em 2006, 80,4% dos indivíduos com 15 ou mais anos detinham habilitações ao nível do 3.º ciclo do ensino básico, mais 3,1 p.p. do que em 2008. Por outro lado, a estrutura da população por níveis de escolaridade completo revela um acréscimo de 1,8 p.p. no número de indivíduos com o ensino secundário completo e uma progressão de 1,2 p.p. no caso da conclusão de instrução de nível superior. O gráfico ilustra o referido.

3 - Estão considerados os indivíduos com 15 ou mais anos.

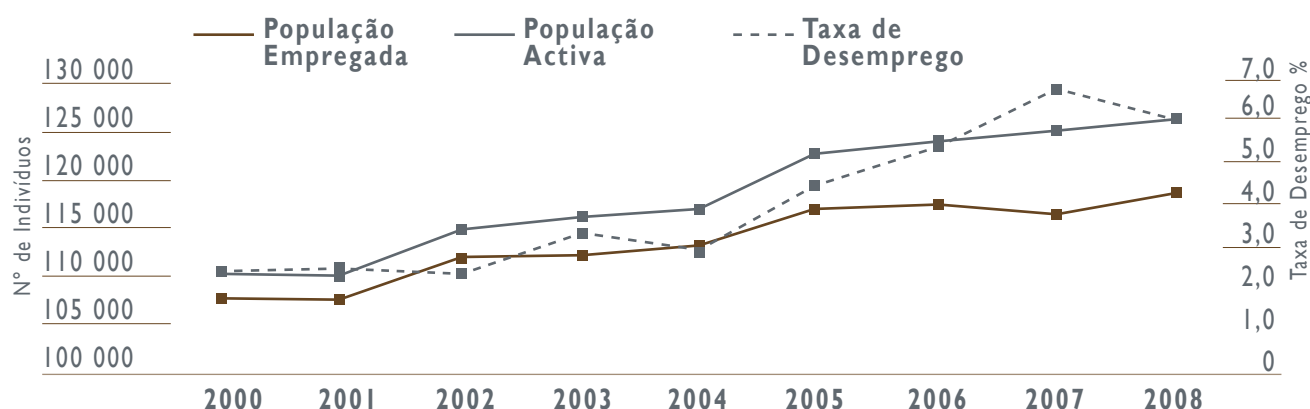


Gráfico 12 - Estrutura da população por nível de escolaridade completo



Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Gráfico 13 - Evolução das principais componentes do mercado de trabalho na RAM

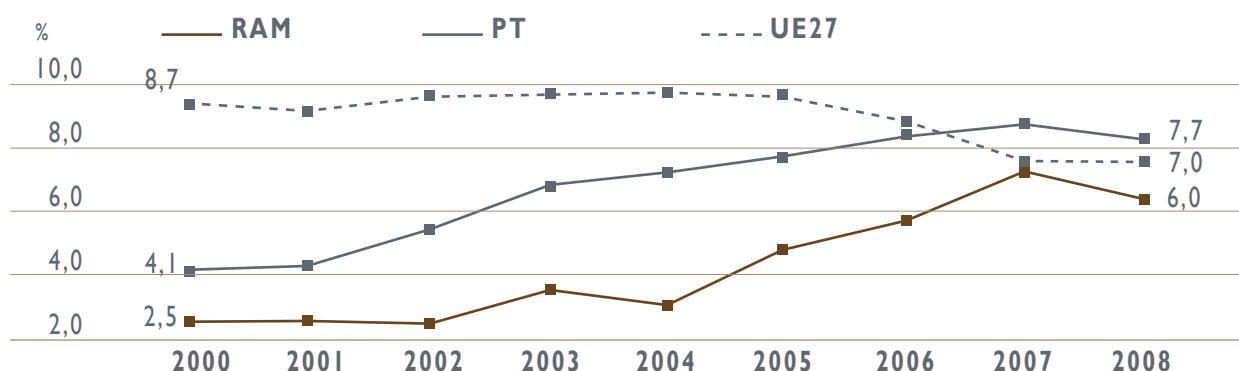


Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Os dados relativos ao **emprego** assinalam um total de 118.499 indivíduos empregados em 2008, mais 2.036 do que no ano anterior, revelando uma particular capacidade de economia regional para manter uma taxa de actividade elevada, próxima da média nacional. Este dinamismo empregador é fortemente tributário do emprego nas entidades do sector público regional e das actividades do terciário de natureza social e económica, destacando-se neste último, as actividades da imobiliária turística, as actividades financeiras, o comércio por grosso e a retalho e os serviços de apoio às empresas.

Apesar dos acréscimos na taxa de desemprego dos últimos anos na RAM (que ficou a dever-se essencialmente a aumentos acentuados da população activa), é possível constatar que a economia regional tem conseguido manter os níveis de desemprego em patamares inferiores aos registados na União Europeia e em Portugal, conforme demonstra o diferencial entre as taxas de desemprego da Região, de Portugal e da UE27, patente no Gráfico 14 seguinte. Não obstante a ligeira inflexão da taxa de desemprego em 2008, será de esperar um acréscimo deste indicador no ano de 2009, em virtude dos impactos negativos da crise financeira na economia real.

Gráfico 14 - Evolução da taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na UE27



Fonte: Eurostat; Direcção Regional de Estatística da Madeira

## Mudanças no contexto da implementação do Programa

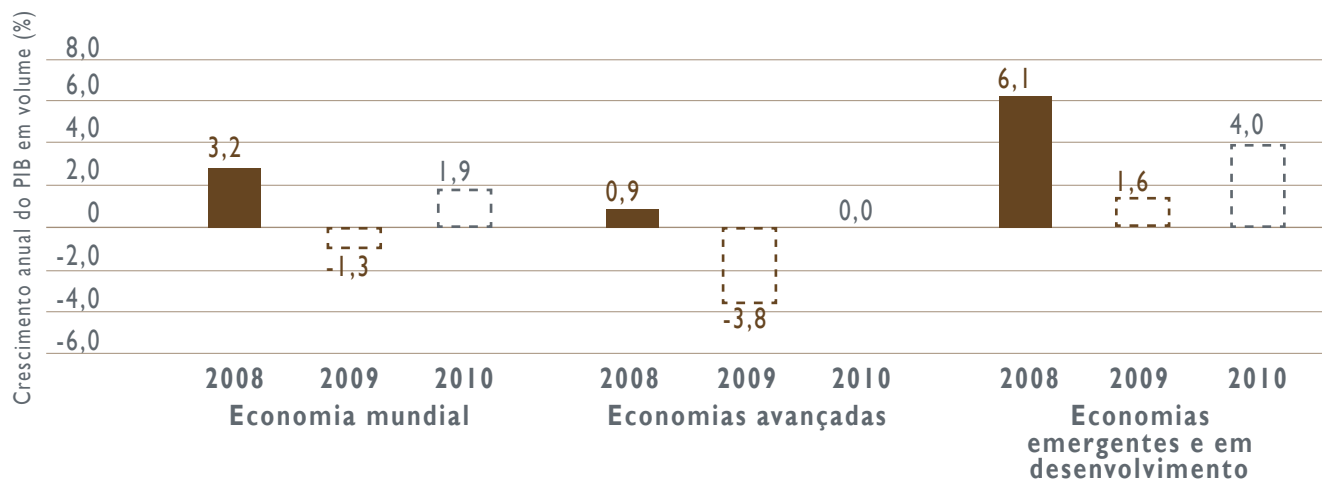
As recentes alterações na **conjuntura económica internacional**, actualmente marcada por uma forte crise nos mercados financeiros – cujos efeitos se fazem sentir já de forma profunda na economia real – não se encontram retratadas na informação socioeconómica analisada nesta secção, dado o diferimento dos indicadores considerados, em particular os que reflectem a realidade económica regional. Contudo, a amplitude global da crise e a profundidade dos seus efeitos justificam, com base no desempenho económico esperado para a economia mundial e para as principais economias avançadas, a **avaliação das ameaças e dos riscos para a economia regional no futuro próximo**.

A economia regional, condicionada pela sua natureza ultraperiférica e pela grande abertura ao exterior que as suas características próprias impõem, encontra-se particularmente vulnerável a choques externos adversos e a conjunturas internacionais desfavoráveis. Neste enquadramento, será pertinente referir as perspectivas de crescimento económico global para os próximos anos, assim como as previsões de evolução das principais economias avançadas e, bem assim, da economia nacional, por constituírem cenários indicativos para o desempenho económico regional nos próximos anos.

A profundidade da crise nos mercados financeiros internacionais é ainda desconhecida em toda a sua extensão e, por esta via, não é ainda totalmente líquido o impacto potencial dos efeitos na economia real, cuja intensidade dependerá de intervenções públicas firmes e concertadas no combate à conjuntura internacional desfavorável que marca a actualidade. Não obstante o elevado grau de incerteza associado às previsões efectuadas, as projecções para a **economia mundial** em 2009 apontam para o pior desempenho económico de que há memória desde a Segunda Guerra Mundial, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a prever uma quebra do produto em 1,3% (que contrasta com um crescimento de 3,2% em 2008). A recuperação deverá ter início já em 2010, ainda que de forma moderada, com as expectativas de crescimento económico a não ultrapassarem os 1,9%.

As perspectivas do FMI para as **economias avançadas** em 2009 reflectem uma contracção do PIB em 3,8%, sucedendo um acréscimo já de si moderado em 2008 (0,9%). Por seu turno, as expectativas de crescimento para os **mercados emergentes** em 2009 apontam para um forte abrandamento da actividade económica, que, não obstante, se deverá manter em terrenos positivos (1,6%). Efectivamente, apesar do comportamento aparentemente saudável da actividade nos mercados emergentes, a evolução prevista deverá materializar-se num acréscimo manifestamente abaixo do registado no ano de 2008 (6,1%). Em 2010, o panorama económico deverá melhorar ligeiramente, sendo expectável um certo revigoreamento por parte dos mercados emergentes, com o PIB a crescer 4%. Por sua vez, nas economias avançadas, adivinha-se um crescimento nulo da actividade. O Gráfico 15 compara a taxa de crescimento do PIB em 2008 com a esperada em 2009 e 2010 das economias mundial, avançadas e emergentes.

Gráfico 15 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)

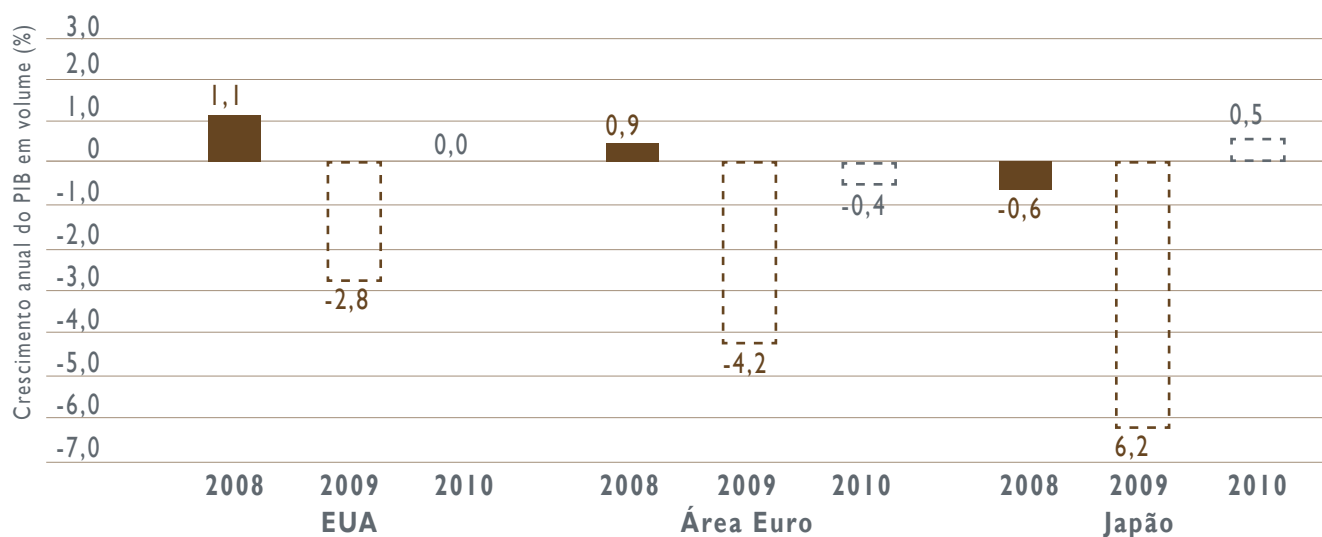


a) A tracejado estão representadas as projecções do FMI para 2009 e 2010. As barras indicam a evolução económica registada em 2008.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

A apreciação mais detalhada das projecções do FMI revela contracções significativas nas **principais** economias avançadas em 2009, destacando-se, em particular, a forte recessão esperada no Japão (-6,2%), na Alemanha (-5,6%) e no Reino Unido (-4,1%). Os Estados Unidos da América (EUA) deverão acompanhar a tendência de recessão das principais economias do mundo, conforme revelam as expectativas de evolução do produto de -3,8% em 2009. Em linha com o ciclo de recessão, a Área Euro deverá recuar, no seu conjunto, 4,2% ao longo do corrente ano. Em 2010, antevê-se a manutenção da tendência decrescente do produto, em especial na Área Euro, que deverá manter-se em terrenos negativos (-0,4%). O crescimento económico dos EUA deverá ser nulo e o Japão deverá recuperar de forma muito ligeira (0,5%). O Reino Unido e a Alemanha deverão progredir em linha com o esperado para o conjunto da Área Euro, com os respectivos produtos a evoluírem -0,4% e -1% em 2010. O Gráfico 16 revela a evolução do PIB em 2008 e apresenta as expectativas de crescimento na Área Euro, no Japão e nos EUA para 2009 e 2010.

Gráfico 16 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)



a) A tracejado estão representadas as projecções do FMI para 2009 e 2010. As barras indicam a evolução económica registada em 2008.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

As previsões para a **economia portuguesa** seguem também pouco animadoras, com as últimas estimativas do Banco de Portugal a apontarem para a estagnação da actividade em 2008 e as projecções para os anos de 2009 e 2010 a denunciarem uma evolução coerente com as expectativas para as principais economias avançadas, materializadas numa contracção de 3,5% em 2009 e numa ligeira recuperação em 2010, que não deverá ultrapassar os 0,3%.

Ao nível concreto da Região, de referir que os efeitos nefastos da conjuntura adversa, alimentada pela crise financeira, induzem impactos negativos na economia real, e em particular no desempenho do tecido empresarial – seja pela acrescida dificuldade de acesso ao financiamento, seja pelo abrandamento da procura externa e interna – com óbvias consequências no domínio do emprego. Além do referido, o clima de desconfiança que marca o espírito dos agentes económicos propicia o adiamento de decisões de consumo e de investimento que minam as perspectivas de recuperação económica. O carácter global da crise e os profundos efeitos na economia real constituem pois as principais ameaças ao desempenho económico do País e da Região, que sentirão, forçosamente, os efeitos dos choques externos associados à conjuntura que marca a actualidade.

As incertezas em torno da actual crise, designadamente no que se refere à magnitude e persistência do abrandamento da economia mundial, a par das dúvidas sobre a eficácia das medidas para reverter a actual conjuntura, envolvem as actuais projecções num elevado grau de falibilidade, pelo que será de admitir, no futuro, revisões de crescimento económico em baixa, o que, a suceder, agravará ainda mais as expectativas de crescimento da economia nacional e, em particular, da Região.

As alterações ao nível da implementação do Programa tiveram - e continuarão a ter nos tempos mais próximos - impactos directos sobre a execução do Programa, por afectarem indiscriminadamente todos os sectores de actividade económica, o que de si já aponta os constrangimentos a que está sujeita a execução do Programa, agravada ainda pelo aumento da incerteza e do risco associado a novos investimentos e pelos acrescidos condicionamentos do sistema de crédito.

Neste enquadramento, o tendencial adiamento dos investimentos e a falta de liquidez das entidades beneficiárias do Programa - públicos e privados - têm vindo a repercutir-se no brando ritmo de aprovação e de execução do Programa, como se poderá verificar pelos principais indicadores do Programa retratados no capítulo seguinte (vd. Análise do progresso do Programa).

A crise financeira global tem assim afectado de forma significativa a capacidade de investimento dos principais promotores - Administração Regional e Local e o sector empresarial, onde se nota de forma clara uma inibição para alavancar projectos de investimento.

## Legislação produzida

A alteração da envolvente socioeconómica teve consequências ao nível das medidas adoptadas no plano comunitário e nacional.

No que respeita aos domínios de intervenção do Programa, os fundos comunitários desempenham uma função relevante, mas não determinante, no contexto da actual crise, para apoiar e complementar as medidas anti-crise que, se perspectivam, serão tomadas em 2009 e anos subsequentes.

Em 2008 foram definidas diversas medidas ao nível comunitário e nacional, cuja operacionalização se perspectiva ser regulamentada em 2009.

Refere-se de seguida a legislação produzida no ano de 2008, com efeitos directos sobre o Programa:

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos;
- Resolução n.º 361/2008, de 21 de Abril, do JORAM, Série II – n.º 43 que aprova orientações gerais de informação e comunicação dos PO Regionais;
- Decreto-Lei n.º 74/2008, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais (DR, SÉRIE I, n.º 79, de 22 de Abril);
- Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2008/M, de 2 de Julho - Aprova os Estatutos do Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Regulamento (CE) n.º 800/2008, da Comissão, de 6 de Agosto – Regulamento geral de isenções por categoria em matéria de auxílios de estado;

- Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto - Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- Portaria n.º 191/2008, de 24 de Outubro, aprova a organização interna do Instituto de Desenvolvimento Regional.

Destacam-se ainda documentos orientadores com influência na execução do Programa, em concreto, os da responsabilidade do Observatório do QREN: “Orientações gerais para a implementação dos Planos de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais” e “Orientações para a Estratégia Global de Comunicação do QREN 2007-2013”, os quais foram de grande relevância para a implementação das funções Avaliação e Informação e Publicidade cometidas à AG do Programa.

Importante ainda referenciar a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN (CMC QREN), de 15 de Outubro de 2008, relativa à simplificação dos procedimentos de financiamento público de projectos (bem como o documento de orientações do IFDR, IP, de 18 de Março de 2008, para a adaptação de procedimentos simplificados nos PO FEDER e FC 2007-2013, relativamente à apresentação de pedidos de pagamento pelos beneficiários destes Fundos).

## **2.1 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver**

A interpretação das modestas taxas de aprovação e execução registadas pelo Programa em 31.12.2008 não pode ser dissociada dos problemas que os beneficiários – sejam eles públicos ou privados – têm vindo a sofrer de forma drástica em resultado da conjuntura adversa a que se assiste. É pois inevitável fazer alusão ao estrangulamento financeiro sentido pelas entidades públicas ou equiparadas, por um lado, e aos problemas de solvência encaradas também pelo tecido empresarial na RAM o que, compreensivelmente, se tem vindo a reflectir na parca capacidade em levar por diante projectos de investimento, qualquer que seja a sua natureza, sejam eles objecto de co-financiamento ou não.

Neste contexto, as dificuldades em encetar uma dinâmica salutar à implementação do Programa têm-se feito sentir, não apenas na aprovação, e subsequente execução, de projectos sob a tutela governamental, como também ao nível dos próprios sistemas de incentivos a projectos empresariais. Salientamos ainda como um factor, de natureza diversa dos atrás expostos, a prioridade que, naturalmente, foi dada no sentido do aproveitamento integral dos recursos disponibilizados pelo POPRAM III, o que, de alguma forma, condicionou uma maior capacidade e dinâmica de absorção e realização do Intervir+.

A Autoridade de Gestão e o Organismo Intermédio do Programa têm contudo envidado todos os esforços possíveis, mediante ampla campanha de informação e divulgação do Programa (reuniões de trabalho, acções de divulgação, campanhas publicitárias, entre outros), no sentido de sensibilizar promotores e potenciais promotores para a formalização de candidaturas e de projectos de valor, com vista a atingir os objectivos a que o Programa se propõe em prol do desenvolvimento sustentado, ainda que perante o actual contexto de grande adversidade, entorpecedor ao são funcionamento da economia.



### 3. Análise do progresso do Programa

#### 3.1. Candidaturas: apresentadas, admitidas, aprovadas e contratadas

Tendo o ano de 2008 sido marcado pelo início da apresentação de candidaturas, o Programa não apresenta ainda uma forte adesão por parte dos beneficiários, quer ao nível das candidaturas públicas ou equiparadas, quer das candidaturas privadas.

**Quadro 13 - Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa**

	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Desistidas	Nº de Candidaturas Contratadas
Eixo I	20	20	8	1	0	6
Eixo II	27	27	10	4	0	10
Eixo III	0	0	0	0	0	0
Eixo IV	3	3	3	0	0	3
Eixo V	1	1	1	0	0	1
Eixo VI	2	2	2	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>53</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>21</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Os Eixos I e II abarcam a maior percentagem de candidaturas, 89% (37,7% e 50,9%, respectivamente) do apresentado ao Programa. Note-se que ainda não foi apresentada qualquer candidatura ao Eixo III.

Do total das candidaturas apresentadas (53), 24 mereceram a aprovação por parte da Autoridade de Gestão, o que traduz um nível de aprovação de 45,3%, em termos globais do Programa. O grau de aprovação é diferenciado por Eixo, 40% no Eixo I, 37% no Eixo II e 100% nos Eixos V e VI.

No final de 2008, encontravam-se já contratadas e com termo de aceitação assinado, um total de 21 operações envolvendo um montante de fundo de 62.354.612 Euros. Os Eixos Prioritários II, IV e V registaram uma taxa de contratação de 100%, seguindo-se o Eixo I, com 75%, e finalmente o Eixo VI, com 50% (vd. Anexo II).

As candidaturas ao Programa são apresentadas ao longo do período de programação, ie, funcionam em regime de candidatura aberta (início em 18 de Dezembro de 2007).

**Quadro 14 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por Área de Intervenção**

Eixo	Área de Intervenção	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de aprovação (%)
		N.º	Inv.Total	N.º	Inv.Total	
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Soc. do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	17	5.228.537	5	648.165	29
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	2	3.834.084	2	3.834.084	100
	Modernização Administrativa	1	308.666	1	308.666	100
	<b>Sub-total</b>	<b>20</b>	<b>9.371.287</b>	<b>8</b>	<b>4.790.914</b>	<b>40</b>
Eixo II - Competi- tividade da base Económica Reg.	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	27	4.639.622	10	1.530.127	37
	Envolvente empresarial	0	0	0	0	0
	<b>Sub-total</b>	<b>27</b>	<b>4.639.622</b>	<b>10</b>	<b>1.530.127</b>	<b>37</b>

Eixo	Área de Intervenção	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de aprovação
		N.º	Inv.Total	N.º	Inv.Total	(%)
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	0	0	0	0	0
	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	0	0	0	0	0
	Riscos naturais e tecnológicos	0	0	0	0	0
	Gestão amb. sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	0	0	0	0	0
	Sub-total	0	0	0	0	0
Eixo IV - Coesão Territorial e Governança	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	1	13.888.263	1	13.888.263	100
	Reabilitação urbana e rural	2	473.000	2	473.000	100
	Cooperação interregional	0	0	0	0	0
	Sub-total	3	14.361.263	3	14.361.263	100
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	0	0	0	0	0
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	34.146.766	1	34.146.766	100
	Sub-total	1	34.146.766	1	34.146.766	100
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	2	4.947.904	2	4.947.904	100
	Sub-total	2	4.947.904	2	4.947.904	100
<b>TOTAL</b>		<b>53</b>	<b>67.466.842</b>	<b>24</b>	<b>59.776.973</b>	<b>45</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre as candidaturas admitidas e o universo das apresentadas, atingiu os 100% em todos os Eixos.

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 15), podemos verificar que são as “Microempresas” o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguida de “Pequena Empresa”, com 51% e 19% respectivamente. No que respeita a projectos aprovados, o tipo “Microempresas” regista 46% das aprovações e a “Administração Autónoma Regional” 25%.

**Quadro 15 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário**

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Administração Autónoma Local	1	2%	1	4%
Administração Autónoma Regional	7	13%	6	25%
Entidade Privada sem fins lucrativos	2	4%	2	8%
Microempresa	27	51%	11	46%
Pequena Empresa	10	19%	4	17%
Não PME (Recomendação 2003/261/CE)	6	11%	0	0%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>	<b>24</b>	<b>100%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



## Visão compreensiva das dinâmicas de aprovação

Nesta fase de desenvolvimento do Programa, os níveis de absorção de recursos do FEDER apresentam-se significativamente concentrados nas tipologias de infra-estruturas e equipamentos colectivos/públicos enquadrados nos Eixos IV e V. Apenas dois projectos (estabelecimento de ensino e infra-estruturação/acessos a parque empresarial) concentram um volume financeiro que absorve 80% dos compromissos aprovados até 31.12.2008 (vd. Anexo II).

Na distribuição por Eixo, o maior número de projectos aprovados pertence ao Eixo da Competitividade da Base Económica Regional (41,7% dos projectos aprovados), com um valor médio de investimento elegível a rondar os 150 mil euros (vd. Anexo II), traduzindo uma dinâmica de pequenas iniciativas empresariais, em que predominam os projectos em ramos de actividade do terciário comercializável.

Na análise por tipologias de intervenção, os incentivos directos e indirectos às empresas concentram mais de metade das candidaturas aprovadas no Eixo I, enquanto que os projectos de investimento empresarial integrados e inovadores constituem a única tipologia do Eixo Prioritário II com candidaturas aprovadas. Em termos territoriais, o concelho do Funchal concentra a maior parte dos projectos e, simultaneamente, os que têm maior dimensão em termos de investimento médio (vd. Anexo IV).

Relativamente às tipologias sem dinâmicas de aprovação à data de 31.12.2008, são de salientar a tipologia referente às Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas (Eixo V) e a totalidade das áreas de intervenção do Eixo Prioritário III (Desenvolvimento Sustentável). Nas tipologias deste Eixo, que enquadram as estruturas e praticas de gestão ambiental sustentável, repercute-se a orientação seguida pelos principais executores, designadamente a prioridade dada aos projectos em fase de conclusão, sendo que, uma parte destes foram objecto de financiamento no âmbito do POPRAM III.

**Quadro 16 - Distribuição das Candidaturas aprovadas (Nº de Projectos e Investimento total), por Eixo/Área de Intervenção**

Eixo/Área de Intervenção	Projectos		Investimento	
	Nº	%	Montante	%
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	5	62,5	648.165	1,1
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	2	25,0	3.834.084	6,4
Modernização Administrativa	1	12,5	308.666	0,5
<b>Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>4.790.914</b>	<b>8,0</b>
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	10	100,0	1.530.127	2,6
Envolvente empresarial	0	-	0	0,0
<b>Eixo II - Competitividade da base Económica Regional</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>	<b>1.530.127</b>	<b>2,6</b>
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	0	0,0	0	0,0
Riscos naturais e tecnológicos	0	0,0	0	0,0
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza da natureza e biodiversidade	0	0,0	0	0,0
<b>Eixo III - Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	1	33,3	13.888.263	23,2
Reabilitação urbana e rural	2	66,7	473.000	0,8
Cooperação interregional	0	0,0	0	0,0
<b>Eixo IV - - Coesão Territorial e Governação</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>14.361.263</b>	<b>24,0</b>
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	0	0,0	0	0,0
Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	100,0	34.146.766	57,1
<b>Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade</b>	<b>1</b>	<b>100,0</b>	<b>34.146.766</b>	<b>57,1</b>
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	2	100,0	4.947.904	8,3
<b>Eixo VI - Assistência Técnica</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>4.947.904</b>	<b>8,3</b>
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100,0</b>	<b>59.776.973</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

### 3.2. Execução Financeira do Programa

Até final do ano de 2008, foram aprovadas 24 operações, implicando 56.050.329 Euros de Despesa Pública, o que corresponde a uma comparticipação FEDER de 32.426.335 Euros e a uma taxa de aprovação de 10% da dotação FEDER disponível.

Quadro 17 - Montantes Aprovados no Programa

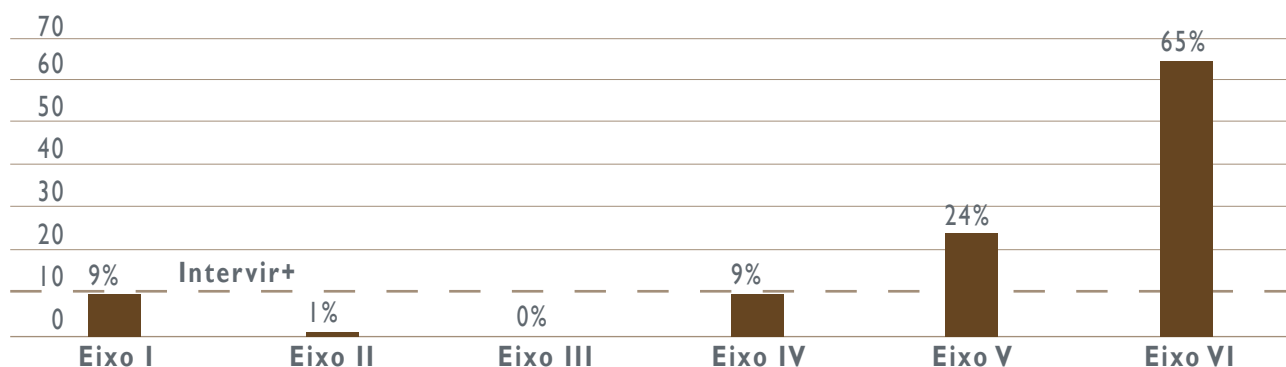
Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I - Inovação, Desenv. Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834	34.992.667	4.163.970	3.239.606	9,5%	9,3%
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233	49.472.186	552.133	276.067	0,9%	0,6%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	89.178.251	71.342.601	0	0	0,0%	0,0%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	114.896.874	91.916.874	14.171.831	8.597.699	12,3%	9,4%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352	66.324.676	32.214.491	16.107.245	24,3%	24,3%
Eixo VI - Assistência Técnica	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.205.718	64,7%	64,7%
<b>Total</b>	<b>449.952.603</b>	<b>320.549.004</b>	<b>56.050.329</b>	<b>32.426.335</b>	<b>12,5%</b>	<b>10,1%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Até final do ano de 2008, foram aprovadas 24 operações, implicando 56.050.329 Euros de Despesa Pública, o que corresponde a uma comparticipação FEDER de 32.426.335 Euros e a uma taxa de aprovação de 10% da dotação FEDER disponível.

Gráfico 17 - Taxa de compromisso por Eixo



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

As aprovações efectuadas registaram-se nos Eixos I, IV, V e VI do Programa, destacando-se, pela sua dimensão, um projecto no Eixo IV, na área de intervenção “Infra-estruturas e equipamentos colectivos”, com uma taxa de compromisso de cerca de 9% face ao programado, e um outro no Eixo V, na área das “Infra-estruturas e equipamentos públicos”, que representa 48% do programado para esta área de intervenção (vd. Anexo III).

São contudo de realçar os projectos aprovados no Eixo I, na área de intervenção “Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento”, que totaliza já 18% do programado (vd. Anexo III).

Relativamente aos projectos aprovados na área de intervenção “Incentivos Directos e Indirectos às Empresas” do Eixo I, estes representam já cerca de 2% e correspondem aos aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos EMPREENGINOV.

No que se refere à área de intervenção “Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores” do Eixo II, os projectos aprovados são co-financiados no âmbito do SIRE, atingindo 1,3% do programado para esta área.

O Programa Intervir+ apresenta contudo uma taxa de execução global face ao programado de apenas 1,9%, denotando-se que, dos seis Eixos do Programa, somente três apresentam execução.

Num contexto em que a taxa de realização (despesa executada no total da despesa aprovada) se situa aquém dos vinte por cento (vd. Anexo III), apenas os projectos dos Eixos/Tipologias de investimento material por excelência (infra-estruturas e equipamentos colectivos/públicos – Eixos IV e V) apresentam níveis de realização com relevo. Em termos globais, são ainda visíveis as dificuldades de concretização de realizações da parte dos Eixos com importantes componentes imateriais (inovação no investimento empresarial e actividades do Sistema Científico e Tecnológico Regional), onde se registam compromissos com alguma expressão, no conjunto do Eixo I.

**Quadro 18 - Montantes Executados no Programa**

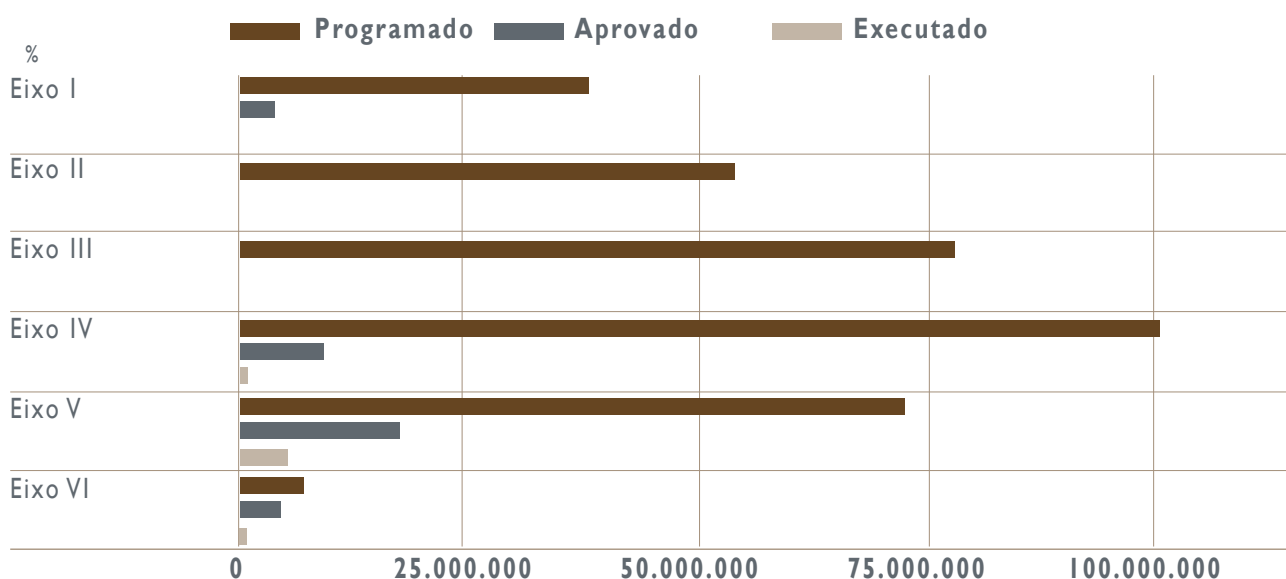
Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução (EX)		Taxa de execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	0	0	0,0	0,0
Eixo II	61.840.233	49.472.186	0	0	0,0	0,0
Eixo III	89.178.251	71.342.601	0	0	0,0	0,0
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	1.157.675	694.605	1,0	0,8
Eixo V	132.649.352	66.324.676	9.624.917	4.812.459	7,3	7,3
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	554.156	471.032	7,2	7,2
<b>Total</b>	<b>449.952.603</b>	<b>320.549.004</b>	<b>11.336.748</b>	<b>5.978.096</b>	<b>2,5</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Em termos de execução, à data de 31.12.2008, os resultados são fortemente influenciados pelo facto de, no ano de 2008, coexistirem financiamentos no âmbito do QCAIII e QREN, sendo que, naturalmente, se procure aproveitar todos os recursos disponibilizados pelo POPRAM III, cujo período de operacionalidade se encontra em fase final.

**Gráfico 18 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário**



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Esta realidade é também reflexo das dificuldades sentidas no âmbito da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, que obrigou a um esforço suplementar relativamente à definição de procedimentos e à adequação de estruturas internas, quer ao nível da AG quer ao nível do OI.

Por outro lado, não poderemos dissociar da actual situação, caracterizada ainda por alguns atrasos nos principais indicadores do Programa, os problemas que resultam da crise financeira global que tem afectado de forma significativa a capacidade de investimento dos principais promotores, com especial realce para os privados, onde se nota de forma clara uma inibição para alavancar projectos de investimento.

As próprias entidades públicas ou equiparadas viram reduzidos os seus orçamentos, o que condicionou de forma marcante a sua capacidade para a realização dos projectos.

## Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade

A única candidatura apresentada e aprovada no Eixo V, insere-se na área das “Infra-estruturas e equipamentos públicos”, representando 48,6% do programado para esta área de intervenção e 24,3% do programado para o Eixo (vd. Quadro 19).

**Quadro 19 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade**

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações (AP)		Execução (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	66.324.676	33.162.338	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Infra-estruturas e equipamentos públicos	66.324.676	33.162.338	32.214.491	16.107.245	9.624.917	4.812.459	48,6	14,5	29,9
<b>Total</b>	<b>132.649.352</b>	<b>66.324.676</b>	<b>32.214.491</b>	<b>16.107.245</b>	<b>9.624.917</b>	<b>4.812.459</b>	<b>24,3</b>	<b>7,3</b>	<b>29,9</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O projecto visa a construção do “Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava”, que terá uma extensão total de 2.524,84 metros e que se insere num amplo plano de desenvolvimento industrial previsto para a zona, onde já foi construído um Parque Empresarial, para o qual esta nova infra-estrutura será o principal acesso à Via Rápida e consequentemente a toda a ilha. O projecto contribui para a melhoria das condições de circulação e segurança, permitindo ainda benefícios em termos de diminuição de custos de operação, dada a redução de tempo de percurso relativamente à via existente. A candidatura concorre claramente para a concretização dos objectivos que esta Área de Intervenção prossegue, particularmente, a redução dos custos adicionais que pesam sobre os investimentos de interesse colectivo, no domínio concreto dos investimentos na rede viária secundária de ligação de populações e núcleos urbanos encravados à rede principal;

Como referido atrás, a área de intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas” não apresenta ainda dinâmica de aprovação, pois, a par das condicionantes que conferem pouca operacionalidade a esta dotação - em termos de ajudas ao funcionamento - a implementação deste instrumento depara-se com alguns constrangimentos, na medida em que a concentração da intervenção a este nível incide no desempenho do tecido empresarial, presentemente caracterizado pelo entorpecimento, não apenas em termos de investimento, como também funcional.

Contudo, num contexto em que a taxa de realização do Programa se situa aquém dos vinte por cento, as despesas na área da Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade, nomeadamente em infra-estruturas e equipamentos públicos, destaca-se com um nível de realização de cerca de 30%.

## Informação sobre a repartição da utilização do Fundo

Nos termos do n.º 2 do artigo 34º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, o Programa Intervir+ prevê financiar, no âmbito do Eixo VI – Assistência Técnica, medidas que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do Programa Rumos (Fundo Social Europeu), de forma complementar - e até um limite de 10% do financiamento comunitário - e viabilizando eventuais despesas de investimento associadas à instalação da estrutura de apoio técnico à gestão e

acompanhamento do Programa, nomeadamente, a aquisição de mobiliário e de equipamento informático.

Até à data, o Programa Intervir+ não considerou ainda despesas específicas do Fundo Social Europeu (FSE).

## **Informação sobre a repartição da utilização do Fundo por categorias de despesas**

Tendo em vista o cumprimento dos objectivos das Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego (2005-2008), que constam da Decisão 2005/600/CE do Conselho, de 12 de Julho, 75% das despesas no caso do Objectivo Competitividade Regional e Emprego, destinam-se às prioridades da União Europeia de Promoção da Competitividade e Criação de Emprego.

Atendendo às categorias de despesas definidas no Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, e apresentadas no Anexo VI do presente relatório, verificamos que, do total aprovado, 50% foi no tema prioritário com o código 23 “Estradas regionais/locais” e 25% no tema com o código 75 “Infra-estruturas educativas”. Estes temas apresentam igualmente uma elevada percentagem no que se refere aos montantes executados, 81% e 12% respectivamente.

No que concerne à afectação dos recursos a projectos que, pela sua natureza, se enquadram nos princípios consignados na Estratégia de Lisboa (despesas earmarking), a Autoridade de Gestão tem procurado actuar de forma a que se preconizem os projectos enquadráveis nestas prioridades.

Os temas prioritários com despesas earmarking representam cerca de 37% do total aprovado até a data. Se exceptuarmos os projectos do Eixo V – Compensação dos Sobrecustos à Ultraperiféricidade (código 23) e Eixo VI – Assistência Técnica (código 85), que não correspondem a despesas earmarking, verifica-se que os restantes projectos aprovados contribuem para as prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos. Dos temas prioritários que para tal mais contribuíram, destacam-se os temas com o código 1 “Actividades de I&DT em centros de investigação” e 13 “Serviços e aplicações para os cidadãos” (ciber-saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão,...)

## **Complementaridade com outros instrumentos**

A forma de concepção e de estruturação dos PO relevantes para a RAM para 2007-2013 dispensa a utilização, no quadro do Programa Intervir+, do mecanismo de flexibilidade estabelecido no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, com excepção do Eixo VI - Assistência Técnica (vd. Informação sobre a repartição da utilização do Fundo), contudo no âmbito da intervenção do FEDER o Programa Intervir+ vê a sua acção complementar acções desenvolvidas no âmbito do Programa Operacional para a Valorização do Potencial Humano e Coesão Social (Programa Rumos), co-financiado pelo FSE.

São exemplo das sinergias e complementaridades alcançadas entre as operações co-financiadas pelo Programa Intervir+ e pelo Programa Rumos a candidatura aprovada no Eixo IV na área das “Infra-estruturas e equipamentos colectivos” e as três candidaturas aprovadas no Eixo I nas áreas do “Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento” (2) e da “Modernização Administrativa” (1), bem como as candidaturas aprovadas no Eixo I e II ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Programa Intervir (vd. Anexo IV).

Destaque-se em particular a candidatura aprovada no Eixo IV “Escola Secundária e Profissional de São Martinho” que constitui uma construção, nova, de uma infra-estrutura educativa com uma forte vertente de ensino profissional e tecnológico, dotando a Região de melhores condições de ensino nessa área de educação.

O Programa Intervir+ vê ainda as suas acções complementarem as desenvolvidas ao abrigo dos Programa de Desenvolvimento Rural da RAM (PRODERAM), Programa Operacional Pesca (PROMAR), Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias (MAC).

Dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias com as actuações a serem concretizadas no quadro dos Programas Operacionais co-financiados pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu para as Pescas (FEP), o apoio do FEDER ao desenvolvimento rural e às pescas visa essencialmente assegurar a criação ou o reforço das condições envolventes que propiciem a maximização das respectivas potencialidades de desenvolvimento.

Em 2008 deu-se início aos trabalhos de elaboração do protocolo com as Autoridades de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Operacional Regional co-financiado pelo FEADER, onde serão estabelecidos os mecanismos e procedimentos a implementar para evitar a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos Programas.

Os trabalhos similares relativos ao protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP ainda não haviam sido iniciados em 2008.

Relativamente ao Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias, saliente-se que este Programa enquadra operações especialmente dirigidas a promover actividades de interesse comum das regiões envolvidas, a resolver problemas decorrentes das suas especificidades insulares, a fomentar a criação de redes de integração das três regiões e a desenvolver relações de cooperação entre elas.

O Programa Intervir+, pelo seu lado, no âmbito do Eixo IV – Coesão Territorial e Cooperação, enquadra o financiamento de acções de Cooperação Interregional complementares às concretizadas no âmbito do Programa MAC, visando especialmente o “apoio às interações com outras regiões europeias, designadamente as ultraperiféricas, visando o intercâmbio e a partilha de experiências, a divulgação de casos e projectos de sucesso e a criação de condições propícias ao benchmarking sobre instrumentos e metodologias de apoio e promoção do desenvolvimento regional”.

Em 2008 não haviam sido aprovadas candidaturas no âmbito quer destas acções, quer do Programa MAC.

Relativamente ao Programa Operacional de Valorização do Território, co-financiado pelo Fundo de Coesão, de acordo com as suas elegibilidades específicas, as intervenções concorrem de forma harmoniosa para a concretização da estratégia de desenvolvimento da RAM e promovem as desejáveis sinergias e complementaridades positivas entre as acções de desenvolvimento e os investimentos que serão realizados.

O POVT é um Programa de âmbito Nacional, apresentando na sua estrutura um Eixo Prioritário destinado à RAM. A Gestão deste Eixo é assegurada pelo IDR, enquanto Organismo Intermédio.

Em 2008, foi apresentada e aprovada no âmbito desse Eixo uma única candidatura denominada “Ligação Via Expresso o Porto do Funchal”, com um custo total aprovado de 30.534.190,05€, que se integra no sector dos transportes rodoviários e que tem como principal objectivo contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentado dos transportes.

Este projecto consiste na construção de uma ligação fundamental de conexão da rede viária principal da RAM ao Porto do Funchal, contribuindo para a melhoria do nível de qualidade, eficiência e capacidade competitiva do Porto do Funchal. De referir que o projecto constitui ainda um claro contributo para a melhoria dos níveis de eficiência e de segurança do transporte terrestre e marítimo.

No âmbito do Programa Intervir + é de salientar a complementaridade de alguns dos projectos previstos como é o caso do grande projecto a candidatar designado “Via Expresso S. Jorge – S. Vicente” com um custo total indicativo de 171.000.000,00€.

O modelo de gestão adoptado pelo Governo Regional da RAM contribui de forma significativa para a articulação e estreita cooperação entre as Autoridades de Gestão dos vários Programas, o que promove a complementaridade entre operações e permite garantir as condições necessárias para evitar a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos Programas.

### **3.3. Fluxos Financeiros do Programa**

Em conformidade com a alínea a) do art.º n.º I do artigo 82º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 31 de Julho, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, Autoridade de Certificação do Programa Intervir+, recebeu da Comissão Europeia, um 2º pré-financiamento de 3% no valor de 9.616.470 Euros.

O IFDR transferiu para a Autoridade de Gestão a quantia de 16.027.450 Euros, referente aos pré-financiamentos de 2% (6.410.980 Euros) e de 3% (9.616.470 Euros), em 10.01.2008 e 03.06.2008, respectivamente.

No ano de 2008, a Autoridade de Gestão do Programa efectuou pagamentos aos beneficiários finais no montante de 10.199.061 Euros, ficando aquém do previsto para este ano (13.100.000 Euros), atingindo uma taxa de 64% dos pagamentos totais da CE, no montante de 16.027.450 Euros.

Atendendo a que até ao final do ano de 2008 o Sistema de Gestão e Controlo criado pela AG ainda não havia sido aceite pela CE, não foi possível formalizar qualquer pedido de pagamento intermédio à CE, nem em consequência receber da CE reembolsos, nos termos do artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, pelo que o Programa não apresenta despesa certificada.

No Anexo XI apresentamos a relação de pagamentos aos beneficiários pela AG e pelos Organismos Intermédios no âmbito das funções delegadas, bem como os pagamentos da Comissão Europeia.

### 3.4. Execução Física

Os indicadores físicos, de realização e resultados, estão previstos no texto do Programa, incluindo os indicadores comuns.

Relativamente à realização física constante do Anexo XII, a maioria das Áreas Temáticas apresenta ainda uma realização muito reduzida, considerando que a concretização de muitos desses indicadores só ocorre aquando da conclusão da operação. Nesta perspectiva e, face ao grau de execução do Programa Intervir+ não é ainda possível, a 31.12.2008, apurar o grau de aproximação às metas de 2010.

Sempre que aplicável, procedeu-se ao apuramento da realização prevista (indicadores de realização) nos projectos aprovados com contrato celebrado em 31/12/2008 por forma a permitir perspectivar a evolução de execução até 2010. Assim, a meta de 2010 do Indicador “Projectos de Reabilitação urbana e rural” foi alcançada com a aprovação de dois projectos nesta área.

### 3.5. Ponto de Situação dos Grandes Projectos

Relativamente aos grandes projectos que estão enunciados a título indicativo no Programa (vd. Quadro 20), as respectivas candidaturas não foram ainda objecto de formalização.

No entanto, o beneficiário Empresa de Electricidade da Madeira prevê, já no decurso do ano de 2009, a formalização de uma candidatura que substituirá o projecto “Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água” pelo “Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico do Paul da Serra”, o qual, estima-se, deverá representar um investimento total na ordem dos 52.000 mil Euros.

Quadro 20 - Grandes Projectos

Designação	Entidade Responsável	Montante Indicativo Custo Total (Mil Euros)
Via Expresso S. Jorge – S. Vicente	Secretaria Regional do Equipamento Social	171.000
Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água	Empresa de Electricidade da Madeira	37.500
<b>TOTAL</b>		<b>208.500</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

### 3.6. Instrumentos de Engenharia Financeira

O Programa, no âmbito do Eixo II – Competitividade da Base Económica Regional, contempla o recurso a instrumentos de engenharia financeira, recurso esse que, se perspectiva, venha a ter lugar no decorrer de 2009.

### 3.7. Irregularidades – Reutilização de verbas

Até a data de reporte deste relatório, o Programa não havia registado a anulação total ou parcial de verbas por motivos de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa.

### 3.8. Durabilidade das operações

Não se registaram situações previstas no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

### 3.9. Assistência Técnica

A Assistência Técnica pretende financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo do Programa, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos Fundos.

Neste sentido, foi apresentada uma candidatura, da responsabilidade do IDR, com vista a cobrir as despesas decorrentes da actividade da implementação do Programa.

Note-se também que o apoio às despesas de gestão irá assegurar todas as condições logísticas necessárias ao funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico e, como tal, criar condições para a optimização da gestão.

Foi também aprovada uma candidatura, apresentada pelo Organismo Intermédio, que integra um conjunto de despesas consideradas essenciais para que o OI possa optimizar a intervenção que lhe foi atribuída e que está formalizada no respectivo contrato celebrado com a Autoridade de Gestão.

No ano de 2008, foram efectuadas e pagas pelo Programa, no âmbito da Assistência Técnica, despesas no valor de 694.850 Euros, como se pode verificar no Anexo X. Pese embora este Eixo assumir uma taxa de compromisso considerável face ao financiamento programado, 65%, a taxa de execução situa-se apenas nos 7% (vd. Anexo III).



## 4. Acções de divulgação, informação e publicidade

O Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, tem como responsabilidade assegurar a ampla divulgação das intervenções deste Programa, visando uma vasta cobertura mediática e recorrendo às mais diversas formas e métodos de comunicação, concretizando assim um conjunto diferenciado de acções destinadas a potenciais beneficiários, a beneficiários e ao público em geral.

Para além da AG, o Organismo Intermédio, no âmbito das funções delegadas, procede também à divulgação das possibilidades de co-financiamento do FEDER.

Assim, tendo em conta que a divulgação e a publicidade são consideradas instrumentos fundamentais da governação do Programa Intervir+, e com vista a garantir os objectivos associados a este tipo de acções, o ano de 2008 destacou-se pela implementação de um conjunto de actividades integradas em duas fases de actuação e previstas na proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC): o Lançamento e Notoriedade (período: 2007-2008) e o Relançamento e Consolidação (período: 2008-2011) deste Programa/Marca.

Refira-se, contudo que mereceu destaque, na primeira metade do ano de 2008, a preparação, em paralelo, da proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013, bem como todo o processo decorrente da sua aceitação pela Comissão Europeia.

Importa seguidamente destacar em específico as características do PEC, no âmbito do Programa Intervir+, bem como as respectivas acções de informação e publicidade implementadas em 2008. É ainda relevada a participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN.

### a. Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013

Nos termos do artigo 69.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, é da competência da Autoridade de Gestão a responsabilidade de assegurar a informação e a publicidade relativas às operações e aos programas co-financiados, no quadro de um programa de comunicação apresentado à Comissão Europeia. Para tal, foi elaborado o Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013, aceite pela Comissão Europeia em 10 de Junho de 2008, o qual abrange a estratégia global da comunicação e o plano das acções a desenvolver em relação aos dois Programas Operacionais - Intervir+ e Rumos - por se entender a articulação entre ambos os PO como decisiva para o sucesso da comunicação, no sentido de os públicos-alvo reterem a existência de uma direcção comum, pensada, com estratégia.

O PEC, disponível na página do Programa Intervir+, no sítio Web do IDR, no campo de Informação e Publicidade, assume-se como uma ferramenta dinâmica de participação e diálogo com o cidadão e mobiliza os diferentes públicos-alvo (internos e externos, de potenciais e finais beneficiários a stakeholders, ao público em geral) dos Programas (Intervir+ e Rumos), com vista a assegurar uma ampla divulgação das intervenções operacionais e sobre as respectivas possibilidades proporcionadas por cada Programa.

A Estratégia Comunicacional da marca Intervir+ obriga-se a uma matriz de actuação compaginada com as normas comunitárias e como parte integrante da estratégia de comunicação do QREN e pauta-se por determinados valores, já enunciados no anterior Relatório de Execução do Programa.

A Estratégia de Comunicação visa garantir o conhecimento universal dos benefícios do Programa e estrutura-se numa ampla abordagem comunicacional recorrendo aos instrumentos mediáticos ajustados e sempre pautados pelos valores definidos.

Nesta linha, o Plano desenvolve-se em três palcos de comunicação, articulados entre si, designadamente:

- 1º Palco – Imprensa – como elemento fundamental de qualquer política de comunicação;
- 2º Palco – Internet – pelo facto das tecnologias digitais, como é o caso, serem também consideradas um veículo privilegiado de comunicação, sempre e quando seja utilizada de forma pró-activa;
- 3º Palco – Organização de eventos estruturantes do evoluir das acções ao longo do período de programação e que permitem uma importante interacção com o público.

Esta estratégia dos três grandes palcos de comunicação - como trave mestra do Plano - envolve, naturalmente, outras acções previstas no PEC.

Contudo, saliente-se o facto de estar prevista uma monitorização e avaliação das acções do PEC (Parte IV do Plano), com periodicidade anual, com vista a ajustar a acção prevista no Plano. Estes estudos constituem-se como novos conteúdos de comunicação e terão uma função também prospectiva, antecipando necessidades dos públicos e gerando insights para afinação das acções previstas. Nas metodologias a seguir nestes estudos de opinião serão consideradas as abordagens qualitativas e quantitativas. Refira-se que em 2008 foi lançado um concurso, tendo sido adjudicado no mesmo ano o Estudo à APEME – Área de Planeamento e Estudos de Mercado, Lda., para as acções desenvolvidas nos anos de 2008 (inclui finais de 2007), 2009 e 2010.

O primeiro estudo teve início em Dezembro de 2008 e prevê-se que decorra até finais de Março de 2009.

## b. Acções de Informação e Publicidade do PEC

O conjunto das acções previstas no PEC para 2008, no âmbito do Programa Intervir+, encontra-se dividido em dois tipos de acções. Por um lado, as acções estruturantes, que possuem uma acentuação informativa e, por outro, as acções temáticas que apostam na interacção entre as pessoas e as instituições, com vista a gerar uma inter-motivação dos actores sociais.

### b.1. Acções Estruturantes:

No decorrer do ano em análise foram executadas as acções estruturantes seguidamente enunciadas.

Quadro 21 - Visitas ao site do Programa em 2008

Mês	Visitas ao Programa	Total de Visitas
Janeiro	Não era possível a contagem por Programa	535
Fevereiro		441
Março		533
Abril		526
Maio		472
Junho		379
Julho		341
Agosto		231
Setembro [A partir deste mês foi possível a contagem por Programa]	21	234
Outubro	20	372
Novembro	62	449
Dezembro	24	276

- **Sítio Web:** actualização da informação da página do Programa Intervir+ – [www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/](http://www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/), bem como na página do OI – [www.ideram.pt](http://www.ideram.pt). Quanto ao número de visitas à página do Programa, apenas em Setembro foi possível proceder à contagem por Programa, tal como se pode constatar no quadro seguinte.



- **Sistema de Suporte ao Programa Intervir+:** no âmbito das candidaturas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ficou operacional a partir de 20 Outubro para a recepção das candidaturas via online, através do Portal do Governo Regional Electrónico ([www.gov-madeira.pt](http://www.gov-madeira.pt)).

- **Guia de Normas de Informação e Publicidade:** encontra-se acessível em suporte digital, desde 30 de Abril, na página Web do Programa Intervir+, através do campo de “Informação e Publicidade”. Este guia foi criado com vista a apoiar os beneficiários, responsáveis pela gestão e execução das operações co-financiadas pelo FEDER, na execução das medidas de informação e publicidade em conformidade com a Decisão da Comissão – Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão de 8 de Dezembro - e com a Resolução n.º 361/2008 de 21 de Abril do JORAM, Série II – n.º 43, aprovada pelo Conselho de Governo da Região Autónoma da Madeira, órgão de direcção política e estratégica de governação dos PO da RAM, no que respeita às Orientações em matéria de Comunicação.
- **Newsletter:** com periodicidade trimestral, distribuída em suporte papel - 500 exemplares por edição (Março, Junho, Setembro e Dezembro) - e divulgada em suporte digital para 244 entidades do sector público e privado da Região, também por edição. Esta publicação encontra-se ainda disponível no sítio Web da Autoridade de Gestão.



- **Lista dos Beneficiários:** publicada a partir de 9 de Junho na página Web do Programa Intervir+. Actualizada, de 2 em 2 meses, no máximo, perspectiva-se para 2009 que tal ocorra com uma periodicidade trimestral. Esta lista está acessível através do campo “Listagem de Beneficiários”.

[illegible]

- **Materiais publicitários e de merchandising:** à semelhança do que aconteceu em 2007, foram distribuídos vários produtos nas exposições empresariais, nas sessões informativas sobre os Programas Operacionais nos vários concelhos da RAM, em reuniões de trabalho e na exposição de rua (street show) ocorrida de 9 a 14 de Maio.

Dos produtos distribuídos, constam:

- Publicação do Programa Intervir+ em suporte papel e digital (CD e na página web do Programa);
- Flyers: um por cada Eixo Prioritário, à exceção do Eixo VI relativo à “Linha da Assistência Técnica”;



- Bloco de notas;
- Marcador para livros.
- Esferográfica e lápis;
- USB's;
- Lanyard's.

## ■ Anúncios Publicitários

Até ao mês de Maio, foi utilizado o lema de lançamento “Pelo crescimento sustentado, vamos Intervir mais”, e, posteriormente, o lema aprovado no âmbito do PEC (a partir de Junho) “INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia”, dirigidos, quer um, quer outro, aos potenciais beneficiários e ao público em geral.

### ■ Na imprensa escrita regional e nacional:



### ■ Em revistas das transportadoras aéreas TAP e SATA:



### ■ Na RTP-Madeira, de 10 de Março a 31 de Dezembro, foi novamente divulgado o anúncio promocional elaborado no âmbito do lançamento do Programa, com a duração de um minuto:



### ■ Nas rádios regionais e locais – Rádio JM 88.8, TSF-Madeira, Posto Emissor de Radiodifusão do Funchal e as Rádios privadas (Rádio Popular, Rádio Zarco, Rádio Palmeira, Rádio Clube, Rádio Girão e Rádio Sol) - procedeu-se à divulgação de um anúncio publicitário de duração de 30 segundos, o mesmo que havia sido concedido para o lançamento do Programa;

### ■ Nos transportes públicos, autocarro a circular em todas as freguesias do Funchal:



- Nos mupi's de rua (nos principais acessos à cidade do Funchal) e nos aeroportos das ilhas da Madeira e do Porto Santo:



- Nas salas de cinema na Madeira e no Porto Santo, divulgação de um anúncio publicitário com a duração de um minuto (o mesmo transmitido na RTP-Madeira);
- No sítio da Autoridade de Gestão (no campo "Notícias") e do OI foi inserida informação sobre as datas, a partir das quais, seria possível a apresentação de candidaturas. Salienta-se o facto de no âmbito do Programa Intervir+ não ser necessário proceder-se ao estabelecimento de períodos para a apresentação de candidaturas.



O IDE-RAM procedeu também à produção dos seguintes materiais publicitários:

- Produção de um spot publicitário áudio, com a duração de 30 segundos, para divulgação dos novos sistemas de incentivos em todas as rádios locais. O spot passou a ser emitido a partir de Março de 2008 nas rádios locais da Região de acordo com o articulado do contrato de prestação de serviços de actividade radiofónica entre a Região Autónoma da Madeira e as Rádios Regionais – Resoluções n.ºs. 524/93, 719/93, 917/97, 553/01, 164/02, 977/04 e 978/04. No ano de 2008 totalizou-se 2.145 inserções, 165 por estação de rádio;
- Lançamento de 3.500 desdobráveis informativos sobre os seguintes sistemas de incentivos: EMPREENDINOV, SIRE – Projectos Especiais, SIRE – Projectos de Revitalização dos Parques Empresariais, SIRE - Projectos Integrados (Empresas), SIRE - Projectos Integrados (Associações Empresariais) SIRE - Projectos Integrados (Câmaras Municipais e Sociedades de Desenvolvimento); Junho 2008;
- Produção de 250 dos cartazes de publicitação para fornecer aos promotores (beneficiários) de projectos (operações) de investimento apoiados pelos Sistemas de Incentivos ao abrigo do Programa Intervir+; Junho 2008;
- Produção do novo stand do IDE-RAM, dedicado aos Sistemas de Incentivos integrados no Programa Intervir +, a ser utilizado em feiras e exposições; Junho 2008;
- Publicação de um anúncio publicitário no jornal "Correio de Caracas" sobre os novos Sistemas de Incentivos integrados no Intervir+.

## ■ Artigos e Press Releases na Comunicação Social

- Na imprensa escrita regional;



- Na RTP-Madeira e rádios regionais e locais – nos noticiários.
- Hasteamento da bandeira da União Europeia no dia 9 de Maio. Esta acção foi complementada com uma Exposição de Rua - Street Show - tal como refere o PEC, de 9 a 14 de Maio, sobre os vários Programas Operacionais, com destaque para o Programa Intervir+.

## b.2.Acções Temáticas:

### ■ Participação no Madeira European Way of Life:

- Acção prevista no PEC, organizada pela Associação de Investigação Científica do Atlântico (AICA) em colaboração com o Instituto de Desenvolvimento Regional e a Universidade de Aveiro. Foi desenvolvida, através de Congresso Internacional e subordinada ao sector do Turismo, por ser uma actividade económica de grande importância para o desenvolvimento da Região, constituindo uma das prioridades temáticas de actuação no âmbito do PDES 2007-2013 e, por conseguinte, uma das áreas abrangidas pelos Programas Operacionais em vigor.

Este Congresso realizou-se nos dias 4 e 5 de Dezembro, no Museu de Electricidade “Casa da Luz”, e teve como tema **“O Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Ilhas”**. A sua abordagem pretendeu dar contributos para a arquitectura da implementação de um desenvolvimento sustentável do Turismo já que, os recursos das ilhas são relativamente mais limitados, tornando-se, por isso, imperioso que o planeamento dos recursos naturais esteja em sintonia com o planeamento do uso do território, sendo o Turismo uma componente primordial no respectivo ordenamento.

O Congresso teve, como convidados, especialistas e investigadores na área do Turismo de vários países, nomeadamente do Canadá, Brasil, Reino Unido e do continente Português, bem como das Ilhas Canárias, Açores e Madeira. Saliente-se ainda a participação de 140 congressistas, entre as quais estiveram presentes entidades oficiais, entidades públicas e privadas, técnicos profissionais do sector, investigadores, professores e alunos da Universidade da Madeira e da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

Dos temas abordados, destacam-se as apresentações intituladas de: “Planeamento do Turismo e Análises do Ciclo de Vida: Uma aplicação às ilhas da Madeira e de Fernando Noronha”, “Estratégias de Inovação e Sustentabilidade em Ilhas”, “Elaboração de diagnósticos de gestão tecnológica para um desenvolvimento sustentável do sector turístico” e “Planeamento da Urbanização e do Turismo em Retrospectiva: Análises Interdisciplinares”.

A divulgação desta acção foi realizada através da comunicação social da Região, do sítio Web da Autoridade de Gestão e por convite via correio electrónico.

As conclusões deste Congresso deverão servir para que os actores envolvidos incorporem dinâmicas no planeamento e na implementação de medidas de política sustentáveis para o sector e para uma região como a Madeira.



### ■ Street Show:

- Consistiu numa Exposição de Rua, com início no Dia da Europa (9 de Maio) e duração de uma semana, i.e. (até 14 de Maio).

Para esta exposição, foi preparado um expositor de rua para o Programa Intervir+ do qual constava a divulgação da marca, da missão, dos objectivos e dos beneficiários do Programa.

Local: Travessa do Cabido (rua onde se encontra a sede do IDR), por ser uma rua pedonal, localizada no centro do Funchal.

Para 2009 irá ser analisada a possibilidade desta exposição ser realizada na Av. Arriaga, por ser um local de maior circulação de pessoas.



### ■ Suplemento Anual:

- Designado por “Espaço Global”, consiste numa publicação que se pretende acessível/perceptível ao público em geral e versa sobre a acção dos PO, em particular do Programa Intervir+.

O processo de preparação e edição decorreu em 2008. Contudo, a sua distribuição (num total de 28 mil exemplares), agendada para o mês de Dezembro de 2008, não se efectivou por ter coincidido com uma altura de sobrecarga de encomendas nas empresas gráficas, facto agravado pela avaria ocorrida numa das máquinas da empresa à qual foi adjudicado este trabalho, vindo a ser prorrogada a sua distribuição para Janeiro de 2009.



## ■ Exposições Empresariais:

- O IDR e o IDE-RAM participaram, cada um com um stand próprio, nas três principais exposições empresariais da Região, com vista inclusive a divulgar o Programa Intervir+:

- Expomadeira: de 11 a 20 de Julho, com cerca de 80 mil visitantes;
- Expo Porto Santo/Nautitur: de 30 de Agosto a 7 de Setembro, com aproximadamente 40 mil visitantes;
- FIC – Feira da Indústria e da Construção: de 8 a 12 de Outubro, com cerca de 30 mil visitantes.

Estas Exposições, para além de representarem um dos veículos privilegiados de divulgação do Programa, permitiram, de igual forma, estabelecer contactos com os diferentes públicos proporcionando-lhes os esclarecimentos e encaminhamentos solicitados.

## ■ Conferências/Colóquios:

- O IDR deu início a um conjunto de Sessões Informativas nos vários concelhos da RAM - em parceria com as respectivas Autarquias Locais - e na Universidade da Madeira, as quais incluíram a apresentação do Programa Intervir+. Estas Sessões realizaram-se nos seguintes concelhos (9): Ribeira Brava (10 de Julho), Santa Cruz (14 de Julho), Calheta (18 de Julho), Santana (21 de Julho), São Vicente (24 de Julho), Porto Moniz (29 de Julho), Porto Santo (19 de Setembro), Machico (15 de Outubro), e em Câmara de Lobos (21 de Outubro) com uma participação média de vinte pessoas por Sessão.



- Realizou-se, ainda, uma Sessão Informativa na freguesia do Imaculado Coração de Maria, no concelho do Funchal, a convite da própria, no dia 17 de Julho e na presença de catorze pessoas.

Nos restantes concelhos, Ponta do Sol, Calheta (a pedido, pela segunda vez da própria Câmara Municipal) e Funchal, tais Sessões Informativas estão previstas para 2009, por depender da disponibilidade das referidas Autarquias. Prevê-se ser o Funchal a encerrar este primeiro ciclo de Sessões.

Sessões públicas informativas Programas Operacionais da RAM				
Concelho	Data	Horário	Situação	Local
Ribeira Brava	Quinta-feira - 10 de Julho	19h00	Realizado	Salão Paroquial
Santa Cruz	Segunda-feira - 14 de Julho	19h00	Realizado	Salão Paroquial
Calheta	Sexta-feira - 18 de Julho	19h00	Realizado	Salão Nobre
Santana	Segunda-feira - 21 de Julho	18h00	Realizado	Salão Nobre
São Vicente	Quinta-feira - 24 de Julho	19h00	Realizado	Centro de Promoção Cultural de São Vicente
Porto Moniz	Terça-feira - 29 de Julho	18h30	Realizado	Museu de Ciência Viva
Porto Santo	Sexta-feira - 19 de Setembro	16h00	Realizado	Edifício Histórico do Paços do Concelho do Porto Santo
Machico	Quarta-feira - 15 de Outubro	18h30	Realizado	Sala de Actividades Culturais da Junta de Freguesia de Machico
Câmara de Lobos	Terça-feira - 21 de Outubro	19h00	Realizado	Casa da Cultura de Câmara de Lobos

- Foram ainda realizadas Sessões Informativas na Universidade da Madeira:

No dia 25 de Junho, Sessão integrada na acção Market Meeting Point @ DGE 2008, da responsabilidade do Departamento



de Gestão e Economia da Universidade, destinada 70 alunos finalistas e recém-licenciados dos cursos de Gestão e de Economia, com uma participação de 70 alunos;

No dia 15 de Outubro, Sessão Integrada no 7º Encontro de Investigação Científica em Enfermagem, da responsabilidade da Escola Superior de Enfermagem da Madeira, destinada a alunos finalistas, recém-licenciados, professores e investigadores do curso de Enfermagem, com uma participação de 150 pessoas (professores e alunos).

■ **Foram realizadas pelo Organismo Intermédio as seguintes sessões:**

Seminário - “Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial da Região Autónoma da Madeira e Formas Alternativas de Financiamento”, 20 de Maio, Machico;

Seminário: “Empreendinov e Formas Alternativas de Financiamento”, 26 de Maio, Associação de Jovens Empresários Madeirenses (AJEM), Universidade da Madeira, Funchal;

A Apresentação: “Incentivos ao Empreendedorismo”, 17 de Outubro, São Vicente;

Apresentação do novo Sistema de Incentivos ao Turismo (SI-Turismo), 02 de Dezembro, Salão Nobre do Governo Regional, Funchal.

■ **Prestação de esclarecimentos:**

De acordo com as orientações do PEC, tem sido prestado um serviço de fornecimento de informação, esclarecimentos e encaminhamentos aos potenciais e finais beneficiários sobre os apoios do Programa Intervir+, quer via correio electrónico (através da sua inscrição no Site), quer via telefone e/ou presencial.



■ **Mural Digital:**



No âmbito do Mural Digital, embora sendo já uma acção temática do Programa Rumos, o Programa Intervir+ irá também ser divulgado junto da comunidade escolar (alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Secundário), de um total de 34 estabelecimentos de ensino da RAM (ilhas da Madeira e do Porto Santo) com vista a que cada escola, usando a Internet, cada escola possa construir o seu “Mural” com as opiniões/experiências dos jovens sobre o que de melhor encontram na Madeira que haja sido realizado, participado e concretizado pelo Programa.

### **c. Participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN**

A Autoridade de Gestão dos PO da RAM, através do Núcleo de Comunicação e Imagem, participa na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN desde Setembro de 2007. A Rede tem operacionalizado o Plano de Comunicação do QREN e acompanha a implementação dos Planos de Comunicação dos vários níveis de governação do QREN/Programas Operacionais, assim como identifica as oportunidades em termos de sinergias (acções a implementar conjuntamente), bem como alerta para as potenciais insuficiências no que respeita à coerência entre as iniciativas.

### **d. Monitorização e Avaliação das acções de Informação e Publicidade do PEC**

Em conformidade com o PEC, a Autoridade de Gestão, após consulta realizada a três empresas de Estudos de Opinião, adjudicou à empresa APEME - Área de Planeamento e Estudos de Mercado, Lda., o Estudo relativo à monitorização e avaliação das acções de informação e publicidade do Plano implementadas nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Relativamente ao estudo alusivo às acções de 2008, este irá ser implementado a partir de Janeiro de 2009, conforme atesta o Quadro 25.

## 5. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

A Autoridade de Gestão assegura que as operações financiadas pelo Programa cumprem com a legislação comunitária em termos de direito comunitário.

Neste sentido, foi incluída na regulamentação específica a referência à obrigatoriedade de cumprimento dos normativos nacionais e comunitários em matéria de contratação pública, acesso e utilização de fundos comunitários, regras ambientais e igualdade de oportunidades.

No que respeita ao cumprimento das normas sobre contratação pública, a Autoridade de Gestão emanou junto do Organismo Intermédio orientações alertando para o cumprimento das normas sobre a contratação pública e para as alterações aos limiares das Directivas. Referiu ainda, a entrada em vigor, em 30 de Julho de 2008, do diploma nacional de transposição das Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, onde é mencionado um conjunto de irregularidades mais frequentes detectadas em sede de contratação pública.

A Autoridade de Gestão procedeu igualmente à divulgação, junto dos potenciais beneficiários e do OI, de orientações relativas aos procedimentos a adoptar nas contratações abaixo dos limiares das Directivas.

No caso das operações co-financiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos, os princípios da contratação pública foram devidamente evidenciados nos casos em que o beneficiário da operação fosse uma entidade pública ou equiparada, ou quando sendo uma entidade privada, a maioria das suas receitas sejam de proveniência pública. Deste modo, em sede do formulário de candidatura, é solicitada informação sobre a forma jurídica do beneficiário, a estrutura accionista, bem como a proveniência das respectivas receitas, de forma a se poder definir claramente se o beneficiário está ou não obrigado a aplicar os princípios da contratação pública no âmbito das empreitadas e aquisição de bens e serviços.

No que diz respeito aos Sistemas de Incentivos, somente o SIRE e o EMPREENDINOV são exclusivamente de Minimis. O QUALIFICAR+ e o SI TURISMO respeitam o Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão, de 6 de Agosto - Regulamento Geral de Isenção por Categoria, excepto quando assinalado o Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de Minimis.

O +CONHECIMENTO respeita o Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01), de 30 de Dezembro, bem como a Decisão da Comissão, relativa ao Auxílio Estatal n.º N 780/2007, de 17 de Junho de 2008, referente à notificação à Comissão do “SI I & DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico”, excepto para os apoios aos investimentos, associados à tipologia “núcleos de I&DT”, os quais respeitam o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto - Regulamento Geral de Isenção por Categoria, e para as situações assinaladas como de Minimis, as quais respeitam o Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro.

No caso de um auxílio de Minimis, o controlo é feito a nível nacional pelo IFDR, no âmbito do qual funciona a “central de registo de Minimis” tendo a Autoridade de Gestão de efectuar a comunicação destes apoios a essa entidade antes da aprovação das respectivas operações.

Quanto à dimensão ambiental, está expressa no formulário e no guia do beneficiário a necessidade de envio de comprovativos relativamente à Avaliação de Impacte Ambiental, à Integração da Rede Natura e ao respeito pelo disposto nomeadamente no Plano de Ordenamento do Território, no sentido de apurar o respeito do projecto pelas matérias ambientais. No Regulamento Específico do Programa Intervir+ também é referida a necessidade de apresentação de diagnósticos ambientais e planos de monitorização no caso de se tratarem de operações de recuperação ambiental e sempre que a AG ache relevante. Neste documento também está expresso que a apreciação do mérito das candidaturas da responsabilidade da AG é fundamentada nos critérios de selecção que englobam o apuramento do respeito pelas matérias ambientais designadamente das intervenções utilizarem, sempre que possível energias limpas, eco-eficientes e com reduzida intensidade energética (dando preferência a fontes de energia renováveis endógenas), bem como intervenções que garantam uma gestão apropriada relativa à produção de resíduos, consumo de água, geração de fluentes e consumos energéticos.

Em matéria de igualdade de oportunidades, refira-se que em particular no formulário é solicitada a indicação do número de empregos a criar pelo projecto quer sejam masculinos quer sejam femininos. Nos critérios de selecção constantes no Regulamento Específico do Programa Intervir+ e no guia do beneficiário, também é expressa a relevância do cumprimento do princípio de não discriminação por género.

Relativamente às operações financiadas pelos Sistemas de Incentivos, destaque-se o facto de o guia e o formulário de candidatura disponibilizar um campo para que os beneficiários possam indicar a forma como pretendem compatibilizar as operações com a necessidade de cumprimento das referidas dimensões horizontais das políticas comunitárias.

Em sede de pedido de pagamento (encerramento) estas matérias serão igualmente objecto de análise e verificação administrativa, encontrando-se o formulário de pedido de pós contratação preparado para recolher estas informações junto do beneficiário, contemplando também o guia pós contratações um tratamento exaustivo sobre estas matérias.

Em particular, em matéria de igualdade de oportunidades, no formulário e no guia do beneficiário utilizado, está expresso que o beneficiário não poderá - quer na actividade empresarial quer nas políticas de recursos humanos - utilizar qualquer processo ou instrumento que leve ou favoreça uma discriminação negativa quanto ao género, raça, etnia, religião ou condição física/social dos seus colaboradores, fornecedores ou clientes.

Por outro lado, é solicitado ao beneficiário que este se certifique que serão executadas intervenções em ordem a garantir a não existência de barreiras (arquitectónicas ou outras) que dificultem a mobilidade e acessibilidade de populações com necessidades especiais (deficientes motores, idosos, etc).

## 6. Conclusão

O presente ponto pretende fazer o balanço do ano 2008 e destacar ou antever os progressos expectáveis para 2009.

Uma vez ultrapassados os formalismos que permitiriam a aprovação de candidaturas - a aprovação dos critérios de selecção, a elaboração da regulamentação específica e dos manuais de apoio à gestão - foi possível à AG dar início à aprovação de candidaturas e criar as condições para os primeiros pagamentos.

Apesar da adesão dos potenciais beneficiários ao Programa, a execução apresenta ainda níveis manifestamente baixos, resultado, em grande parte, do actual contexto de crise.

À luz do contexto actual de implementação do Programa importa aqui aludir que a extrema sensibilidade da economia regional à conjuntura económica internacional desfavorável e os constrangimentos financeiros decorrentes das da própria situação financeira da Região, influenciada por alguns factores de natureza endógena e exógena, deverão continuar a condicionar seriamente a dinâmica de aprovação e execução dos projectos co-financiados ao abrigo do presente quadro de programação.

Tal cenário adverso, com reflexos concretos à escala regional, em termos, nomeadamente, da escassez de liquidez com que os beneficiários - públicos e privados - se têm vindo a deparar, obstando por conseguinte aos ritmos de aprovação e de execução expectáveis para a intervenção em condições regulares, constitui de per si razão de força maior à adopção de medidas de estímulo para o relançamento da economia, a serem preconizadas ao nível do QREN e dos Programas Operacionais.

O Programa configurar-se-á assim como um instrumento relevante, mas não determinante, para apoiar e complementar as medidas anti-crise que, se perspectivam, serão tomadas em 2009 e anos subsequentes.

As medidas já adoptadas pela Comissão Europeia e pelas Autoridades Nacionais, no sentido de fazer face à crise financeira global, revestem-se contudo de uma importância significativa, atendendo a que permitem uma maior adequação dos apoios comunitários face à actual conjuntura. Realce-se em particular os estímulos ao emprego e à formação enquanto acções de grande relevância no sentido de um maior ajustamento das políticas dessa área à actual situação, caracterizada por um aumento significativo do desemprego.

Em simultâneo com tais medidas de carácter social, os apoios do FEDER, independentemente da sua natureza, deverão concorrer para o alcance, nos limiares sociais, de patamares de maior sustentabilidade, nomeadamente pelos efeitos que os apoios FEDER induzem na dinâmica da Região, em termos, não apenas, de benefícios económicos directos, como também de benefícios intimamente ligados à própria população.

Existem contudo algumas medidas que poderiam ainda ser tomadas, concretamente, pela Comissão Europeia, ao nível de uma maior operacionalidade, o que passaria por criar mecanismos mais flexíveis ao nível da execução dos Programas Operacionais.

O ano de 2008 ficou também marcado pelos trabalhos de elaboração da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo que, com a não aceitação pela Comissão Europeia em finais do ano em reporte, criará constrangimentos à própria implementação plena do Sistema de Gestão e Controlo no ano seguinte, com algumas consequências menos positivas ao nível da estabilização de procedimentos e obtenção de resultados em termos de execução do Programa.

Não obstante o retrocesso verificado neste âmbito, prevê-se que os trabalhos sejam concluídos no 1º trimestre do ano de 2009 com o parecer de conformidade da IGF e a aceitação do Sistema de Gestão e Controlo pela Comissão Europeia.

O Programa ainda assim registou avanços importantes no que concerne à estabilização definitiva do modelo de gestão e controlo, que constitui a base para que em termos operacionais se criem as condições efectivas para o seu desenvolvimento.

Relativamente ao processo de registo de informação via Sistema de Informação, prevê-se ainda concluir até final do primeiro trimestre de 2009 os módulos de registo de “Auditoria” e “Verificações no Local” e proceder ao desenvolvimento no SIGMA da solução de contingência apresentada pela AC, no que diz respeito à “Gestão de Devedores”.

Uma vez estabilizada a aplicação, proceder-se-á ao encerramento desta fase do projecto mediante a estabilização dos outputs de monitorização e dos mapas de apoio à Gestão considerados mais prioritários.

No decorrer do segundo semestre de 2009, pretende-se proceder à interligação do SIGMA com o sistema de gestão documental do IDR (SIGMA PaperLess) e dar início ao processo de adaptação do SIGMA EIS ao actual período de programação.

Quadro 22 - Adaptações SIGMA/QREN Janeiro 2009 / Dezembro 2009

Actividade	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Auditoria a)												
Gestão de Devedores (Contingência)												
Acompanhamento/Verificações no Local												
Importação Fichas Analise SRACSI												
Mapas de Apoio à Gestão												
Estabilização dos mapas de Monitorização a)												
Interligação do Sistema ao Sistema de Gestão Documental												
Adaptação do EIS ao SIGMA QREN												
Operações de Manutenção preventiva e evolutiva												

a) A aguardar novos elementos por parte do IFDR, designadamente as especificações dos Web services

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Note-se que as actividades previstas implementar a partir do segundo semestre de 2009, deverão ser encaradas como funcionalidades complementares ao próprio sistema, no âmbito do processo de melhoria contínua e da dinâmica que caracteriza o processo de manutenção deste tipo de sistemas.

Em termos de Avaliação (On Going), não foi ainda implementado qualquer estudo de Avaliação, perspectivando o lançamento de um exercício deste tipo – Estudo da Operacionalização do Programa – para o 2º trimestre de 2009, em concomitância com o definido no Plano Global de Avaliação do QREN e PO.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ promoveu ainda assim durante o ano de 2008 a operacionalização da articulação da “função Acompanhamento/Monitorização” com a “função Avaliação”, tendo desenvolvido actividades técnicas de monitorização estratégica, com recurso a serviços de consultadoria externa, que suportaram as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos.

Os documentos de monitorização estratégica resultantes são um importante instrumento de apoio à gestão pois permitirão uma visão compreensiva das dinâmicas de aprovação e execução, bem como deter elementos técnicos para reapreciações quantos às prioridades estabelecidas de modo a que sejam norteadas pelas necessidades de intervenção.

Com o estabilizar de todo o processo de gestão, prevê-se que durante o ano de 2009 se consiga recuperar alguma execução em atraso. Assim, apresentamos no Quadro 23 os montantes previstos de pagamentos para fazer face a essa execução. Se o Programa responder como expectável, em 2010 e 2011 serão recuperadas as verbas programadas no ano inicial, tendo em atenção o cumprimento da regra “n+3”.

Quadro 23 - Previsão de Pedidos de Pagamento Intermédios para 2009

Euros

	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01.Jan.09 até 31.Out.09		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01.Nov.09 até 31.Dez.09		Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2009	
	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) (I) pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da U.E.	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) (I) pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da U.E.	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) (I) pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da U.E.
Eixo I	5.000.000	4.000.000	1.875.000	1.500.000	6.875.000	5.500.000
Eixo II	3.750.000	3.000.000	1.250.000	1.000.000	5.000.000	4.000.000
Eixo III	7.500.000	6.000.000	2.500.000	2.000.000	10.000.000	8.000.000
Eixo IV	10.000.000	8.000.000	4.375.000	3.500.000	14.375.000	11.500.000
Eixo V	16.000.000	8.000.000	6.000.000	3.000.000	22.000.000	11.000.000
Eixo VI	941.176	800.000	411.765	350.000	1.352.941	1.150.000
<b>TOTAL</b>	<b>43.191.176</b>	<b>29.800.000</b>	<b>16.411.765</b>	<b>11.350.000</b>	<b>59.602.941</b>	<b>41.150.000</b>

(I) - Seguir o critério fixado para cada um dos eixos prioritários no quadro financeiro do Programa Operacional (eixos prioritários expressos em despesas públicas ou em custos totais)

**Notas:**

- os valores de pedidos de pagamento devem ter em conta o montante de despesa elegível validada até 1 mês antes da data indicada para o pedido de pagamento

- os valores a fornecer devem respeitar apenas aos períodos indicados, ou seja não devem ser acumulados

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Neste sentido, é expectável para o ano de 2009 o início do processo de certificação de despesas à Comissão Europeia, concorrendo terminantemente para o cumprimento da regra “n+3”, cuja aplicação ocorrerá pela primeira vez em 2010.

O protocolo com as Autoridades de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Operacional Regional co-financiado pelo FEADER, que estabelecerá os mecanismos e procedimentos a implementar para evitar a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos Programas, deverá ser concluído no primeiro trimestre de 2009. Os trabalhos similares relativos ao protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP deverão por sua vez ser iniciados.

Perspectiva-se ainda para o próximo ano a entrada de uma das candidaturas previstas no âmbito dos grandes projectos.

Em termos de acções de divulgação, informação e publicidade, e tendo o Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 sido aceite pela Comissão Europeia, a AG empenhou-se na prossecução das respectivas acções preconizadas no mesmo, em articulação com o Organismo Intermédio e com o Observatório do QREN.

Quanto ao grau de implementação do PEC, realça-se o facto deste ter sido executado na sua quase totalidade, tendo faltado, apenas, a realização de uma Conferência de Imprensa (integrada na alínea “Conferências”). Porém, houve sempre um cuidado de informar aos órgãos de comunicação social sobre a evolução do Programa por um lado, à medida que os projectos iam sendo aprovados, em consequência das Unidades de Gestão e, por outro, no âmbito da 2ª Comissão de Acompanhamento, realizada em Junho.

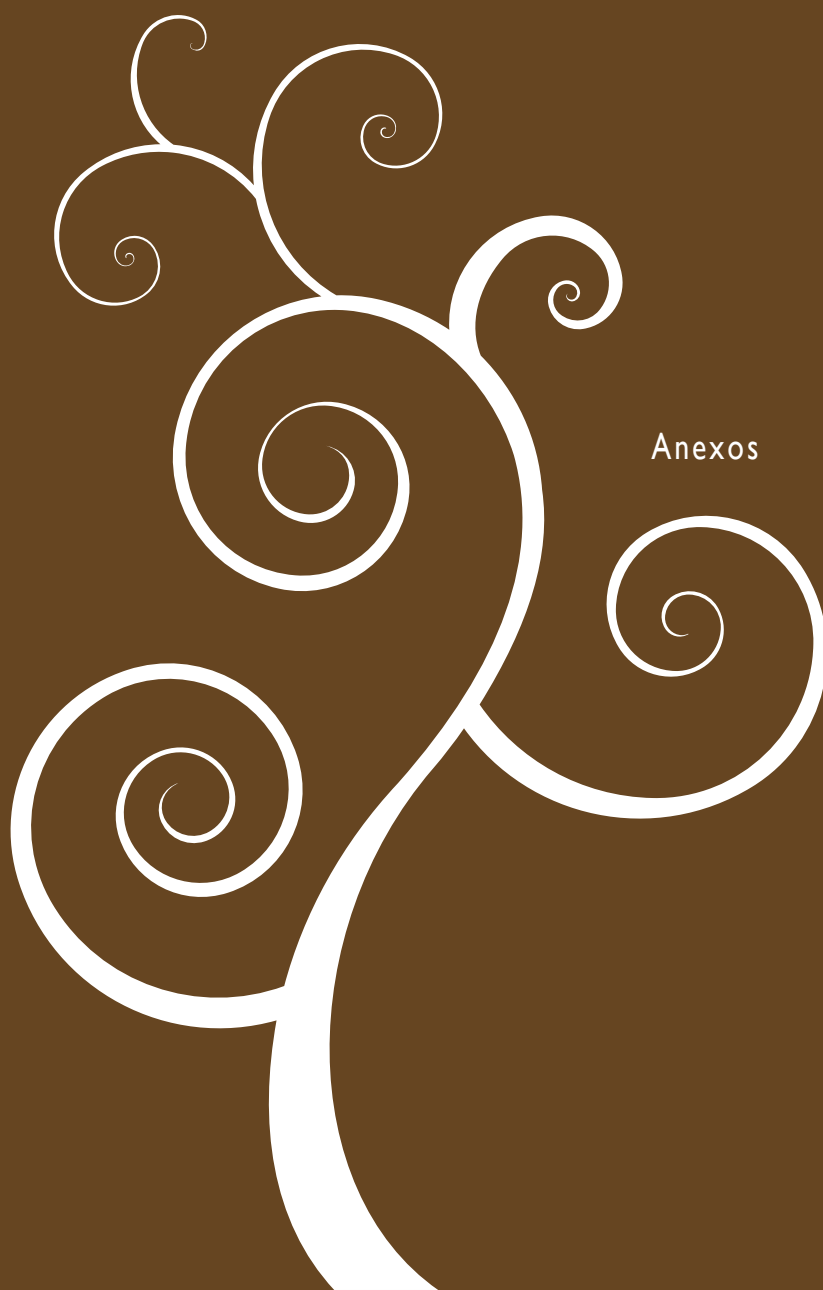
O facto de estar prevista uma monitorização e avaliação das acções do PEC, com periodicidade anual, com vista a ajustar a acção prevista no Plano, imprimirá com certeza uma nova dinâmica nesta importante função da gestão - a Informação e Publicidade.

Antecipa-se que os primeiros dados do estudo do impacto das acções de informação e publicidade implementadas em 2008 contribuirão para introduzir melhorias na acção da AG, sem contudo deixarmos de antever que o saldo global será necessariamente positivo.

Em balanço, e apesar do contexto de crise, com a perspectiva de aceitação do Sistema de Gestão e controlo, no primeiro trimestre do próximo ano, estarão reunidas as condições para que 2009 seja determinante para imprimir a velocidade cruzeiro de que o Programa carece, em particular numa vertente essencial para a gestão, como é a da execução.







Anexos



**Anexo I - Ficha de programa**

Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
				Cód. Concurso / refº concurso	Abertura	Fecho
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 07.12.2007	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
		Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Modernização Administrativa	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
Eixo II - Competitividade da base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 07-12-2007	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
		Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Envolvente empresarial	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Riscos naturais e tecnológicos		26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza da natureza e biodiversidade		26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Reabilitação urbana e rural		26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
	Cooperação interregional		26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 07-12-2007	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
			11.03.2008	n.a.	n.a.	n.a.
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
		Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	n.a.	n.a.	n.a.
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	14.04.2008	n.a.	n.a.	n.a.

n.a. - não aplicável

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## Anexo II - Processo de selecção por Eixo Prioritário e Área de Intervenção

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura								
		Total até 31-12-2008			em aberto a 31-12-2008		Encerrados a 31-12-2008			
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos	
									Nº	Fundo em candidaturas aprovadas
	mil euros	Nº	mil euros	% do PO	Nº	mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros
<b>Programa Intervir+</b>	<b>320.549</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento</b>	<b>34.993</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	9.493	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	16.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Modernização Administrativa	9.500	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional</b>	<b>49.472</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	20.722	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Envolveente empresarial	28.750	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Eixo III - Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>71.343</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	43.293	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Riscos naturais e tecnológicos	14.500	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	13.550	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Eixo IV - Coesão Territorial e Governação</b>	<b>91.917</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	88.117	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Reabilitação urbana e rural	3.700	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cooperação interregional	100	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade</b>	<b>66.325</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	33.162	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Infra-estruturas e equipamentos públicos	33.162	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Eixo VI - Assistência Técnica</b>	<b>6.500</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

	Tempos médios de decisão		Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
	Previsto	efectivo	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura
	dias	dias	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros
			<b>53</b>	<b>67.467</b>	<b>1.273</b>	<b>53</b>	<b>67.467</b>	<b>1.273</b>
			<b>20</b>	<b>9.371</b>	<b>469</b>	<b>20</b>	<b>9.371</b>	<b>469</b>
90	32	17	17	5.229	308	17	5.229	308
90	19	2	2	3.834	1.917	2	3.834	1.917
90	28	1	1	309	309	1	309	309
			<b>27</b>	<b>4.640</b>	<b>172</b>	<b>27</b>	<b>4.640</b>	<b>172</b>
90	68	27	27	4.640	172	27	4.640	172
			0	0	0	0	0	0
			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
			0	0	0	0	0	0
			0	0	0	0	0	0
			0	0	0	0	0	0
			<b>3</b>	<b>14.361</b>	<b>4.787</b>	<b>3</b>	<b>14.361</b>	<b>4.787</b>
90	11	1	1	13.888	13.888	1	13.888	13.888
90	24	2	2	473	237	2	473	237
			0	0	0	0	0	0
			<b>1</b>	<b>34.147</b>	<b>34.147</b>	<b>1</b>	<b>34.147</b>	<b>34.147</b>
			0	0	0	0	0	0
90	20	1	1	34.147	34.147	1	34.147	34.147
			<b>2</b>	<b>4.948</b>	<b>2.474</b>	<b>2</b>	<b>4.948</b>	<b>2.474</b>

## Anexo II - Processo de selecção por Eixo Prioritário e Área de Intervenção

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Invest. Médio por candidatura	Candidaturas	Custo total
	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%
<b>Programa Intervir+</b>	<b>24</b>	<b>59.777</b>	<b>57.193</b>	<b>56.050</b>	<b>32.426</b>	<b>2.491</b>	<b>100%</b>	<b>97%</b>
<b>Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento</b>	<b>8</b>	<b>4.791</b>	<b>4.469</b>	<b>4.164</b>	<b>3.240</b>	<b>599</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	5	648	610	305	153	130	100%	100%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	2	3.834	3.602	3.602	2.881	1.917	100%	100%
Modernização Administrativa	1	309	257	257	206	309	100%	100%
<b>Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional</b>	<b>10</b>	<b>1.530</b>	<b>1.389</b>	<b>552</b>	<b>276</b>	<b>153</b>	<b>93%</b>	<b>98%</b>
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	10	1.530	1.389	552	276	153	93%	98%
Envolvente empresarial	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Eixo III - Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	0	0	0	0	0	0	0	0
Riscos naturais e tecnológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Eixo IV - Coesão Territorial e Governação</b>	<b>3</b>	<b>14.361</b>	<b>14.172</b>	<b>14.172</b>	<b>8.598</b>	<b>4.787</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	1	13.888	13.699	13.699	8.219	13.888	100%	100%
Reabilitação urbana e rural	2	473	473	473	378	237	100%	100%
Cooperação interregional	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade</b>	<b>1</b>	<b>34.147</b>	<b>32.214</b>	<b>32.214</b>	<b>16.107</b>	<b>34.147</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	34.147	32.214	32.214	16.107	34.147	100%	100%
<b>Eixo VI - Assistência Técnica</b>	<b>2</b>	<b>4.948</b>	<b>4.948</b>	<b>4.948</b>	<b>4.206</b>	<b>2.474</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

n.a. - não aplicável

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

	Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
	%	%	%	%	Nº	mil euros	%	%
	45%	89%	45%	91%	21	62.355	88%	93%
	40%	51%	40%	51%	6	1.998	75%	62%
	29%	12%	29%	12%	5	153	100%	100%
	100%	100%	100%	100%	1	1.845	50%	64%
	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0
	34%	32%	37%	33%	10	276	100%	100%
	34%	32%	37%	33%	10	276	100%	100%
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	100%	100%	100%	100%	3	8.219	100%	96%
	100%	100%	100%	100%	1	8.219	100%	100%
	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0
	0	0	0	0	2	0	0	0
	100%	100%	100%	100%	1	16.107	100%	100%
	0	0	0	0	0	0	0	0
	100%	100%	100%	100%	1	16.107	100%	100%
	100%	100%	100%	100%	1	3.540	50%	84%

### Anexo III - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário e Área de Intervenção

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			
	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário
<b>Programa Intervir+</b>	<b>449.952.603</b>	<b>449.952.603</b>	<b>320.549.004</b>	<b>59.776.973</b>	<b>57.192.721</b>	<b>56.050.329</b>	<b>32.426.335</b>
<b>Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento</b>	<b>43.740.834</b>	<b>43.740.834</b>	<b>34.992.667</b>	<b>4.790.914</b>	<b>4.469.203</b>	<b>4.163.970</b>	<b>3.239.606</b>
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	11.865.834	11.865.834	9.492.667	648.165	610.467	305.233	152.617
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	20.000.000	20.000.000	16.000.000	3.834.084	3.601.849	3.601.849	2.881.479
Modernização Administrativa	11.875.000	11.875.000	9.500.000	308.666	256.888	256.888	205.510
<b>Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional</b>	<b>61.840.233</b>	<b>61.840.233</b>	<b>49.472.186</b>	<b>1.530.127</b>	<b>1.389.292</b>	<b>552.133</b>	<b>276.067</b>
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	25.902.733	25.902.733	20.722.186	1.530.127	1.389.292	552.133	276.067
Envolvente empresarial	35.937.500	35.937.500	28.750.000	0	0	0	0
<b>Eixo III - Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>89.178.251</b>	<b>89.178.251</b>	<b>71.342.601</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	54.115.751	54.115.751	43.292.601	0	0	0	0
Riscos naturais e tecnológicos	18.125.000	18.125.000	14.500.000	0	0	0	0
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	16.937.500	16.937.500	13.550.000	0	0	0	0
<b>Eixo IV - Coesão Territorial e Governação</b>	<b>114.896.874</b>	<b>114.896.874</b>	<b>91.916.874</b>	<b>14.361.263</b>	<b>14.171.831</b>	<b>14.171.831</b>	<b>8.597.699</b>
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	110.146.842	110.146.842	88.116.874	13.888.263	13.698.831	13.698.831	8.219.299
Reabilitação urbana e rural	4.625.032	4.625.032	3.700.000	473.000	473.000	473.000	378.400
Cooperação interregional	125.000	125.000	100.000	0	0	0	0
<b>Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade</b>	<b>132.649.352</b>	<b>132.649.352</b>	<b>66.324.676</b>	<b>34.146.766</b>	<b>32.214.491</b>	<b>32.214.491</b>	<b>16.107.245</b>
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	66.324.674	66.324.674	33.162.337	0	0	0	0
Infra-estruturas e equipamentos públicos	66.324.678	66.324.678	33.162.339	34.146.766	32.214.491	32.214.491	16.107.245
<b>Eixo VI - Assistência Técnica</b>	<b>7.647.059</b>	<b>7.647.059</b>	<b>6.500.000</b>	<b>4.947.904</b>	<b>4.947.904</b>	<b>4.947.904</b>	<b>4.205.718</b>
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	7.647.059	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.947.904	4.947.904	4.205.718

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



Unid: euro

	Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
	11.336.748	11.336.748	5.978.096	10.199.061	10%	2%	18%	31%	171%
	0	0	0	0	9%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	2%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	18%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	2%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	1%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	1%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	1.157.675	1.157.675	694.605	2.584.278	9%	1%	8%	30%	372%
	1.157.675	1.157.675	694.605	2.584.278	9%	1%	8%	31%	372%
	0	0	0	0	10%	0%	0%	0%	0
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	9.624.917	9.624.917	4.812.459	6.919.933	24%	7%	30%	43%	144%
	0	0	0	0	0%	0%	0	0	0
	9.624.917	9.624.917	4.812.459	6.919.933	49%	15%	30%	43%	144%
	554.156	554.156	471.032	694.850	65%	7%	11%	17%	148%
	554.156	554.156	471.032	694.850	65%	7%	11%	17%	148%

## Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização		
	Código	Designação	Tipo *		NUT II	NUT III	Concelho
	1	2	3		5	6	7
<b>Programa Intervir+</b>							
<b>Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento</b>							
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000002	Ad Mensuram Madeira - Consultoria em Engenharia e Gestão, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000007	Endémica - Tecnologia, Inovação e Processos, Sociedade Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000005	Rod Island Surf Shop, Sociedade Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000003	Wowsystems - Informática, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000010	Local Visível, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0266-FEDER-000001	3DWHALE	Público	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000001	Reforço e modernização das capacidades laboratoriais de ensaios de engenharia civil	Público	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000001	Projecto Integrado de Modernização do Laboratório Regional de Engenharia Civil	Público	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
<b>Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional</b>							
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000007	Esfera Armilar - Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Ponta de Sol
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000008	Opustribo - Decorações Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000002	Madstock - Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000003	Solidago Industria e Serviços, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Machico
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000005	Gestlizer II - Contabilidade Informática e Gestão, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000001	Ferrolixa, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Ribeira Brava
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000011	Farmácia do Chafariz, Sociedade Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000010	Corpo & Vida III, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000013	Cortpedra - Extração e Comércio de Pedra, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Ponta do Sol
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000014	Martins & Martins, Sociedade Unipessoal, Lda	AE	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
<b>Eixo IV - Coesão Territorial e Governação</b>							
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000001	Escola Básica e Profissional de S. Martinho	Público	Aprovado	RAM	RAM	Funchal
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000001	Recuperação Urbanística do Porto Moniz	Público	Aprovado	RAM	RAM	Porto Moniz
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000002	Recuperação Urbanística do Sítio da Lapeira - Porto Santo	Público	Aprovado	RAM	RAM	Porto Santo
<b>Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade</b>							
Infra-estruturas e equipamentos públicos	MADFDR-05-0272-FEDER-000001	Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava	Público	Aprovado	RAM	RAM	Ribeira Brava
<b>Eixo VI - Assistência Técnica</b>							
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	MADFDR-06-0173-FEDER-000001	Assistência Técnica - 2007-2010	Público	Aprovado	RAM	RAM	RAM

Pág 73 de 112

#### Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização			
	Código	Designação	Tipo *		NUT II	NUT III	Concelho	
	1	2	3		5	6	7	
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	MADFDR-06-0173-FEDER-000002	Assistência Técnica - 2007 - 2013	Público	Aprovado	RAM	RAM	RAM	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Tema prioritário		Identificação do Beneficiário		
Código	Designação	Tipologia***	NIF	Designação
8	9	10	11	12
85	Preparação, implementação, monitorização e controlo	Administração Pública	511 152 302	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM

## Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação	Montantes Aprovados									
		Investimen- to/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Repartição indicativa da Contrapartida Nacional						
	Contrapartida Pública Nacional						Financiamento Privado				
	Total				OE	AL		AR	EP	Outras	
	1	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+ 19+20+21	17	18	19	20	21	22
Programa Intervir+		57.192.721	56.050.329	32.426.335	23.623.994	428.683	461.331	22.328.963	0	405.017	1.142.395
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento		4.469.203	4.163.970	3.239.606	924.364	152.617	461.331	0	0	310.417	305.233
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000002	87.161	43.580	21.790	21.790	21.790	0	0	0	0	43.580
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000007	199.864	99.932	49.966	49.966	49.966	0	0	0	0	99.932
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000005	18.775	9.388	4.694	4.694	4.694	0	0	0	0	9.388
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000003	198.453	99.227	49.613	49.613	49.613	0	0	0	0	99.227
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000010	106.213	53.107	26.553	26.553	26.553	0	0	0	0	53.107
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-02-66-FEDER-000001	2.306.654	2.306.654	1.845.323	461.331	0	461.331	0	0	0	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-02-24-FEDER-000001	1.295.195	1.295.195	1.036.156	259.039	0	0	0	0	259.039	0
Modernização Administrativa	MADFDR-01-03-26-FEDER-000001	256.888	256.888	205.510	51.378	0	0	0	0	51.378	0
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional		1.389.292	552.133	276.067	276.067	276.067	0	0	0	0	837.162
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000007	196.302	78.521	39.261	39.260	39.260	0	0	0	0	117.781
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000008	31.505	11.027	5.513	5.513	5.513	0	0	0	0	20.481
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000002	59.419	23.768	11.884	11.884	11.884	0	0	0	0	35.651
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000003	66.800	26.720	13.360	13.360	13.360	0	0	0	0	40.080
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000005	118.352	41.423	20.712	20.712	20.712	0	0	0	0	76.929
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000001	298.572	134.357	67.179	67.179	67.179	0	0	0	0	164.214
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000011	22.269	7.794	3.897	3.897	3.897	0	0	0	0	14.475
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000010	199.259	79.704	39.852	39.852	39.852	0	0	0	0	119.556
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000013	198.700	79.480	39.740	39.740	39.740	0	0	0	0	119.220
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000014	198.113	69.340	34.670	34.670	34.670	0	0	0	0	128.774
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação		14.171.831	14.171.831	8.597.699	5.574.132	0	0	5.479.532	0	94.600	0
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000001	13.698.831	13.698.831	8.219.299	5.479.532	0	0	5.479.532	0	0	0
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000001	123.000	123.000	98.400	24.600	0	0	0	0	24.600	0
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000002	350.000	350.000	280.000	70.000	0	0	0	0	70.000	0

[illegible]

## Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação	Montantes Aprovados									
	Código	Investimen to/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Repartição indicativa da Contrapartida Nacional						
					Contrapartida Pública Nacional						Financiamento Privado
					Total	OE	AL	AR	EP	Outras	
	1	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+19+20+21	17	18	19	20	21	22
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade		32.214.491	32.214.491	16.107.245	16.107.245	0	0	16.107.245	0	0	0
Infra-estruturas e equipamentos públicos	MADFDR-05-0272-FEDER-000001	32.214.491	32.214.491	16.107.245	16.107.245	0	0	16.107.245	0	0	0
Eixo VI - Assistência Técnica		4.947.904	4.947.904	4.205.718	742.186	0	0	742.186	0	0	0
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	MADFDR-06-0173-FEDER-000001	4.164.204	4.164.204	3.539.573	624.631	0	0	624.631	0	0	0
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	MADFDR-06-0173-FEDER-000002	783.700	783.700	666.145	117.555	0	0	117.555	0	0	0

\* “Cód SIQREN Tipo de Operação” = Público; Público GP; Público GR; AE; AE GP; Eng Financeira

\*\* Aprovado / Concluído

\*\*\* “Cód SIQREN Tipologia de Entidades (Privados) e Tipologia de Entidades (Administração Pública)”

\*\*\*\* Identificar montantes financeiros aprovados da parcela do projecto de tipologia FSE quando aplicável

\*\*\*\*\* Quando aplicável

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



Unid: euro

					Montantes Executados						Montante Pago ao Beneficiário
Para informação		Tipologia FSE ****			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tipologia FSE****			Fundo Comunitário
Empréstimos BEI	Outros financiame ntos	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
0	0	0	0	0	9.624.917	9.624.917	4.812.459	0	0	0	6.919.933
0	0	0	0	0	9.624.917	9.624.917	4.812.459	0	0	0	6.919.933
0	0	0	0	0	554.156	554.156	471.032	0	0	0	694.850
0	0	0	0	0	554.156	554.156	471.032	0	0	0	694.850
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## Anexo V - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria

Unid: euro

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Montante **
1	4	07	16	3103	1.036.156
8	4	07	3	3103	34.670
8	4	07	6	3104	13.360
8	4	07	6	3107	67.179
8	4	07	13	3103	25.988
8	4	07	16	3103	142.081
8	4	07	16	3105	39.261
8	4	07	20	3103	66.405
8	4	07	21	3105	39.740
11	4	07	16	3103	205.510
13	4	07	20	3103	1.845.323
23	4	07	12	3107	16.107.245
61	4	07	12	3106	98.400
61	4	07	20	3201	280.000
75	4	07	12	3103	8.219.299
85	4	07	17	300	4.205.718
Total					32.426.335

\* As categorias de cada dimensão devem ser codificadas utilizando a classificação-tipo.

\*\* Montante afectado da contribuição comunitária a cada combinação de categorias.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

**Anexo VI - Programação financeira, aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário**

Unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		41.214.853	16	1.464.839		0	
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	2.500.000	1	1.036.156	80%		
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	3.500.000					
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	3.000.000					
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	1.000.000					
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	3.000.000					
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	2.000.000					
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	2.000.000					
8	Outros investimentos em empresas	16.000.000	15	428.683	50%		
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	8.214.853					
Sociedade da Informação		28.790.585	2	2.050.834		0	
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	13.290.585					
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.)	1.500.000	1	205.510	80%		
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	1.000.000					
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	5.000.000	1	1.845.323	80%		
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	2.000.000					
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	6.000.000					
Transportes		83.088.627	1	16.107.245		4.812.459	
16	Transporte ferroviário	0					
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0					
18	Ativos móveis ferroviários	0					
19	Activos móveis ferroviários (RTE-T)	0					
20	Auto-estradas	42.750.000					
21	Auto-estradas (RTE-T)	0					
22	Estradas nacionais	0					
23	Estradas regionais/locais	25.038.627	1	16.107.245	50%	4.812.459	50%
24	Ciclovias	0					
25	Transportes urbanos	0					
26	Transportes multimodais	0					
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0					
28	Sistemas de transportes inteligentes	0					
29	Aeroportos	9.800.000					
30	Portos	5.500.000					
31	Transporte por via navegável (regionais e locais)	0					
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0					
Energia		16.250.000	0	0		0	
33	Electricidade	0					
34	Electricidade (RTE-E)	0					
35	Gás natural	1.500.000					
36	Gás natural (RTE-E)	0					
37	Produtos petrolíferos	0					
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0					
39	Energias renováveis: eólica	2.000.000					
40	Energias renováveis: solar	750.000					
41	Energias renováveis: biomassa	2.500.000					
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	2.500.000					
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	7.000.000					
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		71.242.601	0	0		0	

## Anexo VI - Programação financeira, aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário

Unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	15.042.601					
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	14.000.000					
46	Tratamento de água (águas residuais)	14.250.000					
47	Qualidade do ar	500.000					
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	1.250.000					
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	0					
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	250.000					
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000)	2.450.000					
52	Promoção de transportes urbanos limpos	9.000.000					
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	5.500.000					
54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	9.000.000					
Turismo		11.500.000	0	0		0	
55	Promoção dos recursos naturais	3.500.000					
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	3.500.000					
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	4.500.000					
Actividades culturais		10.000.000	0	0		0	
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	3.000.000					
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	3.000.000					
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	4.000.000					
Reabilitação urbana e rural		3.700.000	2	378.400		0	
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	3.700.000	2	378.400	80%		
Investimento em infra-estruturas sociais		15.000.000	1	8.219.299		694.605	
75	Infra-estruturas educativas	10.000.000	1	8.219.299	60%	694.605	60%
76	Infra-estruturas de saúde	1.000.000					
77	Infra-estruturas de assistência à criança	1.000.000					
78	Infra-estrutura de habitação	1.000.000					
79	Outras infra-estruturas sociais	2.000.000					
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		100.000	0	0		0	
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	100.000					
Redução dos sobrecustos que entram o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas		33.162.338	0	0		0	
82	Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	11.260.556					
83	Acções específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	21.395.057					
84	Apoios para compensar sobrecustos decorrentes das condições climáticas e de dificuldades associadas ao relevo geográfico	506.725					
Assistência técnica		6.500.000	2	4.205.718		471.032	
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	3.900.000	2	4.205.718	85%	471.032	85%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	2.600.000					
	Total Temas Prioritários	287.386.666	24	32.426.335		5.978.096	
	Total EARMARKING	214.298.039	21	12.113.371		694.605	

Categorias de earmarking

\* Ao "Total Temas Prioritários" são subtraídos os TPs 82, 83 e 84 por constituírem a parte da alocação financeira específica, atribuída às RUP, que não concorre para efeitos de cálculo de Earmarking.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

**Anexo VII - Aprovações e execução por NUT III**

Unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
<b>Total Programa Operacional</b>								
<b>FEDER</b>								
<b>Fundo de Coesão</b>								
<b>NORTE</b>								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
<b>CENTRO</b>								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
<b>ALENTEJO</b>								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
<b>ALGARVE</b>								
<b>RAA</b>								
<b>RAM</b>	<b>24</b>	<b>57.192.721</b>	<b>56.050.329</b>	<b>32.426.335</b>	<b>11.336.748</b>	<b>11.336.748</b>	<b>5.978.096</b>	<b>18%</b>
<b>Multi-região Convergência</b>								
<b>Não regionalizável</b>								

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## Anexo VIII - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento

Unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	13.693.799					
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	13.693.799					
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	5.705.749					
4	Outras formas de financiamento	287.455.657	24	32.426.335	11%	5.978.096	18%
	<b>TOTAL</b>	<b>320.549.004</b>	<b>24</b>	<b>32.426.335</b>	<b>10%</b>	<b>5.978.096</b>	<b>18%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

**Anexo IX - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território**

Unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana						
02	Zona de montanha						
03	Ilhas						
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional						
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)						
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)						
07	Região ultraperiférica	320.549.004	24	32.426.335	10%	5.978.096	18%
08	Zona de cooperação transfronteiriça						
09	Zona de cooperação transnacional						
10	Zona de cooperação inter-regional						
00	Não aplicável						
	<b>TOTAL</b>	<b>320.549.004</b>	<b>24</b>	<b>32.426.335</b>	<b>10%</b>	<b>5.978.096</b>	<b>18%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## Anexo X - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica

Unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	n.a.					
02	Pesca	n.a.					
03	Indústrias alimentares e das bebidas	n.a.	1	34.670	n.a.	0	0%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	n.a.					
05	Construção de material de transporte	n.a.					
06	Indústrias transformadoras diversas	n.a.	2	80.539	n.a.	0	0%
07	Extracção de produtos energéticos	n.a.					
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	n.a.					
09	Captação, tratamento e distribuição de água	n.a.					
10	Correios e telecomunicações	n.a.					
11	Transportes	n.a.					
12	Construção	n.a.	3	24.424.944	n.a.	5.507.063	23%
13	Comércio por grosso e a retalho	n.a.	4	25.988	n.a.	0	0%
14	Hotéis e restaurantes	n.a.					
15	Actividades financeiras	n.a.					
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	n.a.	7	1.423.008	n.a.	0	0%
17	Administração pública	n.a.	2	4.205.718	n.a.	471.032	11%
18	Educação	n.a.					
19	Actividades de saúde humana	n.a.					
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	n.a.	4	2.191.729	n.a.	0	0%
21	Actividades associadas ao ambiente	n.a.	1	39.740	n.a.	0	0%
22	Outros serviços não especificados	n.a.					
00	Não aplicável	n.a.					
	<b>TOTAL</b>	<b>n.a.</b>	<b>24</b>	<b>32.426.335</b>	<b>n.a.</b>	<b>5.978.096</b>	<b>18%</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



**Anexo XI - Resumo Implementação Financeira - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006**

Unid: euro

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão*	Contribuição pública correspondente	Despesas Privadas	Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	0	0	0	0	0
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	0	0	0	0	0
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	0	0	0	0	0
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	1.157.675	1.157.675	0	2.584.278	0
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	9.624.917	9.624.917	0	6.919.933	0
Eixo VI - Assistência Técnica	554.156	554.156	0	694.850	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Sub-Total	11.336.748	11.336.748	0	10.198.961	0
Adiantamentos					16.027.450
Programa Intervir+	11.336.748	11.336.748	0	10.199.961	16.027.450

\* Corresponde a Custo Total Elegível Executado  
 Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)				
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos de Inovação/IDT	Realização Efectiva (execução)	0	2
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	2
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos na área da Sociedade da Informação	Realização Efectiva (execução)	0	1
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	1
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Empresas apoiadas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	3
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Instrumentos de engenharia financeira	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Nº de projectos de infra-estruturas ambientais	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos de prevenção e gestão de riscos	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	3	-	-	-	-	-	5	-
								0
								2
0	0	0						2
-	20	-	-	-	-	-	50	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	16	-	-	-	-	-	40	-
								0
								1
0	0	1						2
-	10	-	-	-	-	-	30	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	3
-	250	-	-	-	-	-	500	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	1	-	-	-	-	-	2	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	0	-	-	-	-	-	1	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	2	-	-	-	-	-	3	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	2	-	-	-	-	-	5	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	1	-	-	-	-	-	2	-
								0
								0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-	155	-	-	-	-	-	200	-
								0

## Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Projectos na área dos transportes	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos na área da cultura e lazer	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Estabelecimentos de ensino intervencionados	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	1
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Rede viária intervencionada	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos de reabilitação urbana e rural	Realização Efectiva (execução)	0	2
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	2
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Empresas apoiadas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Projectos destinados à prestação de serviços públicos	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Rede viária intervencionada	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	5,02
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Indicadores de Resultados				
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Investimento alavancado em Inovação/IDT	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Investimento privado induzido	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Serviços públicos online	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
								0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	-	2	-	-	-	-	3	-
								0
								0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	-	2	-	-	-	-	6	-
								0
								0
	0	0	0	0	0	0	0	1
	-	1	-	-	-	-	2	-
								0
								0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	-	15	-	-	-	-	15	-
								0
								2
	0	0	0	0	0	0	0	2
	-	1	-	-	-	-	2	-
								0
								0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	-	200	-	-	-	-	320	-
								0
								0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	-	4	-	-	-	-	7	-
								0
								0
	0	0	0	0	0	0	0	5,02
	-	4	-	-	-	-	4	-
								0
								0
								0
	-	2	-	-	-	-	5	
								0
								0
	-	2	-	-	-	-	5	
								0
								0
	-	4	-	-	-	-	10	
								0
								0
	-	38	-	-	-	-	50	

## Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Empregos brutos criados (ETI)	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Investimento privado induzido	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Investimento alavancado na área da cultura e lazer	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Alunos abrangidos pelas escolas intervencionadas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S. Vicente	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
								0
								0
-		450	-	-	-	-	700	
								0
								0
-		12	-	-	-	-	30	
								0
								0
-		n.a.	-	-	-	-	10%	
								0
								0
-		8.800	-	-	-	-	112.700	
								0
								0
-		3	-	-	-	-	6	
								0
								0
-		2	-	-	-	-	3	
								0
								0
-		3.150	-	-	-	-	3.500	
								0
								0
-		20%	-	-	-	-	20%	
								0
								0
-		2	-	-	-	-	4	
								0
								0
-		1.020	-	-	-	-	1.520	
								0
								0
-		73%	-	-	-	-	73%	
								0
								0
-		21.740	-	-	-	-	56.360	

## Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Redução nos (sobre)custos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Eixo VI - Assistência Técnica	Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Visitas ao sítio internet	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
	Tempo médio de análise de candidaturas	Realização Efectiva (execução)	0	0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		
		Metas	-	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)				
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução)	0	8
	2. dos quais: homens	Realização Efectiva (execução)	0	6
	3. dos quais: mulheres	Realização Efectiva (execução)	0	2
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. Nº de projectos de I&DT	Realização Efectiva (execução)	0	2
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Efectiva (execução)	0	0
	6. Empregos na investigação criados	Realização Efectiva (execução)	0	0
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	3
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização Efectiva (execução)	0	0
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução)	0	8
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização Efectiva (execução)	0	0,3
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	1
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Efectiva (execução)	0	0



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
								0
								0
-	65%	-	-	-	-	-	65%	
								0
								0
-	50%	-	-	-	-	-	50%	
								0
								0
-	83%	-	-	-	-	-	83%	
								0
								0
-	100%	-	-	-	-	-	100%	
								0
								0
-	4.000	-	-	-	-	-	4.000	
								0
								0
-	45	-	-	-	-	-	45	
								8
								6
								2
								2
								0
								0
								3
								0
								8
								0,3
								1
								0

## Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008
Transportes	13. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	0
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização Efectiva (execução)	0	0
	15. das quais: RTE	Realização Efectiva (execução)	0	0
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Efectiva (execução)	0	0
	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização Efectiva (execução)	n.a.	n.a.
	18. das quais: RTE	Realização Efectiva (execução)	n.a.	n.a.
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização Efectiva (execução)	n.a.	n.a.
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Efectiva (execução)	0	0
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Efectiva (execução)	n.a.	n.a.
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Efectiva (execução)	0	0
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	0
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Efectiva (execução)	0	0
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização Efectiva (execução)	0	0
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados	Realização Efectiva (execução)	0	0
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Efectiva (execução)	0	0
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Efectiva (execução)	0	0
	29. Área reabilitada (em km <sup>2</sup> ) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Efectiva (execução)	0	0
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO <sub>2</sub> equivalentes, kt)	Realização Efectiva (execução)	0	0
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	0
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Efectiva (execução)	0	0
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Efectiva (execução)	0	0
Turismo	34. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	0
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução)	0	0
Educação	36. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	1
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Efectiva (execução)	0	0
Saúde	38. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)	0	0
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Efectiva (execução)	0	2
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Efectiva (execução)	0	0
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização Efectiva (execução)	0	0

### NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, o IFDR considera que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Core indicators: na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem “metas” nem “valores de referência / situações de partida” para estes indicadores.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Pág 97 de 112

## Anexo XII A - Informação relativa à realização física acumulada

Eixo Prioritário	Designação do Indicador	Unidade	Tipo de Indicador	Valor de Referência	Metas		
			Acumulado / Média (1)		2010	2015	
Eixo 1 - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	n.º	Acumulado	n.a.	3	5	
	Projectos de Inovação/IDT	n.º	Acumulado	2000-2006	20	50	
	Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT	n.º	Acumulado	2000-2006	16	40	
	Projectos na área da Sociedade da Informação	n.º	Acumulado	n.a.	10	30	
Eixo 2 - Competitividade da Base Económica Regional	Empresas apoiadas	n.º	Acumulado	n.a.	250	500	
	Instrumentos de engenharia financeira	n.º	Acumulado	n.a.	1	2	
	N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	n.º	Acumulado	n.a.	0	1	
Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável	Nº de projectos de infra-estruturas ambientais	n.º	Acumulado	n.a.	2	3	
	Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	n.º	Acumulado	n.a.	2	5	
	Projectos de prevenção e gestão de riscos	n.º	Acumulado	n.a.	1	2	
	Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	n.º	Acumulado	2004	155	200	
Eixo 4 - Coesão Territorial e Governação	Projectos na área dos transportes	n.º	Acumulado	n.a.	2	3	
	Projectos na área da cultura e lazer	n.º	Acumulado	n.a.	2	6	
	Estabelecimentos de ensino intervencionados	n.º	Acumulado	n.a.	1	2	
	Rede viária intervencionada	km	Acumulado	n.a.	15	15	
	Projectos de reabilitação urbana e rural	n.º	Acumulado	n.a.	1	2	
Eixo 5 - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Empresas apoiadas	n.º	Acumulado	n.a.	200	320	
	Projectos destinados à prestação de serviços públicos	n.º	Acumulado	n.a.	4	7	
	Rede viária intervencionada	km	Acumulado	n.a.	4	4	

### Notas

(1) Assinalar para cada Indicador se a realização é Acumulada ou Média

(2) Sempre que aplicável

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

	Realização		Execução Financeira (mil euros)	Observações
	Prevista <sup>(2)</sup> (valores aprovados)	Efectiva 2008		
	0	0		
	2	2		
	0	0		
	1	1		
	3	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	0	0		
	1	0		
	0	0		
	2	2		
	0	0		
	0	0		
	5,02	0		

## Anexo XII B - Realização física dos Indicadores Comuns (CE)

INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos Relevantes (1)	Unidade	Realização Efectiva 2008 (valores acumulados)	
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	ETI	0	
	2. dos quais: homens	Total do PO	ETI	0	
	3. dos quais: mulheres	Total do PO	ETI	0	
Áreas Temáticas					
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	I	Nº	2	
	5. Nº de projectos de cooperação empresas - instituições de investigação	I	Nº	0	
	6. Empregos na investigação criados	I	ETI	0	
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	I, II e V	Nº	3	
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	I, II e V	Nº	0	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	I e II	ETI	0	
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	I e II	Milhões de Euros	0,3	
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	I e V	Nº	1	
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	I e V	Nº	0	
Transportes	13. Nº de projectos	IV e V	Nº	0	
	14. Nº de Km de novas estradas	IV e V	KM	0	
	15. Nº de Km de novas estradas nas RTE (*)	n.a.	KM	0	
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	IV e V	KM	0	
	17. Nº de Km de novas ferrovias	n.a.	KM	n.a.	
	18. Nº de Km de novas ferrovias nas RTE (*)	n.a.	KM	n.a.	
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	n.a.	KM	n.a.	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	IV e V	Euros/Ano	0	
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	n.a.	Euros/Ano	0	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	IV	Nº	0	
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	II	Nº	0	
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	II	MWh	0	

Método de Cálculo	Observações
$\Sigma$ n.º de empregos brutos criados como resultado directo da exploração dos projectos apoiados	
$\Sigma$ n.º de postos de trabalho criados (não existia antes) como resultado directo da exploração dos projectos apoiados, do género masculino	
$\Sigma$ n.º de postos de trabalho criados (não existia antes) como resultado directo da exploração dos projectos apoiados, do género feminino	
$\Sigma$ de projectos de I&DT contratados	
$\Sigma$ de projectos de cooperação entre empresas e instituições de investigação com contrato celebrado	
$\Sigma$ do n.º de postos de trabalho criados para a realização de actividades de I&D	
$\Sigma$ do n.º de Projectos de PME apoiados com contratos celebrados no âmbito dos sistemas de incentivos + $\Sigma$ do n.º de Projectos de PME apoiados através de Instrumentos de Engenharia Financeira	
$\Sigma$ do n.º de Projectos de PME apoiados com contratos celebrados no âmbito dos sistemas de incentivos + $\Sigma$ do n.º de Projectos de PME apoiados através de Instrumentos de Engenharia Financeira	
$\Sigma$ do n.º de postos de trabalho criados em projectos de PME apoiados pelo PO	
$\Sigma$ Investimento privado em projectos de PME com contrato celebrado (sistemas de Incentivos e engenharia financeira)	
$\Sigma$ do n.º de projectos na área da sociedade de informação com contrato celebrado	
$\Sigma$ do n.º de pessoas que não tinham acesso à banda larga que passaram a ter após implementação do projecto	
$\Sigma$ do n.º de projectos realizados no sector dos transportes com contrato celebrado	
$\Sigma$ do n.º de km de novas estradas construídas	
n.a.	
$\Sigma$ do n.º de km de estradas já existentes cuja capacidade e qualidade foram melhoradas	
n.a.	
n.a.	
n.a.	
n.d.	
n.a.	
$\Sigma$ Pessoas que passaram a ser servidas (aumento da capacidade) ou melhor servidas (aumento da qualidade) pelos sistemas de transporte urbanos após implementação do projecto	
$\Sigma$ do n.º de projectos de aumento da produção de energias renováveis com contratos celebrados. Incluem-se os projectos inscritos nos Temas Prioritários 39-42 bem como os projectos das CAE 35111 e 35113 (quando não incluídos nos temas prioritários)	
$\Sigma$ dos MWh adicionais de produção de energia das instalações utilizando fontes de energia renováveis construídas/equipadas pelos projectos	

## Anexo XII B - Realização física dos Indicadores Comuns (CE)

INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos Relevantes (1)	Unidade	Realização Efectiva 2008 (valores acumulados)	
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	III	Nº	0	
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	III	Nº	0	
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	III	Nº	0	
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	III	Nº	0	
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	III	KM2	0	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	II e III	CO2 equivalentes, kt	0	
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	III	Nº	0	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	III	Nº	0	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	III	Nº	0	
Turismo	34. Nº de projectos	II	Nº	0	
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	II	Nº	0	
Educação	36. Nº de projectos	IV	Nº	1	
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	IV	Nº	0	
Saúde	38. Nº de projectos	IV	Nº	0	
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	II e IV	Nº	2	
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	I e IV	Nº	0	
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	IV	Nº	0	

### Notas

(I) Assinalar o Eixo a que se aplica e quando não aplicável inscrever n.a.

(\*) Alterada designação do indicador de acordo com o Draft do Work Document nº 7 da CE de 20/03/2009

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



	Método de Cálculo	Observações
	$\Sigma$ do nº de pessoas (em população equivalente) servidas por sistemas de abastecimento de água em resultado do acréscimo de capacidade de produção/transporte proporcionado pelo projecto, e que não o eram antes do projecto	
	$\Sigma$ nº de pessoas (em população equivalente) servidas por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais em resultado do acréscimo de capacidade de tratamento/transporte proporcionado pelo projecto, e que não o eram antes do projecto	
	$\Sigma$ projectos de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos com contrato celebrado	
	$\Sigma$ de projectos visando a melhoria da qualidade do ar com contrato celebrado	
	$\Sigma$ km2 de área reabilitada em intervenções de recuperação de passivos ambientais	
	n.d.	
	$\Sigma$ dos projectos de prevenção de riscos com contrato celebrado	
	$\Sigma$ do nº de habitantes dos concelhos beneficiados pelas medidas de protecção contra cheias e inundações	
	$\Sigma$ do nº de habitantes dos concelhos beneficiados pelas medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	
	$\Sigma$ do nº de projectos do sector do Turismo com contrato celebrado	
	$\Sigma$ do n.º de postos de trabalho criados decorrentes de projectos realizados no PO na área do Turismo (considerados no indicador 34)	
	$\Sigma$ do nº de projectos na área das infra-estruturas da educação/formação com contrato celebrado	
	$\Sigma$ do nº de alunos que utilizam os edifícios ou equipamentos promovidos pelo projecto para a sua educação/formação (utilizadores médios por ano)	
	$\Sigma$ nº de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas de saúde (inclui edifícios e equipamentos) com contrato celebrado	
	$\Sigma$ nº de projectos de reabilitação urbana com contrato celebrado (inclui regeneração, requalificação, etc.)	
	$\Sigma$ nº de projectos de promoção da competitividade das cidades (inclui projectos do RUCI e projectos das RA da mesma natureza)	
	$\Sigma$ nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social com contrato celebrado	

**Anexo XIII - Informação relativa a Grandes Projectos (com parecer favorável da AG)**

Identificação								
Cód. CCI	Cód. Projecto	Fundo	Tipo de Investimento *	Designação do Projecto	Beneficiário	Data de apresentação ao IFDR	Data de notificação o à CE	
Programa Intervir+								

\* investimento produtivo ou infraestruturas

Categorização por dimensão do Regulamento de Aplicação								Montantes Previstos		
Tema prioritário		Forma de Financiamento		Tipo de Território		Actividade Económica		Custo Total	Despesa Pública	
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação			
								0	0	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

	Decisão da CE		Localização		
	Refª	Data			
			NUT II	NUT III	Concelho

Unid: euro

	Montantes Previstos		Montantes Executados			
	Fundo	Privado	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Privado
	0	0	0	0	0	0

## Anexo XIV - Quadro 24 - Ações de Informação e Publicidade – 2008

Comunicação Social					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Jornal da Madeira	X	23.03.2008	1 Anúncio	Gratuito	6.500 exemplares (diário)
	X	01.05.2008	1 Anúncio		
	X	14.06.2008	Artigo - Comissão de Acompanhamento		
	X	11.07.2008	1 Anúncio		
	X	18.10.2008	1 Anúncio		
	X	01.11.2008	1 Anúncio		
	X	NOV	Artigo + Anúncio - Congresso de Turismo [no âmbito do Madeira European Way of Life]	Pago	
	X	NOV	1 Anúncio - Congresso de Turismo [no âmbito do Madeira European Way of Life]		
	X	08.12.2008	1 Anúncio		
	X	25.12.2008	1 Anúncio		
Diário de Notícias da Madeira	X	04.05.2008	Artigo - Esclarecimento sobre desvio de Fundos (Intervir+)	Gratuito	15 mil exemplares nos dias da semana e 17.683 exemplares (diário)
	X	13.06.2008	Artigo Comissão de Acompanhamento		
	X	NOV	Artigo + Anúncio - Congresso de Turismo [no âmbito do Madeira European Way of Life]	Pago	
	X	NOV			
Jornal Cidade	X	22.01.2008	1 Anúncio	Pago	15.219 exemplares (diário)
	X	04.02.2008	1 Anúncio		
	X	12.03.2008	1 Anúncio		
	X	15.04.2008	1 Anúncio		
	X	14.05.2008	1 Anúncio		
	X	16.06.2008	1 Anúncio		
	X	07.07.2008	1 Anúncio		
	X	12.08.2008	1 Anúncio		
	X	08.09.2008	1 Anúncio		
	X	22.09.2008	1 Anúncio		
	X	13.10.2008	1 Anúncio		
	X	10.11.2008	1 Anúncio		
Tribuna da Madeira	X	18.01.2008	1 Anúncio	Pago	10.600 exemplares (Sextas-feiras)
	X	08.02.2008	1 Anúncio		
Almanaque do Posto Emissor de Rádiodifusão do Funchal - Almanaque PEF	X	Janeiro de 2008	1 Anúncio	Pago	17 mil exemplares (anual)
Correio da Manhã	X	Suplemento Especial Junho 2008	1 Anúncio	Pago	119.691 exemplares/dia
Publítóp - Eventos, Empresas e Regiões	X	07.01.2008	1 Anúncio	Pago	50 mil exemplares (mensal)
Rádio Jornal da Madeira 88.8 - Rádio JM	X	01.01.2008 a 17.01.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia		
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 22.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
TSF Rádio Notícias -Madeira	X	19.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 12.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		

**Anexo XIV - Quadro 24 - Ações de Informação e Publicidade – 2008**

Comunicação Social					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
Posto Emissor de Rádiodifusão do Funchal, Lda. - PEF	X	19.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 12.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
Rádio Popular (gratuito ao abrigo do Protocolo com o Governo Regional) - Controlmedia	X	1 a 17.01.2008	2 anúncios x dia	Gratuito	Não existem dados
	X	19.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia		
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 12.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
Restantes Emissoras - Controlmedia - Cinco Emissoras: Rádio Zarco, Rádio Palmeira, Rádio Clube, Rádio Girão e Rádio Sol [O total terá de ser multiplicado por cinco emissoras]	X	19.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 12.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
Rádio Televisão Portuguesa _ Madeira - RTP-Madeira	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	90.000 a 120.000 de audiência/dia
	X	12.05.2008 a 26.05.2008	2 anúncios x dia		
	X	07.07.2008 a 20.07.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
	X	Edição de Inverno	1 anúncio		

## Anexo XIV - Quadro 24 - Ações de Informação e Publicidade – 2008

Outros Meios de Publicitação					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Sítio Web [A partir de Setembro foi possível proceder-se à contagem por PO]	X	Janeiro	Intervir+/ Rumos e outros	Não se aplica	535 VISITAS
	X	Fevereiro	Intervir+/ Rumos e outros		441 VISITAS
	X	Março	Intervir+/ Rumos e outros		533 VISITAS
	X	Abril	Intervir+/ Rumos e outros		526 VISITAS
	X	Maior	Intervir+/ Rumos e outros		472 VISITAS
	X	Junho	Intervir+/ Rumos e outros		379 VISITAS
	X	Julho	Intervir+/ Rumos e outros		341 VISITAS
	X	Agosto	Intervir+/ Rumos e outros		231 VISITAS
	X	Setembro	Intervir+		21 VISITAS [de um total de 234]
	X	Outubro	Intervir+		20 VISITAS [de um total de 372]
	X	Novembro	Intervir+		62 VISITAS [de um total de 449]
	X	Dezembro	Intervir+		24 VISITAS [de um total de 276]
Mupi's de Rua - Funchal	X	12.03.2008 a 18.03.2008	16 mupi's - Imagem institucional do Intervir+	Pago	16 mupi's
	X	11.07.2008 a 17.07.2008			
	X	08.10.2008 a 14.10.2008			
	X	24.12.2008 a 30.12.2008			
Mupi's nos Aeroportos da RAM - Madeira e Porto Santo	X	10 meses (Março a Dezembro 2008)	2 mupi's - Imagem do Intervir+	Pago	1 mupi no aeroporto da Madeira e 1 mupi no aeroporto do Porto Santo
Autocarro - Horários do Funchal	X	10 meses (Março a Dezembro 2008)	1 autocarro - de uma lado com a imagem do Intervir+ e do outro com a imagem do Rumos	Pago	Circulação diária por todas as freguesias do concelho do Funchal
Salas de Cinema - Castello Lopes (7 Salas), Lusomundo (6 Salas) e Porto Santo (1 sala)	X	20.03.2008 a 26.03.2008	Todos os dias - antes de cada sessão	Pago	<b>Castello Lopes</b> - 7 Salas de Cinema / 1467 Lugares / Média de 840 Sessões Mensais [uma média de 210 sessões por semana] Todos os dias - antes de cada sessão <b>Lusomundo</b> - 6 Salas de Cinema / 1165 Lugares / Média de 796 Sessões Mensais [uma média de 199 sessões por semana] <b>Porto Santo</b> - 1 Sala de Cinema / 4 Sessões (1 à Sexta, 1 ao Sábado e 2 ao Domingo)
	X	15.05.2008 a 21.05.2008			
	X	10.07.2008 a 16.07.2008			
	X	13.11.2008 A 19.11.2008			
	X	18.12.2008 A 24.12.2008			
Exposição de Rua - Semana da Europa - com autorização da Câmara Municipal do Funchal	X	9.05.2008 a 14.05.2008	Expositor de Rua - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	7 dias
Expomadeira - Julho de 2008	X	11 a 20.07.2008	Stand - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	10 dias - aproximadamente 80 mil visitantes
Expo Porto Santo/Nautitur - Setembro de 2008	X	30.08 a 07.09.2008	Stand - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	9 dias - aproximadamente 40 mil visitantes
FIC - Feira da Indústria e da Construção - Outubro de 2008	X	08.10 a 12.10.2008	Stand - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	5 dias - aproximadamente 30 mil visitantes
Revista UP - Companhia Aérea TAP	X	Fevereiro	1 anúncio	Pago	65 Mil exemplares (mensal)
	X	Março (saiu Intervir+ em vez do Rumos)	1 anúncio		
	X	Abril	1 anúncio		
	X	Agosto (saiu Intervir+ em vez do Rumos)	1 anúncio		
	X	Outubro	1 anúncio		

**Anexo XIV - Quadro 24 - Acções de Informação e Publicidade – 2008**

Outros Meios de Publicitação					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Revista Azorean Spirit - Companhia Aérea SATA	X	Edição de Verão	1 anúncio	Pago	20 mil exemplares (trimestral)
	X	Edição de Inverno	1 anúncio		

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

## Anexo XV - Quadro 25 - Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008

Projecto	Janeiro																															Fevereiro																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16			
Fase Qualitativa																																																		
Preparação de trabalho de campo - levantamento de material, guiões de moderação e recrutamentos																																																		
Trabalho de campo - Focus Group e entrevistas individuais aprofundadas																																																		
Análise de resultados																																																		
Fase Quantitativa																																																		
Elaboração de questionário telefónico e online																																																		
Trabalho de campo - entrevistas telefónicas e online																																																		
Análise de resultados																																																		
Envio de relatório intercalar																																																		
Integração de resultados da Fase Qualitativa e Quantitativa																																																		

Técnicos Responsáveis pelo estudo:

Fase Qualitativa - Susana Gonçalves

Fase Quantitativa - Rita Valadão

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional



[illegible]



## **Ficha Técnica**

**Título:** Relatório de Execução do Programa Intervir+

**Ano 2008**

**Edição:** Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, nº 16

9000-715 Funchal

Região Autónoma da Madeira

Portugal

Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

**Data de Edição:** Junho 2009

Informação disponível em [www.idr.gov-madeira.pt](http://www.idr.gov-madeira.pt)

